UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

JOSÉ MARINHO DE SOUZA NETO

Sentidos e Ideologia das Práticas Discursivas da UDR: contramovimento e conflito para posse e uso legal da terra rural

Recife
2024

JOSÉ MARINHO DE SOUZA NETO

Sentidos e Ideologia das Práticas Discursivas da UDR: contramovimento e conflito para posse e uso legal da terra rural

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Sociologia. Área de concentração: Mudança social.

Orientador: Remo Mutzenberg

Recife

2024

Catalogação na Fonte
Bibliotecário: Rodriggo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

S729f Souza Neto, José Marinho de.
Sentidos e ideologia das práticas discursivas da UDR : contramovimento e conflito para posse e uso legal da terra rural / José Marinho de Souza Neto. – 2024.
95 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Remo Mutzenberg.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2024.

Inclui referências.

1. Sociologia. 2. União Democrática Ruralista (Brasil). 3. Contramovimento social. 4. Discursos. 5. Disputa por terras rurais. I. Mutzenberg, Remo (Orientador). II. Título.

301 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2024-044)

JOSÉ MARINHO DE SOUZA NETO

Sentidos e Ideologia das Práticas Discursivas da UDR: contramovimento e conflito para posse e uso legal da terra rural

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Mudança Social.

Aprovado em: 22/02/2024.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dr. Remo Mutzenberg (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

_____

Prof. Dr. Aristeu Portela Junior (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

_____

Prof. Dr. Gustavo Gilson Sousa de Oliveira (Examinador Externo)
PPGE/CE/UFPE

Dedico este trabalho a minha mãe, uma mulher negra que precisou abandonar os estudos para cuidar dos irmãos mais novos, concluindo sua trajetória no sistema educacional na quinta série do ensino fundamental. Porém, nunca deixou de aprender sobre a vida, ela é minha primeira professora. Lembro dos dias que ela me ensinou a ler e escrever meu próprio nome, eu escrevia errado de propósito só para irritá-la. Talvez o conceito principal deste trabalho tenha íntima relação com a trajetória de uma família, que viveu durante muitos anos em uma rua onde todas as outras famílias eram brancas e nós uma família negra. Pois a percepção de mundo de nossa família foi e é uma luta constante, tanto nas relações internas como com o ambiente externo. Por isso, dedico este trabalho a minha mãe que dentre tantas coisas me ensinou, uma delas foi de rever meus pensamentos. Obrigado mainha! Seus ensinamentos sempre estarão comigo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe que me ensinou a seguir meu coração. Agradeço também a minha irmã Eutímia, que sempre nos apoiamos reciprocamente. Agradeço as professoras e todos os professores que tive a oportunidade de compartilhar conhecimentos. Nesse momento de mestrado agradeço especialmente a quem me orientou ao longo dos últimos sete anos: Cibele Maria Lima Rodrigues, Patrícia Maria Uchoa Simões, Aristeu Portela Júnior e o orientador do mestrado, Remo Mutzenberg. Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agência de fomento que financiou este trabalho, apoio de fundamental importância, não apenas para incentivo da ciência, mas também para que pessoas como eu, que não teriam como cursar a pós-graduação sem o apoio financeiro. Agradeço especialmente a todas as pessoas comprometidas a defender as minorias, e dentre essas pessoas que estão na universidade, buscam fazer do ambiente acadêmico um lugar de paz, mas que também fazem da universidade um lugar de inquietude para nos melhorar para deixar de lado nossos próprios preconceitos.

RESUMO

Este trabalho analisa os textos da União Democrática Ruralista como ator político, especificamente, suas posições de contramovimento ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e ao Partido dos Trabalhadores. A investigação se baseia na Teoria Crítica do Discurso (Norman Fairclough) e nas teorias dos movimentos sociais de forma complementar (Alberto Melucci, Charles Tilly e Sidney Tarrow). A metodologia focaliza a pesquisa online de Kozinets como meio de coleta de dados, dessa forma, foram coletados textos no mecanismos de busca do Google e do antigo site da UDR (www.udr.org.br). A análise foi baseada na Análise Crítica do Discurso de Fairclough dos textos, mas considerando sugestões de Ruiz Ruiz para fundamentação da análise sociológica. Os principais resultados são as mudanças de sentidos conforme o macro contexto e as implicações ideológicas em benefício dos grandes proprietários de terras rurais, considerando os sentidos difundidos pela União Democrática Ruralista (1985-2006) e as pesquisas sobre as estruturas sociais, políticas e econômicas do Brasil.

Palavras-chaves: União Democrática Ruralista; contramovimento social; discursos; disputa por terras rurais.

ABSTRACT

Thais work analyzes the text of União Democrática Ruralista (UDR) as a political actor, specifically focusing on its positions as a countermovement to the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra and the Partido dos Trabalhadores. The investigation is based on Critical Discourse Theory (Fairclough) and complementary social movement theories (Alberto Melucci, Charles Tilly, and Sidney Tarrow). The methodological approach used online research, following Kozinets methodology to collect data. Texts were collected through Google search mechanisms and the UDR's old website (www.udr.org.br). The analysis is grounded in Fairclough's Critical Discourse Analysis, while also considering suggestions by Ruiz Ruiz to provide a sociological analysis foundation. The main findings reveal a shift in meanings depending on the macro context and the ideological implications that benefit large rural landowners. This analysis considers the distributed meanings of União Democrática Ruralista and the sociological research on the social, political, and economic structures of Brazil.

Keywords: União Democrática Ruralista; social countermovement; discourse; dispute over rural lands.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....9

2 CAPÍTULO 1 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO.....14

2.1 IDEOLOGIA E A TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....33

2.1.1 Metodologia e corpus da pesquisa.....41

3 CAPÍTULO 2 FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA E AS IMPLICAÇÕES IDEOLÓGICAS NAS AÇÕES COLETIVAS E POLÍTICA ESTATAL.....51

3.1 PRÁTICAS DISCURSIVAS DA UDR: PROPRIEDADE PRIVADA, IMAGINÁRIO BANDEIRANTE E GUERRA REVOLUCIONÁRIA.....53

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....86

REFERÊNCIAS DO CORPUS.....89

REFERÊNCIAS.....91

1 INTRODUÇÃO

> A todo o tempo tem havido disputas entre a burguesia de base imperialista, a burguesia e os governantes e seus funcionários, tecnocratas, civis e militares. Um dos pontos principais das disputas diz respeito à luta pelo acesso aos favores e proteção do poder estatal.
> (Octavio Ianni - A Ditadura do Grande Capital)

O excerto, escrito por Octavio Ianni na epígrafe, simplifica parte da dinâmica conflituosa entre as classes poderosas que buscam constantemente os meios estatais para se protegerem, isto é, proteger seus negócios e suas posições sociais de classe. No entanto, essas dinâmicas conflituosas são transformadas mediante diversos fatores. No caso da modernidade, enquanto conceito que revela mudanças e constituições no modo de relações sociais do mundo ocidental, implica identificar que os diálogos são fundamentais para a constituição de relações típicas em qualquer classe. Outro fator fundamental no campo político do mundo ocidental são os movimentos sociais, é uma forma de fazer política consolidada desde o fim do século XIX, ao fazer reivindicações travam diálogos com a sociedade e o Estado por diversos meios, desde as mobilizações nas ruas até a publicação de textos. Porém, movimento social enquanto conceito não é uma exclusividade da esquerda, é uma forma política consolidada e por isso é também concretizada por qualquer matriz política. Sendo assim, a atuação de agentes políticos da esquerda e direita trava diálogos das mais diversas formas para alcançar os objetivos de suas campanhas.

O objetivo deste trabalho foi analisar os textos distribuídos pela União Democrática Ruralista (UDR), cuja campanha visa representar politicamente os grandes empresários rurais. O recorte temporal da análise foi de 1984 até 2006, porém, foram selecionados textos específicos que abordam sobre a propriedade privada rural, quem são os empresários rurais e quem é a oposição, nesse caso, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Partido dos Trabalhadores (PT). A problemática em questão veio de questionamentos de fenômenos ocorridos recentemente, tanto a UDR como outros agentes políticos se articularam sob o bolsonarismo nas campanhas eleitorais de 2018 e 2022, e proferiram ações e falas que chocaram uma parcela da população brasileira, assim, os questionamentos sobre esses fenômenos visou levantar perguntas sobre como os ideais manifestados nos discursos poderiam ser mote para mobilização de tantas pessoas, sendo que, a direita e o conservadorismo no Brasil coexistem desde o período imperial.

No entanto, devido ao escopo de uma dissertação de mestrado, os questionamentos precisam ser redimensionados, considerando a existência de outros trabalhos. Foram localizados diversos trabalhos sobre a UDR no período de 1984 a 1989, momento de maior influência sobre o Estado, existem também diversos trabalhos sobre outros agentes da esquerda do meio rural como os indígenas, quilombolas e camponeses, e um novo campo de estudos empíricos vem crescendo desde as mobilizações da direita em 2013, são os estudos de 'movimentos sociais' da direita e conservadores. Houve interesse inicial em analisar a relação da UDR com os quilombolas, porém, o objeto de estudo ficaria muito amplo. Sendo assim, optou-se por focar na análise dos textos da UDR que difundem suas reivindicações ao Estado e à sociedade.

Nesse sentido, deve-se considerar as condições para realização desta pesquisa: não tivemos acesso aos integrantes da UDR para conhecer como ocorre a organização interna; o único acesso foram os textos presentes na internet; o tamanho do objeto precisou ser redimensionado para ser abordado no curto período do mestrado. Portanto, tais problemáticas e condições de pesquisa nos levou à articulação da teoria do discurso e a teoria dos movimentos sociais para explicar as mudanças discursivas da UDR entre 1984 e 2006 na sustentação de campanha, representando politicamente os empresários rurais em oposição à esquerda.

A teoria do discurso de Fairclough e a teoria dos movimentos sociais apresentam pontos em comum em relação às ações coletivas. As similaridades entre ambas as teorias foram: a força das ações coletivas que visam modificar ou reforçar estruturas sociais, políticas e econômicas; a relevância das ideias como elementos fundamentais da política e da constituição social; e a análise dos agentes que buscam o controle político, ou seja, a representação política dos produtores rurais na luta pela hegemonia, ou seja, o domínio desses produtores como classe dominante sobre a sociedade. A ideologia, no entanto, é de suma importância, uma vez que se refere à naturalização de significados que são considerados verdadeiros, de forma que não são questionados e são utilizados como fundamentos para as ações dos agentes sociais e políticos. Ao mesmo tempo, a teoria dos movimentos sociais tem como objetivo analisar os efeitos das ações dos movimentos sociais sobre o Estado e a sociedade. Para esse último aspecto analítico adicionamos o conceito de retrodução da teoria do discurso mais recente de Howarth, Glynos e Griggs, pois nos ajuda a levantar hipóteses sobre a consolidação de verdades ideológicas envolvendo o Estado e atores políticos, tendo em vista que não houve tempo para coletar dados sobre as subjetividades de outros agentes.

Metodologicamente a pesquisa visou analisar a perspectiva de mundo da UDR, ou seja, a dimensão ideacional das práticas discursivas que representam discursivamente os empresários rurais, o que lhes é fundamental, nesse caso, toda constituição societária que se construiu sobre a propriedade privada, como identificam a oposição política, sendo assim, o MST e o PT. A análise se debruçou sobre as representações discursivas de dois momentos de 1984 a 1997 e 2001 a 2006. No primeiro momento a temática principal foi da *inviolabilidade da propriedade privada*, no segundo momento deparou-se com maior *complexidade de sentidos difundidos* pela UDR, pois nesse momento valeu-se do espaço virtual como repertório de ações coletivas. Foram coletados inicialmente 142 textos, destes foram selecionados alguns para análise do objetivo proposto. Os textos distribuídos pela UDR no início do século XXI foram de diversos autores, pode-se considerar que cada autor são especialistas sobre algum assunto que envolve as terras rurais, desse modo, consideramos que se trata de estratégia discursiva na disputa para consolidar verdades, embora, sobre esses assuntos, também conta com textos de autoria da própria UDR que sintetizam e manifestam sua interpretação de discursos mais amplos de âmbito estadual e nacional. Portanto, foram localizados duas temáticas integradas, o *imaginário bandeirante* ao representar discursivamente os grandes produtores rurais e a própria UDR e temática *guerra revolucionária* ao representar discursivamente o MST e o PT.

A construção do *corpus* da pesquisa visou abarcar os textos do ambiente online. Nos debruçamos sobre todas as publicações nos mecanismos de busca do Google e Bing, todos os textos do antigo site da UDR. Necessariamente tivemos que selecionar os textos que foram distribuídos pela UDR, o caminho analítico para seleção foi pela interdiscursividade, é a manifestação de diferentes textos de ideais sobre um dado assunto, assim, selecionamos textos distribuídos sobre e da UDR sobre as temáticas manifestadas, assim, a própria UDR selecionou textos interdiscursivos de autoria de diferentes especialistas Buscamos, também, textos que abordam a própria interdiscursividade dos textos distribuídos pela UDR que se aproximam dos sentidos de discursos mais amplos do que a particularidade da UDR, demonstrando assim a construção contextualizada da dimensão ideacional da UDR ao longo do tempo.

O primeiro período a UDR visou exclusivamente em defender a grande propriedade rural contra a distribuição de terras via reforma agrária, demonstrando que o contexto da redemocratização, apesar de ampliar a abertura para agentes da esquerda também esteve aberto para os agentes da direita. O mote é simples, a defesa das indefinições do sentido da função social da terra por parte do Governo Federal, pois desse modo, os empresários rurais

vivenciam ocasiões que inibem suas responsabilidades com o meio ambiente e não distribuem terras. Isto é, a reforma agrária escancara a contradição do grande produtor rural, é ao mesmo tempo um agente da sociedade civil, mas na prática é um agente com função estatal de produzir grande riqueza para si e para o Estado, riqueza o bastante para garantir sua íntima relação com os sucessivos governos.

Quanto ao segundo momento foram coletados textos que pudessem explicar a perspectiva da UDR sobre os empresários rurais (representados politicamente) e a oposição ao MST e ao PT, para assim compreender suas subjetividades do processo político que envolve os conflitos de agentes que disputam a posse e uso legal da terra rural. Desse modo, foram selecionados textos que representam discursivamente os empresários rurais como herdeiros do que se imagina dos bandeirantes, onde tal legado se trata da conquista por expropriação de terras feitas pelos bandeirantes (que de fato ocorreu), mas também atribui aos bandeirantes o adjetivo de pioneiro, característica que se baseia no desenvolvimento econômico local da propriedade privada rural através do trabalho livre. A partir dessa perspectiva, tanto o bandeirante como o grande produtor rural da atualidade possuem características em comum: são agentes que se servem do Estado, mas não são agentes estatais, e conseguem realizar missões que o próprio Estado não consegue, mas os feitos estatais são eficazes em garantir a liberdade de atuação do bandeirante e do produtor rural. Com isso, há a reivindicação da UDR para que o Estado amplie ainda mais a liberdade de atuação do produtor rural sobre seu domínio patrimonial-estamental. Entendemos desse modo que esses ideais são típicos da modernização conservadora. No entanto, o imaginário bandeirante é um discurso mais alocado no Estado de São Paulo, embora perdure até hoje. Diferentemente do discurso da guerra cultural de amplitude nacional.

O discurso da guerra cultural foi amplamente difundido por Jair Bolsonaro e aliados, que foram ideias que nos chocaram inicialmente e que nos levaram a elaborar o objeto desta pesquisa. Nesse sentido, a temática da guerra revolucionária é a interpretação da UDR sobre a guerra cultural. Esse discurso de amplitude nacional distribuem a ideia da existência de uma guerra de ideias onde cada grupo político visa a hegemonia, nesse caso, domínio sobre a sociedade e para alcançar essa finalidade, que na construção ideológica da UDR a esquerda busca ocupar cargos no Estado legalmente, até que um número expressivo de posições estejam ocupadas para fazer um golpe de Estado. Nesse caso, a UDR visa ser um agente de defesa contra um golpe de Estado do MST e do PT, onde o último representa a esquerda já emparelhada no Estado e o MST representa o comunismo nos espaços rurais. O objetivo da UDR e dos conservadores são de eliminação da oposição, pois essa perspectiva identifica a

esquerda como pessoas orientadas ideologicamente, isto é, ideologia como falsa consciência, assim, as pessoas da esquerda percebem um mundo distorcido e suas ações irão trazer calamidade social, política e econômica se tomarem o Estado. Sendo assim, a UDR demonstra a defesa da eliminação do PT e do MST por dois meios, contra as ocupações com uso de armas de fogo e a eliminação da participação política no Estado.

Essa forma de identificar a oposição como inimigos doutrinados implica em enunciados para estabelecimento de identidade da esquerda de modo a ignorar suas reivindicações, buscando focar no MST e PT como inimigos do povo brasileiro, pois para UDR a esquerda ameaça a constituição da modernização conservadora, ou em suas palavras, é ameaça à propriedade privada. Embora, a própria atuação do MST com as ocupações não ameace de fato a modernização conservadora, mas sim, eleva o tensionamento do conservadorismo rural com o capitalismo industrial.

A construção teórico-metodológica deste trabalho considerou que a forma de acesso aos dados e a problemática em questão deve ser privilegiada, no entanto, buscou-se considerar também, a relativização das teorias propostas pela teoria social para assim, fazer as articulações teóricas para explicar a UDR como ator político e sua relação comas estruturas sociais, econômicas e políticas. A relação das ações coletivas e as estruturas sociais é um campo vasto de estudo, envolve muitas teorias. Este trabalho apresenta a articulação da teoria do discurso de Fairclough com as teorias dos movimentos sociais, apresentada no capítulo 1. A teoria de Fairclough, assim como as diferentes teorias do discurso, são interdisciplinares e abstratas, dessa forma, abre caminho para aproximações com outras teorias. Enquanto as teorias dos movimentos sociais são um vasto campo de estudo que apresenta diferentes categorias para análise dos atores políticos em contextos distintos. No mesmo capítulo, apresentamos os caminhos metodológicos construídos a partir da problemática em questão. Coletamos exclusivamente textos disponíveis na internet para construção do corpus e, a partir disso, ampliar o foco analítico entre agente e estrutura.

No capítulo 2, apresentamos os resultados da análise. Optamos por apresentar cada temática e em seu respectivo momento temporal, de forma cíclica: macro contexto de discursos e ações do governo federal, a representação discursiva ideacional dos textos da UDR, bem como algumas atuações feitas nas ruas dos proprietários rurais, por fim, as implicações ideológicas, se os sentidos distribuídos pela UDR forem tomados como verdades. E finalizamos o capítulo com as considerações finais, apresentando os principais resultados e possibilidades para pesquisas futuras.

2 CAPÍTULO 1 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Buscou-se realizar a investigação da ideologia da UDR por meio da Teoria Crítica do Discurso de Fairclough, a partir de suas categorias analíticas e aproximações com a categoria de ator político dos estudos das teorias dos movimentos sociais. De forma subjacente, a ação coletiva demonstra a interseção entre ideologia e atores políticos, pois as ações coletivas em ambos os campos de estudo são meios de manter ou modificar as estruturas sociais, podem surgir de forma deslocada das estruturas e ainda manter interdependência com essas mesmas estruturas.

A ideologia em Fairclough é um categoria que visa demonstrar como as subjetividades estão alinhadas com o capitalismo contemporâneo sob um novo modo de vivência na modernidade atual. As vivências se constituem em diversidade de colonização local que se relaciona dialeticamente com o capital, isto é, as vivências se constituem em 'bolhas'. Necessitando, assim, o estudo da ideologia se centrar em temas sociais particulares para analisar sua relação com as estruturas capitalistas. Nesse sentido, as perspectivas de mundo contribuem para maximização do capitalismo contemporâneo. A teoria de Fairclough possibilita o estudo de ações coletivas que se relacionam com as estruturas econômicas.

As teorias do discurso em geral são interdisciplinares, estão abertas para se articularem com outras teorias. Tomando como objeto de estudo deste trabalho, atores políticos representantes da classe dos empresários rurais, trata-se, portanto, de um agente social específico. Assim, buscou-se nas teorias dos movimentos sociais categorias analíticas que pudessem contribuir para explicação do tipo de agente como ator político, que visa intervir sobre as ações e sua relação com as estruturas econômicas e o Estado. No entanto, as teorias dos movimentos sociais também tratam das perspectivas dos atores políticos, podendo assim, traçar aproximações com o conceito de ideologia de Fairclough. Os atores políticos visam construir visões de mundo para defender objetivos e alcançar mudanças sociais ao longo do tempo. Assim, constroem falas de modo a representar setores sociais específicos de duas formas: através da representação discursiva e a representação política. Sendo o Estado o meio para mudanças sociais profundas, reconhecido tanto pelas teorias do discurso como pelas teorias dos movimentos sociais.

A Teoria Crítica do Discurso propõe, também, caminhos metodológicos para realização da investigação, isto é, no que diz respeito à organização e tratamento dos dados. Nesse sentido, buscou-se realizar a investigação através de uma das possibilidades analíticas a

partir do modo que as ações dos agentes foram produzidas. Os casos foram selecionados para formação do *corpus*, tomando a perspectiva construtivista, em consonância com a Teoria do Discurso de Fairclough, e as teorias dos movimentos sociais. Dessa forma, o *corpus* foi elaborado buscando demonstrar como os discursos do agente são difundidos, considerando um espaço vivencial em particular, nesse caso, no ambiente online e especificamente através de um antigo site utilizado no início dos anos 2000. Nesse sentido, foram coletados textos/pronunciamentos no antigo site da União Democrática Ruralista (UDR)[1], esses textos foram relidos para se chegar aos textos definitivos para construção do *corpus*.

2.1. Ideologia e discurso

Ideologia é um dos conceitos de maior variedade de definições, é uma categoria escorregadia, apresenta muitos caminhos analíticos possíveis, como apontou Michael Löwy (2015). Por vezes é uma categoria central na tese de algum autor ou é uma categoria secundária. O conceito de ideologia mais antigo que se tenha registro foi formulado por Destut de Tracy em seu livro *Eléments d'idéologie* de 1801. Para Tracy as visões de mundo são oriundas de uma capacidade animal, alocando o estudo da "ideologia" no campo da zoologia. Napoleão, quando era general, indicou o próprio Tracy para o *Institut National*, porém, quando tomou o poder passou a defender a religião e contrário a posição de Tracy. Segundo a interpretação de Napoleão da ideologia de Tracy e de seus amigos, os considerou como "inimigos do povo francês, queriam basear uma legislação nas 'causas primeiras' que alegavam haver descoberto e, daí, abolir as leis do coração humano e as lições da história". Desde então, há um jargão em diferentes setores sociais em atribuir a ideologia como um conjunto de ideais que estariam manipulando as pessoas para alguma finalidade (BENDIX, 1996, p. 371).

O argumento de que ideologia se refere a "falsa consciência", é afirmar que a epistemologia do outro é falsa. No caso da ideologia, no sentido ligado às questões políticas, se refere ao âmbito dos signos, significados e representações e implicações de tais conjuntos de ideias no campo político. No entanto, a argumentação "em favor de uma definição mais 'política' que 'epistemológica' de ideologia não significa, é evidente, afirmar que política e ideologia são a mesma coisa" (EAGLETON, 1997, p. 24).

[1]As informações do site da UDR foram acessadas por intermédio do Archive.org, esse site é uma biblioteca virtual que reúne arquivos (fotos, vídeos e imagens) e também páginas web e disponibiliza todas as informações gratuitamente.

Por outro lado, o conceito de ideologia, quando tratado cientificamente, ganhou sentidos complicados, mantendo uma imensa variabilidade de definições. Eagleton (1997) discorre sobre alguns modos como tem sido empregado o conceito, que gira em torno da relação entre crenças e poder e que, talvez, seja o fundamento mais aceito. Algumas das variabilidades conceituais de ideologia (EAGLETON, 1997, p. 15-16):

a) O processo de produção de significados, signos e valores na vida social;
b) Um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social;
c) Ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante;
d) Ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante;
e) Comunicação sistematicamente distorcida;
f) Aquilo que confere certa posição a um sujeito;
g) Formas de pensamento motivadas por interesses sociais;
h) Pensamento de identidade;
i) Ilusão socialmente necessária;
j) A conjuntura de discurso e poder;
k) O veículo pelo qual setores sociais conscientes entendem o seu mundo;
l) Conjunto de crenças orientadas para a ação;
m) A confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal;
n) Oclusão semiótica;
o) O meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social;
p) O processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural.

Assim, inicialmente apresentaremos um desenho básico da categoria de ideologia de modo a introduzir os dois autores que inspiraram a análise desta pesquisa, para então, explanar as articulações entre esses dois autores. Fairclough tem como eixo principal uma teorização ‘genérica’, possível de ser instrumentalizada em análises de qualquer ordem social. Melucci, por sua vez, aborda uma ordem social em particular, os atores coletivos e movimentos antagônicos, assim, podendo nos direcionar ao objeto de pesquisa em questão.

A análise sobre as ideologias visa 'revelar' os condicionantes das ações sociais que estão ‘escondidos’ por trás das concepções de mundo dos próprios agentes condicionados. No entanto, as ações sociais ocorrem simultaneamente envolvendo diversos fatores, como diferentes sentidos que se relacionam, as estruturas econômicas, políticas e culturais, bem como, o desejo e a sexualidade. Assim, cabe à análise observar as ações sociais a partir de critérios de motivação externa, como alcançar objetivos calculando meios e fins, podem também ter motivações internas, como crenças, normas, moral, valor, emoções etc. (ALEXANDER, 1987).

Até aqui o desenho é simples, parte do agente que concretiza a ação social, do qual percebe ou não que é influenciado por algum condicionante. No entanto, as análises que objetivam explicar a relação entre o conhecimento sobre o mundo social e os condicionantes

se deparam com o problema do relativismo, mediante a infinidade de perspectivas e os critérios dos agentes para construção dos sentidos atribuídos à realidade social, isto é, é o problema do relativismo. Existem teóricos que abraçaram o relativismo buscando alguma saída das infinitas subjetividades, como Dilthey e Karl Marx, outros que definiram grupos de perspectivas em blocos monolíticos (objetivismo), como Karl Mannheim e Althusser, esta última saída é equivocada, pois desconsidera a dinâmica própria das perspectivas (LÖWY, 2015).

Sendo assim, os teóricos estabelecem os tipos de ações a serem analisadas, pois as ações de motivação externas, que calculam meios e fins para alcançar objetivos, podem não trabalhar com um elemento mais dinâmico, como o conhecimento. O problema do relativismo é um desafio mais agudo para as teorias que incluem a diversidade de conhecimentos como objeto de análise, pois as infinitas visões de mundo impõem limites à generalização, tais limites são questionáveis mesmo ao pesquisar sobre grupos sociais menores, visto que as visões de mundo são extremamente dinâmicas. Isto é, um agente em particular pode mudar sua visão de mundo, bem como, certas perspectivas podem ser 'reproduzidas' por outros agentes.

Mesmo assim, as teorias que inserem o conhecimento nas análises tendem, de algum modo, a construir categorias que sejam representativas das abstrações e, ao mesmo tempo, lançar a generalização sem cair na objetividade radical. Assim, as análises que visam o conhecimento como objeto de pesquisa estabelecem categorias e quais são os condicionantes de ordem interna ou externa ao agente, por exemplo, as subjetividades coletivas que são similares e derivadas do conhecimento acadêmico, como o senso comum que se forma sob influência do conhecimento científico (GRAMSCI, 1982); diferentes interpretações que são próximas e que contribuem para criação de novas relações provenientes do desejo de poder dos sujeitos (FOUCAULT, 1996), as estruturas das relações econômicas que determinam as visões de mundo reificadas (MARX, 1984, cap. 1).

Max Weber, por exemplo, na Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo demonstrou como o conhecimento e valores religiosos do protestantismo contribuíram para a consolidação do capitalismo. Porém, Weber, mesmo reconhecendo que os objetos de pesquisas fazem parte dos interesses culturais do analista, acaba recorrendo ao positivismo, alegando que suas análises são neutras e, além disso, os resultados de suas pesquisas seriam reflexos da realidade social. Nesse sentido, o problema do relativismo revela duas questões importantes, a parcialidade do analista, ou seja, os resultados de qualquer pesquisa é oriundo de uma posição sociocultural e os resultados da pesquisa não são um reflexo fidedigno da realidade social,

mas sim, discute algum aspecto das relações sociais a partir do conhecimento, sem essencializá-lo. As ações de motivação interna como objeto de pesquisa também se referem ao problema da própria perspectiva de quem realiza a pesquisa. Nesse sentido, o resultado da pesquisa é mais uma das infinitas visões de mundo, isto é, é uma visão de mundo parcial e mais próxima e mais distantes de outras visões de mundo. Bem como, influenciada por seus próprios condicionantes.

A partir disso, se apresenta outro desafio à análise das teorias que consideram as ações sociais do ponto de vista das motivações internas: destacar até que ponto as perspectivas analisadas são compartilhadas coletivamente, pois tal desafio remete a não cair na categorização das concepções como reflexo íntegro das visões de mundo do agente coletivo e individual. Pois, aponta para o tratamento do relativismo e objetividade nas formulações teóricas. Sendo assim, buscam-se, de diferentes formas, atribuir à relativização algum grau de objetividade. Desse modo, as teorias que visam as ações de motivações internas são tomadas com alguma 'função' nas relações sociais, visando explicar como as abstrações (condicionantes) promovem a defesa da ordem social, na transformação social ou em direções simultâneas. Claro que tais explicações dependem de um referencial, isto é, para onde a ação social condicionada surte efeito. Podendo, até o próprio condicionante e a abstração serem analisadas enquanto uma reforçando a outra.

Foucault desempenhou forte influência na Sociologia, os seus escritos foram recepcionados em relação ao modo de teorizar as relações de poder a partir do conceito de ideologia (ALVAREZ, 2015). Pois, um modo tradicional, antes de Foucault, de conceituar ideologia se refere a questão do conhecimento, estabelecendo o falso (ideologia) e o verdadeiro (ciência). Assim que, o conceito de ideologia caracterizava quem era detentor da visão de mundo esclarecida e aquele com ‘falsa’ visão de mundo. Onde a ciência possuiria a capacidade de excluir a ideologia. Além disso, o conceito de ideologia remetia ao sujeito provido de poder incondicional que constitui desigualdades socioeconômicas em nível societário, determinando a divisão entre estrutura e superestrutura. Os escritos de Foucault demonstraram como a ciência é também ideológica a partir da Psiquiatria e que nas micro relações se constroem poderes que podem ser manifestados por qualquer um, inclusive pelos oprimidos. Além do mais, demonstrou que o poder nas relações sociais constituem sujeitos. Isso porque o conceito de sujeito tem um duplo sentido, aquele que sujeita o outro e aquele que é sujeitado.

A partir da influência de Foucault passaram a ser tomadas algumas precauções. Existem duas instância da realidade que devem ser consideradas como interdependentes: os

conhecimentos que formulam visões de mundo e quais são os condicionantes das ações sociais, que podem ser os elementos da visão de mundo e, também, condicionantes externos às ações sociais. Os conhecimentos que manifestam visões de mundo se constroem de forma dispersa e transversal em instituições distintas, isto é, como ações coletivas, mas, também, formam estruturas sociais de conhecimentos. As ações coletivas e estruturas sociais são interdependentes e cada uma se constrói com certa autonomia. A ação assume contornos e direções oscilantes. A partir de sua historicidade se observa dispersamente ou certas ações coletivas que se mantêm ou cessam ao longo do tempo. Enquanto as estruturas sociais repousam no cotidiano e perduram ao longo do tempo de forma bem mais estável do que as ações coletivas, embora as ações coletivas tenham uma íntima relação com as estruturas, mesmo assim, possuem certa autonomia. Os condicionantes, isto é, as ideologias estão incluídas tanto nas ações coletivas, como nas estruturas de concepções de mundo, contribuem na constituição da ordem social.

As teorias de discursos tendem a abordar as duas dimensões, tanto as ações coletivas como as estruturas de concepções de mundo. Desse modo, encarar os discursos como objeto de análise teórica requer considerar três fundamentos (HOWARTH, 2000): um fundamento mais elementar e implícito ao que foi apresentado até aqui é o discursivo ou o que Araújo (2004) conceitua de linguagem, quer dizer, são as significações socialmente construídas, onde os significados entendem o mundo como mundo, regras e normas a partir da vivência do agente coletivo e individual, permitindo, assim, aos agentes descobrir, nomear e se envolver com os objetos ao seu redor. Isto é, não é meramente atribuir nomeações às coisas, mas sim, envolve todas as formas de atribuir significados à realidade, que se constituem, assim, em *visões de mundo*. O discurso como realidade não é meramente atribuir nomes às coisas a partir de alguma avaliação socialmente disputada, mas sim, uma capacidade humana de existir e compreender sua existência culturalmente diversificada.

Outro fundamento da teoria do discurso é o próprio discurso como elemento capaz de construir diferenças sociais, formando identidades, sujeitos e objetos particulares ao longo da história. Dessa forma, o discurso constituído de poder, como capacidade de formar sujeitos, é uma categoria que deriva do discurso para estabelecer fronteiras, porém, estas não são indestrutíveis, são fronteiras com graus de fragilidade e a construção socialmente histórica demonstra as mudanças nas relações sociais. Portanto, o poder que deriva do discurso, pode assumir formas semelhantes a depender do socialmente construído. As teorias do discurso não desconsideram a diversidade cultural ou que não buscam regras universais que se estende a qualquer cultura, mas sim, buscam elementos determinantes de posições sociais. O poder,

nesse caso, é encarado como capacidade de estabelecer desigualdades sociais, sendo assim, o próprio analista do discurso está envolvido em sentidos socialmente construídos, não é alguém que paira sobre a realidade.

Por fim, a análise do discurso é outro fundamento que caracteriza a teoria do discurso ao atribuir capacidade explicativa causal. Aqui o analista do discurso lida com vasta gama de manifestação da linguagem, como diversidade de gêneros textuais, falas, gestos corporais, material visual e audiovisual etc., que são significações socialmente diversificadas. Então, ao explicar as causas de alguma problemática, o analista do discurso aponta para os elementos da realidade que constroem sociabilidades. Claro, o termo elementos é muito vago, nesse ponto é dependente de qual variabilidade de manifestação da linguagem que se toma como dado analítico e qual problemática social que envolve categorias das relações sociais. Portanto, as teorias do discurso lidam com três instâncias: as diferenças culturais, sociabilidades construídas e o poder que constitui sociabilidades.

Howarth (2000) esquematiza três transformações canônicas da teoria do discurso. A teoria do discurso mais tradicional focaliza as regras de comunicação contextualizadas. Desse modo, a análise se concentra em comunicações sociais particulares, como entrevistas psiquiátricas, relação entre professor e aluno, consulta médica etc. Trata-se de teorização focada em padrões na dimensão micro das relações sociais. Já nessa primeira fase da teoria do discurso se delineia uma diferença conceitual entre discursivo e não-discursivo, o primeiro é toda manifestação de conhecimentos, e o não-discursivo são manifestações da linguagem que não remete a linguística. Foucault introduz outras duas teorizações canônicas que incluem o discursivo e o não-discursivo. Na segunda teorização canônica Foucault está focado na abordagem estruturalista, de tal modo acrescenta diferentes elementos sociais que não se restringe às subjetividades nas comunicações, demonstrando como se constituem sujeitos e objetos historicamente específicos. Na fase genealógica de Foucault, a preocupação se concentrou na tríade entre prática social, prática discursiva e prática social. Buscou demonstrar como o não-discursivo influencia o discursivo, e este, por sua vez, molda o não-discursivo (as normas sociais), isto é, como subjetividades manifestadas pelas práticas discursivas (gramáticas e sentidos contextualizados) e demais fenômenos se relacionam mutuamente.

Norman Fairclough é um dos autores marcantes da terceira fase da teoria do discurso, onde inclui textos e atos de falas do campo político. Sua teorização distingue, por um lado, a prática discursiva enquanto atos de fala e escrita, por outro lado, as demais ações como práticas sociais (HOWARTH, 2000). Sua abordagem considera que a economia política

capitalista influencia as demais ordens sociais particulares, que nestas incluem as práticas discursivas individuais e coletivas. A análise foca no modo como as práticas discursivas influenciam a ordem social de onde elas se originam, demonstrando como as práticas discursivas podem estar na mesma direção de constituição do capitalismo, como podem estar em direção contrária (FAIRCLOUGH, 1996; 2016).

A teoria do discurso de Fairclough (1996; 2016) observa os discursos como ação coletiva e, também, os sentidos comuns como formas de concepções de mundo estruturadas, embora, a fixidez estrutural do sentido comum seja temporária. Fairclough leva em consideração, também, dois elementos ideológicos, as filosofias implícitas nos sistemas de conhecimentos e a estrutura do capitalismo. Contudo, para chegar analiticamente ao sentido comum constituído e as filosofias implícitas, a investigação deve partir das ações sociais particulares. A ação em Fairclough tem como fundamentos a linguagem e o poder; o poder assume um papel de hierarquização e de unificação entre os agentes coletivos, isto é, constrói domínios de certas classes sociais sobre outras. Assim que, a dominação de uma classe sobre outras se estabelece através da linguagem, construindo sentidos comuns constituídos de idealizações que conformam comportamentos hierarquizados. Essa relação de poder se estabelece pela noção de integração, assim, apesar de certos sentidos serem discutidos e tomados como base para orientar as ações, os sentidos consensuais são prevalecentes com capacidade de poder na constituição das práticas sociais dos sujeitos. Os sentidos comuns podem ou não estar associados às normas sociais. Por exemplo, agentes individuais podem manifestar ideias contraditórias às normas burocráticas. Portanto, o sentido comum se caracteriza como parte de outras formas estruturais.

Por outro lado, o poder pode se manifestar pela coerção, seja ela pelo ato de fala que segue normas sociais (por exemplo, decretos presidenciais, a burocracia em geral etc.), seja pela violência física, mas Fairclough está focado nos sentidos que transformam as relações sociais. Tal preocupação do autor está associada ao seu próprio posicionamento, além das questões analíticas. Fairclough está focado na transformação da sociedade, ele se autointitula como um socialista e comprometido com a emancipação dos oprimidos (trabalhadores, grupos de paz, feministas, negros, movimentos sociais em geral), sendo assim, as normas sociais e estruturas contemporâneas são orientadas pelo capitalismo. Portanto, é pela via do poder dos sentidos que Fairclough aponta como caminho para a transformação da sociedade. No entanto, o caminho de transformação social, indicado por Fairclough, não se trata da atuação de alguma classe social arraigada por concepções que levam ‘luz’ a outra classe ou que a transformação social se opera exclusivamente pelas ideias e o capitalismo se extirparia

consequentemente. O caminho de transformação, a partir da teoria do discurso de Fairclough, considera em criticar os rumos dos conflitos quanto aos sentidos comuns estabelecidos e suas implicações nas estruturas sociais (economia, política e cultura), onde a crítica possui uma particularidade dentre os demais agentes, além disso, as formulações analíticas partem da interpretação das concepções estabelecidas, isto é, não assume uma verdade acima das demais visões de mundo, embora, o analista aqui assuma uma posição crítica. Assim, não prescreve como a luta deve se operacionalizar. No entanto, Fairclough (e o autor deste texto, também) não se coloca como um messias dos oprimidos, mas sim, como mais um que possui uma posição em particular na dinâmica social.

Retomando o ponto de partida da investigação, na prática social, conforme definida por Fairclough, deve considerar que as práticas sociais que constroem conhecimentos são influenciadas tanto pela estrutura da economia política, desse modo, a prática social é influenciada pela posição social de classe, mas também pela diversidade de conhecimentos distribuídos. Portanto, a categorização do sentido comum e ideológico em Fairclough é limitada ao grupo ou instituição social, ao mesmo tempo, para Fairclough não há uma essencialização do agente que interpretaria o mundo num único sentido e que agiria de forma determinista. Assim que, o autor não cai na objetividade radical. Por outro lado, mesmo que focalize os sentidos de dado agente, a análise se estende para além, a partir da análise ideológica ao abordar as filosofias implícitas relacionadas às estruturas da economia política. A generalização se sustenta em sua teoria a partir de sentidos comuns que perduram ao longo do tempo, isto é, a análise se refere aos sentidos que não se dissipam com facilidade. Os resultados de pesquisas, a partir da teoria do discurso de Fairclough, se modifica a cada nova pesquisa devido a objetividade de sentidos serem transitórios, por se concentrar sobretudo nas ideologias que não se dissipam com facilidade. Observa como elas são remodeladas em novos complexos discursivos. Ideologia como campo de estudo considera as filosofias implícitas a partir dos sentidos, assim

> As ideologias têm mais a ver com a questão de quem está falando o quê, com quem e com que finalidade, do que com as propriedades linguísticas inerentes de um pronunciamento. [...] o fato então é que o mesmo fragmento de linguagem pode ser ideológico em um contexto e não em outro; a ideologia é uma função da relação de uma elocução com seu contexto social (EAGLETON, 1997 P. 22).

Fairclough se concentra em um tipo de manifestação da linguagem específica, o objeto de análise categórica são as manifestações sociolinguísticas, assim outras manifestações da linguagem, que são objeto de estudo da semiótica, por exemplo, é secundária em sua

concepção de discurso. Para Fairclough o discurso se constitui de forma tridimensional: texto, prática discursiva e prática social. Toda prática social é manifestação da linguagem que constroem regras e novas dinâmicas sociais, no entanto, a prática discursiva é um tipo em particular dentre as práticas sociais, o ato de fala e a escrita são manifestações linguísticas que Fairclough considera como prática discursiva. As práticas discursivas estão imersas em condições sociais específicas, acabam por existir sob um duplo aspecto, as práticas discursivas são constituídas pela força estrutural que impõe sentidos e normas sociais, isto é, impõem identidades, normas e convenções. Outro aspecto das práticas discursivas é sua capacidade de agência, que constroem identidades, relações e a dimensão ideacional (visões de mundo). Desse modo, as práticas discursivas acabam por 'denunciar' elementos de tais especificidades sociais de onde se origina. Nesse sentido, a teoria do discurso de Fairclough aponta caminhos analíticos da prática discursiva através de interações sociais (identitária e relacional) e práticas discursivas que manifestam sistemas de conhecimentos e crenças (ideacional):

> A função identitária relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso. a função relacional a como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas. a função ideacional aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 96)

Portanto, a concepção tridimensional do discurso possibilita diferentes caminhos analíticos centralizados nas representações sociais, embora, a ordem social seja considerada em cada uma das funções: identitária, relacional e ideacional. É importante distinguir as práticas sociais que normatizam os modos de manifestar as práticas discursivas e as práticas sociais representadas pelo discursivo e seus efeitos sociopolíticos, pois as características normativas elencadas da concepção tridimensional do discurso se referem a construção textual: gênero, tema, proposição etc. Essas normas sociais, na construção textual, são abordadas metodologicamente pela teoria do discurso de Fairclough inspiradas em teóricos linguistas.

Por outro lado, todos os elementos representados pelas textos e seus efeitos sociopolíticos é de maior profundidade:

> Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as 'constituem'; diferentes discursos constituem entidades-chave (sejam elas a 'doença mental', a 'cidadania' ou o 'letramento') de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais (por exemplo, como médicos ou pacientes), e são esses efeitos sociais do discurso que são

> focalizados na análise de discurso. Outro foco importante localiza-se na mudança histórica: como diferentes discursos se combinam em condições sociais particulares para produzir um novo e complexo discurso (FAIRCLOUGH, 2016, p. 22)

Além do mais, a importância dada ao discursivo, por Fairclough, não é apenas pela capacidade de construção e constituição societária, mas também, devido a centralidade sociopolítica de ordens sociais locais a partir das definições de modos de vida da modernidade. Diferentemente dos pós-modernistas, que apresentam cenário da realidade social derrocada, Fairclough se baseia em autores como Habermas, Jameson e Foucault (FAIRCLOUGH, 2016) e Giddens (FAIRCLOUGH, 2001) para apontar o caminho contrário. Para Fairclough a modernidade (FAIRCLOUGH, 2016) contemporânea passa por mudanças que constituem novas fronteiras sociais cada vez mais fincadas na subjetividade e objetividade locais. Dessa forma, teorizar do local ao macro parte das práticas discursivas constituídas de subjetividades intimamente condicionadas e condicionantes de ordens sociais. E tal dimensão macro não se trata de uma novíssima sociedade pós-capitalista, mas sim, do próprio capitalismo contemporâneo.

Os novos ordenamentos da modernidade contemporânea são conceitualizados pelos modos de relacionamentos das práticas discursivas. São três tipos de práticas discursivas: produção, distribuição e consumo (FAIRCLOUGH, 2016). A produção de práticas discursivas estão imersas nas normas sociais que estabelecem regras para sua produção, bem como, os sentidos nelas que são compartilhados para além de onde a prática discursiva se origina. A distribuição é a prática discursiva de compartilhamento de textos que se caracteriza por ‘funções’ próprias quando um texto de autoria de outro agente possui valor nas relações sociais. A prática discursiva de consumo está inclusa nas outras duas, pois é a prática interpretativa das demais práticas sociais.

As relações entre práticas discursivas são destacadas por Fairclough a partir de suas características: intertexto manifesta e intertextualidade discursiva (também chamada pelo autor de interdiscursividade) (FAIRCLOUGH, 2016). A intertextualidade é a historicidade de um texto com outros textos, a relação explícita entre os textos. Ela é a “incorporação das relações potencialmente complexas que tem com as convenções” (FAIRCLOUGH, 2016, 142). A intertextualidade se manifesta de duas maneiras, pode ser manifesta, quando algum texto é manifestado noutro texto de forma explícita (como as citações diretas nos textos acadêmicos), ou constitutiva, quando manifesta convenções, isto é, sentidos e lógicas de status de senso comum.

A intertextualidade se manifesta com algumas características que podem ser, inclusive, caminhos analíticos. A representação do discurso é a forma como as práticas discursivas representam o mundo, o discurso representador relata o mundo de certo modo, representa outros discursos a partir de uma certa organização. O discurso representador tem um 'papel' nas relações sociais, onde muitas vezes os sentidos representados são o principal aspecto determinante nas relações. Dessa forma, a intertextualidade pode se constituir de diversas maneiras ao constituir convenções.

O intertexto, na sua dimensão constitutiva/discursiva, estabelece significados convencionais que podem ser úteis para a constituição da societária. A constituição dos discursos é feita através de gêneros das práticas discursivas, é um tipo particular de texto (como consulta médica, entrevista de emprego etc.) e processos particulares de produção, distribuição e consumo de textos (como a interpretação da legislação educacional pelas secretarias de educação, compartilhamento de novas normas no ambiente de trabalho, compartilhamento de conteúdo e suas interpretações nas mídias sociais etc.), dessa forma se estabelecem posições de sujeitos constituídos e construídos, envolvendo alguma área de conhecimento.

Os três caminhos analíticos - ideacional, identitário e relacional – focalizam-se nas práticas discursivas de agentes individuais ou coletivos, que são manifestadas em instituições que lidam com o poder: está implícito na obra de Fairclough (1996; 2016) de como ele lida com poder de duas formas, uma é o poder que constituem sujeitos que, apesar de apresentarem sentidos diversos, estão relacionados às estruturas de sentidos comuns e ideológicos, portanto, há o sujeito que emprega o poder e aquele que é constituído pelo poder, construindo posições de classes distintas. Porém, as posições sociais possuem graus distintos de poder, mesmo as classes mais desfavorecidas. Portanto, a capacidade de poder também é desigual. Para tratar desse duplo aspecto do poder, Fairclough (2016) se inspira nas contribuições de Louis Althusser. No entanto, Althusser essencializa radicalmente os agentes que compõem uma instituição. Enquanto Fairclough considera que cada instituição social na sociedade de classes está limitada quanto ao seu agir na reprodução ou mudança social, devido a desigualdade de poder determinada pela posição social de classe, mas que não se trata de uma limitação radical de cada instituição e que o horizonte para mudança social não se restringe às instituições existentes. Como explicado anteriormente, o discurso como ação coletiva é dotado de certa autonomia em relação às estruturas existentes. Portanto, Fairclough considera tanto o viés estrutural da instituição sobre os agentes como os discursos que nela incidem, modificando suas regras, como demonstrou sobre os discursos de mercantilização do

discurso público, que modificam as normas sociais das universidades públicas na Grã-Bretanha (FAIRCLOUGH, 2001). Nesse sentido, o Estado (forças armadas, polícia, governo etc.) e as instituições sob o poder político estatal (família, escola, hospitais, universidades etc.) formam a ordem social e as relações de trabalho capitalista. As relações entre classes são mais fundamentais do que outras formas de relações. Ao mesmo tempo que as outras relações não são mero reflexo das relações entre classes. É uma relação dialética entre os dois blocos de relações. Assim, a maximização de benefícios dos burgueses depende da maximização da exploração nas relações entre classes e de outros tipos de relações. Nesse cenário há as lutas que são visualizadas nos processos em que grupos sociais travam disputas (FAIRCLOUGH, 1996).

Nesse sentido, é preciso levar em conta a ordem social local de onde a prática discursiva se origina e sua relação com a ordem social capitalista. Desse modo, há uma direção específica que se observa durante a investigação: como a ordem social local é maximizada para reforçar as posições de classes provenientes do capitalismo. Por exemplo, como o racismo e patriarcado contemporâneo são maximizados para reforçar o capitalismo, assim, o racismo e patriarcado são sentidos que orientam comportamentos nas ordens sociais, como no ambiente de trabalho, familiar, amizades etc. Fairclough ao conceituar os sentidos que estão inclusos nas práticas discursivas, toma como inspiração as ordens discursivas de Foucault. Para este autor as ordens discursivas são conjuntos de disciplinas que guiam a produção de conhecimento e práticas corporais, as disciplinas são constituídas por regras e estratégias para estabelecer o verdadeiro do falso e o que é ou não permitido nas instituições (FOUCAULT, 1996).

Nesse sentido, as normas sociais, dentre os agentes individuais e coletivos analisados, são consideradas como parte da análise, bem como, os sentidos intrínsecos nas suas práticas, tendo como referencial externo o capitalismo. No entanto, o próprio autor assinala a dificuldade de observar o quanto o conflito entre discursos pode influenciar na estrutura capitalista, tendo em vista que nesse ponto foge ao horizonte da análise. Portanto, o que se faz analiticamente, através da teorização de Fairclough, é denotar a reprodução e transformação dialeticamente do tipo de sociedade contemporânea através de agenda oculta, e ainda assim, a agenda da relação entre instituição/ordem discursiva está aberta. Por outro lado, a produção de sentidos comuns e de ideologias é construída dialeticamente na ordem social local e capitalista, ou seja, não é uma reprodução íntegra dos sentidos e se manifesta com contradições, pois as práticas discursivas podem ser contraditórias às normas sociais de onde a prática discursiva se origina, como explicitado anteriormente.

É importante destacar que o arranjo teórico apresentado até aqui destaca as manifestações de relações desiguais de poder, tanto pelas estruturas de sentidos comuns como também pela ideologia, ambos com capacidade de orientação das relações sociais e formação de sujeitos. Existem semelhanças e diferenças entre os efeitos do sentido comum e da ideologia no meio societário. A maior parte do embate político do sentido comum e ideológico se sustenta nas instituições e não somente na política nacional.

Fairclough se inspira em Gramsci e em Foucault para conceituar hegemonia e ideologia. Da parte de Gramsci há o problema de seus conceitos serem muito abstratos. Para Fairclough ideologia em Gramsci é um complexo ideológico de concepções contraditórias, e, também, é senso comum, "tanto como repositório dos diversos efeitos de lutas ideológicas passadas quanto como alvo constante para a reestruturação nas lutas atuais" (FAIRCLOUGH, 2016, p. 128). Nesse sentido, Fairclough observa as ideias ou visões de mundo na teorização de Gramsci como caminho para transformação da sociedade, pois, apesar da prevalência das classes poderosas, há brechas nas contradições que podem ser a abertura para transformações sociais mais profundas.

Foucault inclui outra importância no caminho analítico proposto. É também um papel de vigilância contra abusos da política nacional, tomando como exemplo o caso da União Soviética, demonstrando que não basta as mudanças no caminho da economia política, as 'ideologias' são também um campo político para ser tratado (FOUCAULT, 1997). Desse modo, Foucault aborda a verdade como sendo algo paralelo à ideologia em Gramsci:

> um combate "pela verdade" ou, ao menos, "em torno da verdade" − entendendo−se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer "o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar", mas o "conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder"; entendendo−se também que não se trata de um combate "em favor" da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico−político que ela desempenha (FOUCAULT, 2017, p. 53).

A partir desse ponto, Fairclough também aponta para as contribuições de Althusser, ao destacar o papel determinante na formação de sujeitos dos aparelhos ideológicos do Estado. As formulações conceituais de Fairclough seguem um caminho para demonstrar que esses embates políticos dispersos na sociedade é sim hegemônico, que envolve o senso comum ou em suas palavras o sentido comum, mas também ideológico.

Para Fairclough hegemonia "é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais, em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como equilíbrio instável"

(FAIRCLOUGH, 2016, p. 127). Nesse sentido, as hierarquizações específicas são temporárias, que se articulam formando alianças, buscando meios aceitos na sociedade para aumentar a discrepância de poder. Por exemplo, as relações entre professores e alunos, negros e não-negros, indígenas e não-indígenas, ruralistas e sem terras, tomam particularidades de luta política, mas imbuídas ideologicamente com filosofias implícitas que constituem o nível societário das relações desiguais de poder. Sendo assim, o Estado e sociedade são o palco da luta de classes, pois a luta hegemônica ocorre através de articulações de classes poderosas com outros grupos de poder, mas também, buscam atuar sobre meios que lhes garantam a legitimidade das normas sociais e, sobretudo, a aceitação ideológica:

> Em tais casos, a hegemonia também fornece tanto um modelo como uma matriz. Fornece um modelo: por exemplo, na educação, os grupos dominantes também parecem exercer poder mediante a constituição de alianças, integrando e não simplesmente dominando os grupos, e fazem isso em parte por meio do discurso e mediante a constituição de ordens discursivas locais. Fornece uma matriz: a obtenção de hegemonia em um nível societário requer um grau de integração de instituições locais e semiautônomas e de relações de poder, de tal modo que as últimas sejam parcialmente moldadas por relações hegemônicas e lutas locais possam ser interpretadas como lutas hegemônicas. Isso dirige a atenção par as ligações entre as instituições e para ligações e movimento entre as ordens discursivas institucionais (FAIRCLOUGH, 2016, p. 130)

Portanto, apesar da dispersibilidade da luta hegemônica, existem modelos e matrizes que apresentam semelhanças nas relações de poder locais. No entanto, a ideologia é um tipo particular de sentido comum. O poder dos sentidos comuns são visíveis enquanto a ideologia é naturalizada, dessa forma, não é tão perceptível. Consequentemente, o poder da ideologia se manifesta distintamente do poder do sentido comum. Sendo assim, a ideologia é um consenso sobre lógicas filosóficas imanentes aos sentidos comuns, isto é, trata-se de constructos sedimentados nas abstrações. Portanto, a diferença entre os efeitos do poder no sentido comum e na ideologia, é que neste último os efeitos do poder estratificam as relações sociais de forma mais aguda (FAIRCLOUGH, 1996).

As manifestações de poder, através dos sentidos comuns, são mais brandas e visíveis e se apresentam de forma imediata ao agente (incluindo ao analista crítico do discurso). Os sentidos comuns se manifestam de três formas:

1. O poder no discurso (interação): aqui é a relação direta entre agentes que controlam a participação de outros agentes. Existem três tipos de limitações sobre a participação de outros agentes nas instituições: os conteúdos do que é dito, aquilo que o agente pode discursar; com quem os agentes podem se relacionar; e posições sociais que os agentes podem ocupar.

2. O poder oculto do discurso (ideacional): são analisadas as ações unilaterais onde os produtores do discurso se dirigem a um sujeito ideal, tem o efeito de formar sentidos localmente. Por exemplo, as mídias de massa exercem influência sobre a reprodução do capital através das classes dominantes e outros sujeitos de poder.
3. O poder atrás do discurso (ideacional/interação), essa forma é mais sutil. O poder atrás do discurso se estabelece em várias dimensões: pode ser pela linguagem padrão quando uniformiza as manifestações da linguagem como norma para inserir agentes a certos grupos sociais, construindo assim, dominação entre classes. Outra dimensão do poder atrás do discurso se constitui quando as práticas discursivas influenciam ordens sociais e a outros discursos. Por fim, a constituição de critérios para manifestação de práticas sociais internas à instituição.

Nesse sentido, a teoria do discurso de Fairclough possibilita a análise de processos internos às instituições, seja de maximização da ordem social local seja da capacidade de agência das práticas discursivas. Além disso, possibilita analisar elementos das abstrações de práticas discursivas endereçadas a algum sujeito existente, mas que é representado pelo discurso por sentidos particulares. Como dito anteriormente, os efeitos do poder do sentido comum são explícitos e facilitam as tensões antagonistas. Por outro lado, os sentidos comuns podem formar lógicas internas, constituindo ideologias que estão implícitas nas atividades da vida social. As relações desiguais de poder, através da ideologia, se constituem como dominação e que pode ocorrer de três formas:

1. Discurso dominado opositor a um discurso dominante;
2. Discurso dominado é assimilado pelo discurso dominante;
3. Dominação em uma instituição: o discurso dominante não é visto como arbitrário, não é questionado, é legítimo porque é apenas uma forma de comportamento ‘neutro’.

O poder ideológico, diferentemente do poder do sentido comum, é capaz de construir relações sociais mais estratificadas, atingindo o nível societário. As ideologias são significações naturalizadas de status de senso comum, que implicam de alguma forma na construção e constituição da realidade social, isto é, nas práticas que contribuem para constituição e transformação de um tipo de manifestação de poder, as relações de dominação. Por se tratar de filosofias implícitas à dominação não é coercitiva, seja nas palavras seja na violência física, embora esses elementos possam fazer parte do conjunto de práticas

naturalizadas ideologicamente. O status de senso comum das ideologias dispersas na diversidade social “devem ser mais do que ilusões impostas e, a despeito de todas as suas inconsistências, devem comunicar a seus sujeitos uma versão da realidade social que seja real e reconhecível o bastante para não ser peremptoriamente rejeitada.” (EAGLETON, 1997 P. 27).

Assim como os efeitos do poder do sentido comum, a dominação ideológica forma sujeitos sob um duplo aspecto, o sujeito que está abaixo de uma autoridade política: é passivo e adaptado; e o sujeito da oração: é ativo em sua ação. Ambos estão adaptados às normas para agir socialmente, somente assim podem atuar. O sujeito por meio das práticas sociais e práticas discursivas reproduz e transforma as estruturas discursivas e sociais, mas tais mudanças, que Fairclough está interessado, não se restringem em nível local, mas sim, nas mudanças generalizadas. Portanto, explicitar as filosofias implícitas (ideologias) que orientam comportamentos é fundamental para realizar a análise criticamente, mas não somente isso, deve-se apontar dois elementos nas mudanças em curso que as ideologias são naturalizadas, o contexto e as questões da estrutura capitalista.

Dessa forma, Fairclough aponta tendências de mudanças sociais em progresso nas sociedades modernas, que permeiam os sentidos comuns e ideologias. Tais tendências fazem parte da luta hegemônica de colonização local, mas “baseadas em premissas ou pressupostos sobre a racionalidade e a centralização de processos sociais que podem não mais se manter nas sociedades contemporâneas” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 284). Dessa forma, existe direcionamento das fragmentações das relações sociais, pois a colonização é unilinear baseada na maximização das desigualdades de classes capitalistas, e a fragmentação se baseia no mosaico de combinação de elementos com novas formas para objetivos momentâneos e as convenções não negociadas visando efeitos a longo prazo.

As tendências discursivas se articulam a depender da luta hegemônica particular, são elas: (1) democratização: são sentidos comuns e ideológicos que visam diminuir ou extinguir assimetrias e (2) comoditização: é a mercantilização de coisas que usualmente não é mercadoria, ou melhor, que não se produz, distribui e consome como mercadorias.

No entanto, Fairclough aponta para uma tendência que se sobrepõe à democratização e à comoditização, trata-se da tecnologização: são “técnicas transcontextuais, que são consideradas como recursos ou conjunto de instrumentos que podem ser usadas para perseguir uma variedade ampla de estratégias em muitos e diversos contextos” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 275). Nesse sentido, a democratização e comoditização são instrumentalizados pela

tecnologização do discurso nas mudanças em curso das sociedades contemporâneas para maximização do capitalismo.

Decorrente das mudanças sociais em curso, que objetivam constituir novas racionalizações através de sentidos comuns e ideologias, não pode a teoria crítica do discurso deixar de focar a instância ideológica das lutas hegemônicas. Pois, as mudanças em curso formam ideologias que visam às mudanças das próprias normas sociais tradicionais:

> Isto significa dizer que para a ADC não é suficiente formular um tipo de crítica estritamente normativa, que, embasada por determinadas concepções de bem-estar humano, enseja denúncias sobre as dinâmicas de poder parcialmente sustentadas pelo momento discursivo da rede de práticas sociais. É necessário que se articule a essa crítica normativa uma crítica explanatória apta em descrever como e por que a realidade social se estrutura e se reproduz na forma em que a vivenciamos. Sob essa teorização de base marxista, a transformação e emancipação da sociedade dependem dessa crítica explicativa sobre o mundo social, sendo, por esse motivo, importante que analistas críticos do discurso se debrucem também sobre as facetas materiais da sociedade como forma de elucidar a ação discursiva em seu potencial reprodutivo e transformacional das relações sociais (IRINEU, 2020, p. 194)

Nesse sentido, a teoria do discurso de Fairclough remete a uma outra dimensão da realidade social além da societária, se refere também à dimensão relacional nas ações coletivas com papel de constituir novas relações sociais. No entanto, tais elementos se localizam transversal ao conceito de ideologia, dessa forma a crítica deve focar nas filosofias implícitas que estão correlacionadas às normas sociais institucionalizadas, aos contextos das mudanças em curso e as estruturas capitalistas. Esses três campos são complementares. É o raciocínio dialético como pressuposto a teoria do discurso de Fairclough:

> O raciocínio dialético busca compreender, por outro lado, quais as possibilidades acionais que emanam não somente dessas estruturas mais amplas, mas das ações situadas dos atores sociais no interior das práticas e eventos. Ou seja, de que forma trabalhadores, nesse contexto de precarização, não apenas são discursivamente interpelados pelas ideologias neoliberais, mas de que maneira atuam discursivamente para representar o mundo do trabalho e suas identidades, podendo reforçar – na maioria das vezes de forma inconsciente – essas estruturas ou contestá-las com a finalidade de modificar essas relações (IRINEU, 2020, p. 198)

Contextualizar e relacionar as estruturas capitalistas à prática discursiva diminui a ambiguidade dos sentidos manifestados e ao mesmo tempo traça a direção da generalização. É dessa forma que Fairclough aponta para o raciocínio dialético como um corretivo para não cair no determinismo estrutural, onde o evento discursivo (texto, prática discursiva e prática social) é temporário e contraditório ao próprio capitalismo, mas que apresenta forças políticas em curso com determinados objetivos de constituição da sociedade.

Para realizar esse feito existe uma questão implícita nos escritos de Fairclough, que é o modo de incluir as normas da ordem social, isso leva aos critérios para seleção dos casos analisados durante a pesquisa. Por exemplo, quais os conceitos utilizados para abordar a burocracia estatal ao analisar os serviços públicos de saúde. Outra questão implícita, porém, mais artesanal é o modo de inserir eventos e agentes ao contextualizar. Desse modo, o analista ao se basear na teoria do discurso de Fairclough pode cair na ambiguidade ao apresentar suas análises, mesclando o texto analisado (particularidade) e o discurso (construído coletivamente). Essa ambiguidade se refere ao dado analisado e às outras práticas discursivas que não fizeram parte dos casos selecionados da pesquisa. Noutras palavras, é a capacidade de generalização da teoria do discurso de Fairclough que é colocada a prova devido a dois apontamentos metodológicos: é questionado a sua teoria a quantidade de casos ao se referir a amplitude analisada, assim, a fundamentação dos resultados da pesquisa está a força de convencimento a partir do que ele apresenta das mudanças em curso, dependendo da interpretação dos leitores de sua obra que estejam inseridos nas classes sociais dominadas (RUIZ RUIZ, 2009). Talvez, esse último aspecto seja o mais importante para Fairclough, pois ele está focado nas múltiplas emancipações de grupos oprimidos, assim, esses mesmos grupos checam a validade da análise crítica do discurso vivenciando a luta hegemônica.

Outra crítica recorrente à teoria do discurso de Fairclough é que toda a análise está voltada para subjetividades que recaem a ideologia dominante, desse modo, toda diversidade das representações sociais está direcionada a mesma problemática (RUIZ RUIZ, 2009). Por outro lado, isso não inibe a teorização em demonstrar como as representações sociais estão intrinsecamente relacionadas às ordens sociais locais que constroem poderes desiguais e ao capitalismo contemporâneo. Dessa forma, a contribuição de Fairclough enquanto teoria, está voltada à participação política da análise comprometida por meio da crítica (FAIRCLOUGH, 2012).

Para contornar o problema da fundamentação da generalização, Ruiz Ruiz (2009) propõe incluir medidas metodológicas do campo sociológico[2]. Dessa forma, demonstra os pontos da análise do discurso como como investigação social:

> 1) o conhecimento da intersubjetividade social nos fornece um conhecimento indireto da ordem social, porque a intersubjetividade é um produto da ordem social e porque é através da intersubjetividade social como a ordem social é constituída e funciona; 2) a

[2]Acolhi como inspiração para incluir as sugestões de Ruiz Ruiz o livro "A Nação em Disputa: ações afirmativas com recorte racial no ensino superior e controvérsias em torno da identidade nacional no Brasil" de Aristeu Portela Júnior como exemplo da flexibilização da Análise Crítica do Discurso para a Sociologia a partir das sugestões de Ruiz Ruiz.

> análise dos discursos permite conhecer a intersubjetividade social, porque os discursos a contêm e porque é através das práticas discursivas que ela é produzida (RUIZ RUIZ, 2009, p. 4-5)[3]

Os dois apontamentos de Ruiz Ruiz remetem à teoria do discurso de Fairclough (1996; 2016) a partir da centralidade da concepção de discurso tridimensional, onde focaliza as representações sociais e como estas são produzidas coletivamente e sua relação de constituição e construção da ordem social local. A partir disso, Ruiz Ruiz (2009) demonstra um caminho analítico da investigação social, tendo por base a análise do discurso que nos sugere a melhora da fundamentação investigativa em Fairclough. Desse modo, a ação social deve se preocupar em compreender as posições discursivas no conjunto de discursos de um espaço social, isto é, a posição particular apresenta como denunciante de aspectos do meio social de onde se origina, porém, as denúncias são limitadas ao caso. Desse modo, deve-se coletar uma quantidade significativa de casos para construir categorias argumentativas posicionadas sobre um objeto social. Outra precaução é o caminho da intertextualidade entre dois ou mais discursos que são compatíveis e não que um derive do outro. Por fim, elencar o contexto situacional e o contexto macro, demonstrando que os argumentos estão relacionados para além da particularidade da prática social e seus sentidos não são únicos a uma situação particular.

A partir das sugestões de Ruiz Ruiz, incluímos o caminho para seleção dos casos analisados, a partir da quantidade de casos que construam categorias argumentativas posicionadas em contextos micro e macro, para assim, embasar com mais profundidade a generalização proposta por Fairclough. Nesse sentido, busca-se demonstrar maior gradação dos sentidos relacionados ao capitalismo contemporâneo e demonstrar que o agente analisado não está situado numa particularidade social. Assim, demonstrar o interesse pelo conceito de ideologia, sendo explicativo quando "nos ajuda a distinguir entre aqueles interesses e conflitos de poder que, em qualquer época, são claramente centrais a toda uma ordem social e aqueles que não o são" (EAGLETON, 1997 P. 23).

2.1 IDEOLOGIA E A TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

[3] Tradução minha. 1) el conocimiento de la intersubjetividad social nos proporciona un conocimiento indirecto del orden social, porque la intersubjetividad es producto del orden social y porque es a través de la intersubjetividad social como se constituye y funciona el orden social; 2) el análisis del discurso permite comprender la intersubjetividad social, porque los discursos la contienen y porque es a través de prácticas discursivas que se produce.

A partir do delineamento teórico apresentado, se faz necessário incluir contribuições teóricas para explicação da ordem social de onde as práticas discursivas se originam e, também, contribuições para análise das filosofias implícitas manifestadas ideologicamente. A teoria do discurso de Fairclough deixa em aberto para incluir categorias analíticas de outros campos de estudo, possibilitando, assim, uma análise eclética no campo sociológico ou até interdisciplinar. Nesse sentido, incluiremos as contribuições de autores da teoria dos movimentos sociais, dado que a UDR se trata de um ator político engajado no discurso da função social da terra. As contribuições de Glynos, Howarth e Griggs são profícuas a este trabalho, pois os autores abordam diferentes caminhos analíticos na teoria do discurso. Um desses caminhos é a análise retrodutiva ao abordar as possíveis condições necessárias para que dado fenômeno ocorra, nesse caso, quanto a atuação da UDR ao se posicionar contrário ao Governo e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mas também, as possibilidades do principal objetivo da UDR se concretizar, isto é, a reforma agrária como política para maximização da economia política no campo beneficiada exclusivamente aos ruralistas.

Busca-se incluir, ainda, ao escopo teórico de Fairclough, certas categorias das teorias dos movimentos sociais que possibilitem compreender a forma de produção de representações sociais discursivas de atores políticos. A teoria do discurso e as teorias dos movimentos sociais apresentam aproximações por serem áreas de estudo que se debruçam na investigação da ação coletiva como instância autônoma e ao mesmo tempo intrinsecamente relacionada às estruturas sociais. As teorias dos movimentos sociais reservam espaço para análise das representações sociais, que se tornam visíveis ao público, externo ao ator político por meio de manifestações que constituem significados aos conflitos políticos e que envolvem a política nacional e as estruturas sociais. A partir disso, há consonância com a teoria do discurso de Fairclough ao possibilitar a análise a partir da dimensão ideacional e por proporcionar um caminho investigativo dos sentidos manifestados em práticas discursivas de um grupo ou instituição, nesse caso, a UDR como ator político. Desta forma, essa seção se debruça em destacar as contribuições teóricas flexionadas à teoria do discurso de Fairclough, dada a especificidade sociopolítica considerando o objeto de análise deste trabalho.

Antes de se debruçar nas categorias das teorias dos movimentos sociais, é importante salientar que essas mesmas categorias podem ser estudadas sobre qualquer ator político no âmbito das ações coletivas, independente das subjetividades manifestadas e sua vinculação ao espectro político-ideológico. Os estudos sobre contramovimentos e movimentos têm demonstrado certas tendências tradicionais nos estudos de movimentos

sociais no Brasil e como o conceito de contramovimento pode abrir caminhos analíticos (KUNRATH; PEREIRA, 2020). As tendências têm se debruçado em analisar movimentos sociais de visão de mundo de esquerda ou progressista, a partir das categorias das teorias dos movimentos sociais, dando a impressão de que tais teorias sejam apenas aplicáveis a esses mesmos movimentos. Além disso, consideram a relação de oposição entre atores políticos de esquerda e direita como definidor deste último como contramovimento. Por outro lado, outros estudos no cenário internacional tem se debruçado no pressuposto relacional como definidor do conceito de contramovimento e não pelas subjetividades manifestadas pelos atores políticos. Dessa forma, busca dar maiores detalhes de ações e reações contextualizadas, assim que, o contramovimento é uma categoria de ação social e não de tipo de agente.

À vista disso, as categorias analíticas que tradicionalmente são instrumentalizadas para analisar os movimentos sociais de esquerda podem ser direcionadas aos movimentos de outras visões de mundo alocadas no espectro político (como campanhas, articulação, enquadramento político etc.). Assim que, a ação de contramovimento pode fazer parte das campanhas sustentadas pelos atores políticos, como também, a ação de contramovimento pode não fazer parte das campanhas, mas pode ter importância específica durante o conflito.

Mutzenberg (2011) destaca, para os estudos de movimentos sociais, temas como democracia como eixo, articulada à cidadania, à cultura política, sociedade civil, Estado e identidade. O modo como esses estudos consideram a democracia é quanto ao papel dos movimentos de acentuar a democracia capitalista contemporânea ou de transformá-la para uma nova democratização. Democracia, nesse sentido, é considerada como a política para construir o bem comum e seria central, aos movimentos sociais, o protagonismo transformador de tais mudanças sociopolíticas. Sendo assim, democracia também é considerada pela própria consolidação de movimentos sociais como política por possibilitar a atuação ativa de sujeitos no cenário político local e nacional. Nessa direção, movimentos podem se contrapor a concepções democráticas e, inclusive, baseados em concepções antidemocráticas.

Destacamos, assim, que movimento como política não está restrito aos movimentos que definem democracia pela perspectiva da esquerda ou democrática. O engajamento político também é possível a qualquer outros sujeitos ativos politicamente de qualquer matriz política, embora, deve ser considerado que os recursos disponíveis sejam outros (TILLY; TARROW, 2015). Como demonstrado por Tilly e Wood (2010) os grupos políticos, nomeados de movimentos sociais, consolidaram uma forma específica de atuação política, formando um complexo político com três elementos:

> 1) campanhas de reivindicações coletivas dirigidas a autoridades-alvo; 2) um conjunto de empreendimentos reivindicativos, incluindo associações com finalidades específicas, reuniões públicas, declarações à imprensa e demonstrações; 3) representações públicas de valor, unidade, números e comprometimento referentes à causa (TILLY; WOOD, 2010, p. 142)

Assim, essa forma política de atuação se consolida, combinando campanhas, repertório e demonstrações de VUNC (valor, unidade, números e comprometimento). As campanhas constituem grupos demandantes; o alvo das demandas e quem deve cumpri-las e o público que deve receber a oferta. Dessa forma, as campanhas são sustentadas envolvendo o ator político que busca representar algum público e para onde as demandas são direcionadas no âmbito das autoridades políticas com poder de mudança social sobre os representados, ou seja, as campanhas são esforços para atingir objetivos. Onde as campanhas são concretizadas por meio de um conjunto de esforços, conceituado de repertórios políticos, que podem ser combinados às situações mais variadas, como articulação com outros atores políticos e partidos. Ao mesmo tempo que o ator político planeja o modo como tornarão visíveis as reivindicações, manifestam valores, unidade consolidada, números que expressam relevância de reivindicadores e comprometimento do quão estão engajados.

Nesse sentido, destacamos que essa forma específica de política, demonstrada pela sociologia histórica de Tilly e Wood (2010), aponta para a diferença entre os tipos de agentes que se mobilizam: o ator político pode surgir em condições das mais variadas, embora, para sua consolidação sejam necessários certos requisitos para construção de base sólida que possa perdurar ao longo do tempo para, assim, possibilitar a constituição de movimento social. No entanto, isso não quer dizer que o ator político não tenha suas bases e que possa perdurar por tanto tempo, tanto quanto o movimento social, mas sim, que o interior desses dois tipos de agentes contam com complexidades distintas, onde o movimento social se constitui de bases específicas que são negociadas e planejadas, constituindo um corpo organizativo específico. Nesse sentido, o movimento social é um tipo particular de ator político (TILLY; TARROW, 2015). A análise, portanto, pode se debruçar sobre as campanhas, repertório e demonstrações de VUNC sem se debruçar tanto sobre o movimento social, como também, sobre o ator político.

Outro autor que se aproxima de tais análises é Alberto Melucci (2001), que aborda atores políticos que agem coletivamente e que são expressões de um conflito entre atores que buscam o controle de recursos cruciais. Por isso, essas ações, que objetivam o controle de recursos, se referem à ruptura de compatibilidade das normas estruturadas. Dessa forma, o

cenário se consolida como conflito político, onde o ator político se constitui como antagonista por se localizar na intercessão das estruturas e mudanças sociais. As estruturas, nesse sentido, são integrações entre agentes que se subordinam aos interesses dominantes que constituem limites aos dominados. Atores políticos manifestam, assim, suas ações em processos sociais heterogêneos com orientações num conjunto de relações que convergem para uma unidade. Essas orientações expressam crenças e ideias que podem até ser utópicas.

Tilly, Wood e Melucci demonstram que os atores políticos se colocam em oposição entre si, envolvendo o governo como autoridade política. Esses atores políticos se digladiam em torno de alguma problemática, ao mesmo tempo que visam mudanças sociais sobre as relações que buscam representar politicamente. Dessa forma, os atores políticos manifestam seus ideais sobre toda a realidade social que contorna todos os envolvidos, buscando deixar evidente seus valores, a importância da problemática social, além de terem que demonstrar que, enquanto ator político se consolida com número expressivo de integrantes, busca garantir que a problemática levantada e as propostas de solução sejam ouvidas pelas autoridades e todos envolvidos. Essas manifestações ideais são, portanto, munidas de crenças avaliativas, possuem referências que orientam suas ações que convergem para unidade como representante político.

Portanto, na teoria dos movimentos sociais, a partir dos autores elencados, é possível notar que a ação social tem papel central na análise, de tal forma, que pode ser articulado com a teoria do discurso de Fairclough (1996; 2011). A teoria do discurso de Fairclough considera a ordem social local como uma das dimensões da concepção tridimensional do discurso, nesse sentido, as ações coletivas, a partir da teoria dos movimento sociais, evidenciam a formação de ações decorrente de rupturas contraditórias das estruturas sociais, onde as ações coletivas negociam sentidos para consolidar os sentidos das campanhas. Os repertórios são os meios pelos quais irão concretizar a prática discursiva e sociais munida dos sentidos já negociados ao se apresentar como ator coletivo. Isso significa que, para analisar as práticas discursivas de atores políticos, deve-se considerar que os sentidos comuns e ideologias manifestadas são relativamente autônomo das estruturas sociais, mas está intrinsecamente relacionado à ordem social consolidada do ator político, isto é, as manifestações de VUNC, onde o ator político está ciente das incompatibilidades da estrutura social e por isso se consolidou como tal, objetivando resolver as incompatibilidades dessas mesmas estruturas sociais. Ou seja, assume papel de construtor da realidade social. A análise da teoria do discurso de Fairclough pode focalizar de como o ator político contribui para maximização de poderes desiguais e sua

relação com a economia política capitalista, assim, maximizando a posição social de classes poderosas.

Considero uma forma particular de repertório, considerando o objeto deste trabalho, o ciberativismo. Há controvérsias entre alguns autores sobre o ciberativismo, no entanto, é consenso que é um meio de atuação que os atores políticos, cada vez mais, se apropriam e que o ciberativismo possui potencial de mobilização. Castells (2013) argumenta que o ativismo *online* possui uma certa autonomia representativa acima das hierarquizações internas dos atores políticos, além de possibilitar e facilitar a gênese de atores coletivos, estreitando os movimentos locais e o global. Outra visão é de Tilly e Wood (2010), que demonstram que a comunicação digital não é determinística no sentido de garantir resultados esperados pelos atores políticos, mas sim, possibilita a mobilização a depender da contextualização sociopolítica, conectando o local, regional, nacional e o transnacional, porém, não garante simetria entre os integrantes do ator político.

Apesar das controvérsias entre os autores acima, pode-se chegar a algo em comum: os atores políticos agem pelo ciberativismo como meio de aumentar sua visibilidade sobre outros agentes. Para Vegh (2003), existem locais no ambiente *online* que são visíveis e aceitos como canal de comunicação, como por exemplo, entre atores políticos e a política institucional, assim, se comunicam por meio de mídias sociais, sites e petições. Nesse sentido, o ciberativismo é empregado para a sustentação de campanhas, portanto, pode-se considerar que o ciberativismo tem o potencial de sustentar os sentidos comuns e ideologias do ator político, considerando dinâmicas da ordem social particular dos atores políticos explicitados anteriormente.

Outro elemento transversal à teoria do discurso de Fairclough e a teoria dos movimentos sociais é a representação política. Pois, essas teorias demonstram que o poder como meio de constituição e transformação social não é exclusividade do Estado (política institucional), sendo assim, a representação política de classes sociais é disputada entre os atores políticos e o Estado, embora, esse último seja, reconhecidamente, a autoridade para estabelecer novas normas sociais que são aceitas ou impostas como política nacional. Assim, os atores políticos são uma das características implícitas à democracia que movimenta o poder do Estado, que possui capacidade de controlar os processos políticos (TILLY, 2013, cap. 1).

A representação política, dessa forma, vai muito além do governo representativo. Os atores políticos, assim, ao mesmo tempo desafiam a representação particular de certas classes e grupos sociais realizada pelo governo, de modo a demonstrar que existem outros setores sociais que carecem de representação política. Isso porque o modo de ingresso nas instituições

estatais se constituem de forma particular, onde nem todos possuem acesso, consequentemente as decisões estatais inibem a participação política de certos setores sociais. Sendo assim, a democracia para ser concretizada é um desafio, mesmo havendo os canais de comunicação entre Estado e sociedade. O Estado sendo considerado como conjunto de instituições que o compõem, é constituído de representação política particular e que nem sempre atende aos anseios de toda sociedade (ARAÚJO, 2009). Com isso, é mantido o dilema se a representação política irá assistir ou não as demandas de todos representados, ainda se é necessário que certos agentes individuais devam ingressar no Estado como representantes, para então, certas reivindicações da sociedade sejam assistidas.

Em suma, a teoria do discurso de Fairclough e as teorias dos movimentos sociais consideram que as ações coletivas agem com poder na constituição e mudança social, onde o Estado tem o mesmo papel, embora o Estado seja uma alternativa para as ações coletivas atingir os objetivos nas campanhas. Ao mesmo tempo que as normas impostas pelo Estado constituem as ordens sociais locais, estabelece limites na forma de consolidar e agir dos atores políticos. Embora, apesar de limitações, as ações coletivas sejam caracterizadas pela criatividade de suas ações, buscam oportunidades contextualizadas para conseguir efeitos para a mudança social.

Nesse sentido, democracia não é uma sociedade ideal, mas é "o direito de pertencer ou de reduzir o pertencimento; o direito de fazer valer a própria voz através da representação ou de modificar as condições de ser ouvido" (MELUCCI, 2001, p. 138). Democracia significa disputas políticas que podem tomar novos arranjos a partir da relação entre representantes políticos, que exprimem as vozes de seus representados, mas também, a partir do surgimento de novos representantes, isto é, de atores políticos que por algum motivo suas vozes não foram bem representadas por outros atores políticos. Assim Fairclough aborda o jogo democrático instrumentalizado pela tecnologização discursiva, dessa maneira, atores políticos de qualquer subjetividade política podem atuar democraticamente.

Portanto, as práticas discursivas de atores políticos se representam de dois modos, levando politicamente às autoridades reivindicações em benefício de uma coletividade, mas também, pelo modo que representam nos sentidos comuns e ideologicamente. Os atores políticos disputam com o Governo e outros atores políticos pelo estabelecimento do sentido comum, isto é, pelo estatuto de verdade sobre alguma problemática.

As proximidades demonstradas entre a teoria do discurso de Fairclough e os autores das teorias dos movimentos sociais, destacam o modo de atuação de atores políticos, podendo

articularem-se a outros agentes. No entanto, os possíveis efeitos nas instituições sociais que são coerentes aos objetivos do ator político é outra questão a ser discutida.

Há diversos caminhos analíticos possibilitados pela teoria do discurso, considerando qualquer ordem social particular, seja de atores políticos ou outros tipos de agentes e sua relação com outros campos discursivos e sociais. Um desses caminhos é apontado por Howarth, Glynos e Griggs (2016) em que salientam que a análise crítica do discurso é feita através de cinco etapas conectadas e que se buscou, neste trabalho, reformular para redimensionar as condições da pesquisa.

As teorias do discurso pós-estruturalistas se debruçam em desenvolver a pesquisa a partir de cinco etapas interconectadas (Howarth, Glynos e Griggs, 2016, p. 100):

1. construção do objeto de pesquisa a partir do problema de tal forma a abstração teórica seja subordinada a problematização;
2. Retrodução: produção de distintas hipóteses ao apontar as condições necessárias para que um dado fenômeno ocorra, reformulando a hipótese a partir das relações entre os elementos analisados;
3. Lógica: formulação de lógicas sociais e políticas que constituem ou transformam as relações sociais;
4. Articulação: interligação entre diferentes lógicas a partir da diversidade de dados originados de campos de estudos distintos, ou que os elementos empíricos seriam considerados comumente típicos de outros campos disciplinares. Assim, constrói a articulação entre diferentes conhecimentos para analisar a problemática, bem como, considera-se a amplitude do objeto de estudo ao incorporar mais elementos conceptuais diversos.
5. Crítica: explicação das lógicas políticas que constroem regimes, assim, criticar éticas e normas sociais.

No entanto, é possível trilhar uma ou mais dessas etapas analíticas, principalmente tendo em vista as condições de pesquisa na pós-graduação que são mais restritas, necessitando assim, de redimensionar a proposta dos autores (OLIVEIRA; OLIVEIRA e MESQUITA, 2013). Portanto, a primeira etapa da pesquisa é fundamental para se desenvolver uma pesquisa focalizando na recontextualização das teorias, ainda mais, por esse trabalho se basear na teoria do discurso é regra a pesquisa ser orientada pelo problema, para, assim, abarcar a dimensão contextual intrínseca a teoria de Fairclough. A segunda etapa, a retrodução, nos é útil por propor a ligação entre os objetivos da UDR e seus possíveis efeitos em outros campos discursivos, nesse caso, o caminho da racionalidade retrodutiva implica em construir hipóteses sobre as possíveis condições sociais para que dado fenômeno se concretize, assim, buscou-se a partir da constituição ideológica das práticas discursivas da UDR delinear

hipóteses sobre a negação da subjetividades da oposição política, isto é, quanto aos acordos internos do ator coletivo para se posicionar contrário a oposição política, e também, nas hipóteses para que a propriedade privada dos ruralistas não façam parte da reforma agrária, ou que a reforma agrária tome sentidos particulares voltados para a manutenção do latifúndio voltado para economia capitalista.

2.1.1 Metodologia e *corpus* da pesquisa

A perspectiva construtivista é a base para o desenvolvimento da investigação deste trabalho. Assumimos que a realidade social é criada por interação e subjetivamente significativa, ou seja, as comunicações e expressões individuais tomam por base as interpretações. Nesse sentido, a construção do corpus da pesquisa se baseou em critérios próprios para seleção de casos qualitativamente. Seguiu-se três etapas, que são próximas as indicações de Bauer e Gaskell (2002, cap. 2): a seleção a partir de algum critério externo aos casos que selecionados, nesse caso, a explicação do porquê de ter selecionado as práticas discursivas publicadas pela UDR em seu antigo *site* e a diferença do que foi publicado pela UDR e o senso comum; a tipificação das práticas discursivas contextualizados, ou seja, práticas contrárias a oposição política e representativas politicamente a classe dos ruralistas; maximizar as representações sobre os casos selecionados, assim, foi analisado em profundidade os discursos da UDR e suas aproximações com outros campos discursivos e sua relação com as estruturas da economia política. Bauer e Gaskell, também assinalam para o critério da finalização da pesquisa seja pela saturação da análise, pois assim, pode-se considerar que a análise desenvolvida está se baseando em representações sociais típicas ou comuns no espaço vivencial onde foi desenvolvida a pesquisa, mas não deixando de deixar em aberto a investigação, pois em outros espaços é possível - até provável - que outras representações sociais possam surgir.

A teoria do discurso de Fairclough (1996; 2016) apresenta várias possibilidades para definir os caminhos metodológicos, ao mesmo tempo que sua teorização remete a objetos bastante amplos. O próprio autor recomenda que se reformule sua teorização para se adequar às pesquisas de pós-graduação. Ruiz Ruiz (2009), além de apresentar críticas a aspectos da teoria do discurso, como discutido anteriormente, sugere caminhos metodológicos que podem convergir com a teoria de Fairclough. Dessa forma, o caminho trilhado nesta pesquisa articulou as contribuições de Ruiz Ruiz e ao mesmo tempo definindo caminhos analíticos propostos por Fairclough para construção do *corpus*.

Como já foi dito acima, a Análise Crítica do Discurso pode ser feita por três caminhos: relacional, identitário e ideacional (FAIRCLOUGH, 2016). Por questões do modo de acesso aos dados foi necessário trilhar o caminho ideacional, que aponta para a análise de representações sociais e sua relação ideológica com as relações de dominação maximizadoras do capitalismo. Serão descritas as condições desta pesquisa, acesso aos dados e a definição do *corpus*.

Nos anos 2000, os atores políticos, que se autoproclamam de direita ou conservadores, ganharam maior visibilidade nos conflitos, envolvendo governos estaduais e Governo Federal. Os conflitos de 2013 no Brasil mostraram a fragilidade dos estudos sobre os movimentos sociais, pois os conflitos evidenciaram o quanto o termo 'movimento social' esteve associado duplamente à ação coletiva empírica e à categoria analítica (KUNRATH e PEREIRA, 2020). Porém, muitos trabalhos se restringem a analisar os movimentos de esquerda ou progressistas, onde pouquíssimos trabalhos analisaram os movimentos de outras matrizes ideológicas por meio da teoria dos movimentos sociais. Foi a partir dos conflitos de 2013 e seu aprofundamento e progressivo delineamento das posições políticas nos anos seguintes, que o conceito de contramovimento foi incorporado nas investigações acadêmicas, no Brasil, embora seja um conceito relativamente usual nos estudos em outros países. O interesse em analisar a UDR parte de motivações similares aos estudos no campo das ações coletivas que visam explicar a atuação de atores políticos que vem cada vez mais ganhando visibilidade no cenário político brasileiro, isto é, são atores políticos que se autoproclam de direita ou conservadores. Esses atores políticos, no cenário brasileiro, difundem discursos dos mais diversos, mas também, compartilham sentidos que são próximos. Assim, existem certas ideias que são tomadas como típicas da direita e da esquerda, sobretudo, em momentos de polarização política.

Outro momento marcante foi em 2018, as ações coletivas reconhecidas como de direita e conservadora ganharam visibilidade associadas à campanha presidencial de Jair Bolsonaro. Nesse mesmo momento, um dos elementos que mais chamou atenção foi certo radicalismo dos eleitores tanto de Bolsonaro (Partido Social Liberal), quanto dos eleitores da oposição, Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores), pois ambos os lados dificilmente chegavam num consenso decorrente das soluções propostas aos problemas que abrangem nosso país. Como por exemplo, a questão da segurança pública, a proposta de Bolsonaro que propunha que a solução viria em parte pelo armamento de civis para se proteger da criminalidade, como também, das *fake news* fortemente difundidas pelo bolsonarismo. Construindo um clima de polaridade política, assim, ambas as partes passaram a negar as

subjetividades da oposição. Outro momento marcante foi a eleição presidencial de 2022, polarizada por Jair Bolsonaro (Partido Liberal) e Lula (Partido dos Trabalhadores), o presidente Lula foi eleito em 2022 com a maior quantidade de votos ao longo de todas as eleições, ganhando de Bolsonaro, apenas, pela diferença de 1,8%. Se esta polarização se tornou incontestável, particularmente a partir de 2013, ela esteve presente, de forma visível ou latente, na História do Brasil e a forma específica, aqui tratada, perpassa os embates na Constituinte de 1987-1988.

As eleições, por se tratar de momentos decisivos, acabam por naturalizar certos sentidos das posições sociais bem definidas. Porém, os atores políticos mais assíduos não cessam suas atividades durante os períodos de cumprimento dos mandatos das autoridades políticas, levando a questão de como constroem sentidos e suas implicações ideológicas nos períodos entre eleições.

Os atores políticos da direita e conservadora, ou que pelo menos assim se autoproclamaram, levantam questões relevantes e mobilizam agentes das mais diversas classes sociais. Tanto nas eleições de 2018 como de 2022 Jair Bolsonaro proferiu falas que repercutiram de forma negativa que foi além da mera oposição política, dentre essas falas foi levantado a questão da propriedade da terra rural ao se referir aos quilombolas que visitou na comunidade quilombola em Eldorado (SP): “O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriar eles servem mais” (CARVALHO, 2019). Tais questões são inversas ao autor desta pesquisa, chamando atenção para tal fenômeno para realização desta pesquisa para conhecer atores políticos que constroem discursos com sentidos ‘novos e velhos’ em momentos eleitorais e não eleitorais.

Passou-se a investigar quais agentes políticos estavam articulados a Jair Bolsonaro para analisar como constroem discursos nos períodos entre eleições. Dessa forma, a UDR foi localizada como um dos atores políticos articulados a Jair Bolsonaro em 2018 e 2022. Inclusive Luiz Antonio Nabhan Garcia, liderança da UDR, foi secretário de assuntos fundiários no governo Bolsonaro. A postura de Garcia foi reconhecida como radical, mesmo entre seus aliados. Garcia manifestava ideias de um cenário brasileiro que não era reconhecido por muitos, onde o Brasil estaria prestes a entrar em guerra civil por consequência dos atos dos comunistas que estariam infiltrados no Estado. Essas ideias também foram amplamente difundidas por Bolsonaro nas mídias sociais. No entanto, essas perspectivas representam discursos que geralmente são defendidos pela direita, conhecido como o discurso do ódio ou da guerra cultural que foram amplamente difundidos no fim da ditadura militar (ROCHA, 2021), mas para muitos agentes tais discursos são retrógrados e

não há fundamento com a realidade social do Brasil. No entanto, a participação da UDR na política nacional foi iniciada assim com seu surgimento em 1984 (DIAS, 2017), nascendo como oposição ao MST, tanto nos conflitos do campo como na Constituinte de 1988, tendo como resultado a predominância os interesses dos empresários rurais e a formação da Bancada Ruralista no Congresso, pois o *lobby* foi um dos repertórios fortemente praticado, apoiando políticos que fossem favoráveis aos empresários rurais, com destaque às mobilizações em Brasília.

A partir das observações iniciais foram levantadas algumas questões que estimularam a realização desta pesquisa. Como algo considerado defasado por muitos poderia servir de mote a um ator político? Como as ideias da UDR poderiam ter estatuto de verdade e como pode ser coerente para os agentes que o apoiam? O contexto da ditadura militar no Brasil ainda é tão vivo no presente e, sobretudo, os discursos daquela população que apoiou os militares são difundidos, mesmo depois de reveladas as atrocidades dos militares? Embora, com o desenrolar da inserção aos textos da UDR os objetivos tomaram outros rumos.

Há uma série de textos que analisam a trajetória da UDR durante a Constituinte em 1987-88. Porém, através de sites de notícias percebe-se que esteve ativa até hoje, mas essas matérias não abordam com profundidade sobre sua atuação e não foram localizados trabalhos acadêmicos sobre a UDR a partir dos anos 1990. Através da pesquisa online (KOZINETS, 2014) foi localizado o antigo site do referido ator político, alocado na biblioteca *online* Archive.org. Como já dito, essa biblioteca captura as páginas de sites e mesmo que o site não esteja mais no ar, as páginas capturadas permanecem salvas. Desse modo, foi possível reunir 142 artigos/pronunciamentos publicados no antigo site da UDR, cada um com cerca de meia página de folha A4, os artigos foram publicados do ano 2000 até 2006. Para reunir esses textos foi necessário navegar pelo histórico de capturas[4], pois ao longo do tempo a UDR adicionou artigos ao mesmo tempo que excluía artigos adicionados anteriormente.

O funcionamento da biblioteca Archive.org salva as informações de sites em capturas organizadas por data, porém, nem sempre a captura é bem-sucedida, talvez por algum erro técnico do próprio Archive. Deve-se, assim, checar todo histórico de capturas para observar as mudanças no site ao longo do tempo. Os artigos/pronunciamentos foram salvos em pastas e organizados em ordem cronológica, lidos a princípio nessa mesma ordem, sendo assim, um momento de exploração sobre as práticas discursivas da UDR. Por se tratar de um site e não de uma mídia social, existem critérios para realizar a publicação, pois o site é alimentado por alguém ou grupo em particular, exige-se login e senha para editar o site. Nesse sentido, de

[4]Histórico de capturas: https://web.archive.org/web/20011001000000*/http://udr.org.br/

alguma forma foram negociados entre os integrantes sobre quais artigos/pronunciamentos seriam publicados. As publicações demonstram que há coerência entre os conteúdos dos artigos, não foram artigos publicados aleatoriamente.

As leituras seguintes desses textos foram realizadas considerando métodos e técnicas da análise crítica do discurso de Fairclough (2016) e considerando sugestões de Ruiz Ruiz (2009), a fim de melhorar a fundamentação da análise e posicionar a teoria do discurso no campo sociológico. Algumas considerações sobre a Teoria do Discurso foram explanadas anteriormente a partir dos apontamentos de Ruiz Ruiz. Nesse sentido, a operacionalização da investigação analisou o *corpus* por dois caminhos, através da interdiscursividade explanadas contextualmente.

Através dos caminhos metodológicos da interdiscursividade foi considerado a análise ideacional manifestadas nos textos, pois os textos manifestam processos sobre a realidade social, política e econômica que envolve agentes na disputa por terras, assim foi possível selecionar os textos distribuídos pela UDR. Dessa forma, a análise se concentrou na transitividade das orações, esse caminho "lida com os tipos de processos que são codificados em orações e com os tipos de participantes envolvidos" (FAIRCLOUGH, 2016, p. 230). Nesse caminho analítico, são localizados processos verbalizados, que demarcam relações entre os participantes representados no texto: são ações e agentes em direção de algum objetivo que apontam características dos agentes e suas posições que podem ser das mais variadas formas, como conflitantes, convergentes, posições distantes etc. Podendo, assim, chegar ao campo ideológico dos discursos que representam o agente individual ou coletivo.

A representação de processos pode abarcar qualquer situação, são significações de processos 'reais', ou melhor dizendo, outros agentes podem significar os mesmos processos radicalmente distintos ou produzir interpretações aproximadas. Os processos são orações que estruturam o que está sendo descrito e apontam para um tema. Fairclough assinala para algumas formas de representações de processos:

1. Ação: sentidos dirigidos a algum objetivo ou que não manifesta objetivos explícitos;
2. Eventos: representa algum acontecimento em particular ou acontecimentos corriqueiros;
3. Relacional: representa relações ligadas ao modo como identificam outros agentes e a si mesmo;
4. Mental: são representações que descrevem sobre processos mentais cognitivos, perceptivos e afetivos.

De certo modo, cada uma dessas formas de representação ideacional foram localizadas nas práticas discursivas da UDR, sobretudo, quando relatam processos que envolvem ruralistas, MST e o Governo Federal. Assim, representam o modo como significam as ações e a identidade do MST como oponente no conflito e que envolve a titulação de terras. Porém, há outro elemento nas práticas discursivas que denotam as representações: os processos manifestados, tipos de estados situacionais, como emergencial, crítico, perigoso, piora iminente etc. Ou seja, estabelece pesos aos processos concretos. Como por exemplo, as ações do MST nas fazendas são colocadas como acontecimentos desenfreados e o cataclisma iminente que pode assolar todo território brasileiro se o MST e o PT não forem inibidos na política.

Os textos foram importados para o QDA Miner Lite, a versão lite é gratuita e libera o uso apenas para analisar textos e não imagens e vídeos, como na versão paga. Esse aplicativo foi útil à pesquisa, pois o conceito de elementos do discurso se debruça sobre trechos dos textos especificamente, assim, através da versão do QDA foi possível organizar e localizar os processos representados, desse modo foi feita a segunda leitura de todos os textos. Durante a segunda leitura, foram anotados os temas que foram manifestados pelos textos, por vezes, um único artigo apresenta mais de um tema, mas a maioria dos artigos abordam um único tema, isto é, esses temas do quadro 1 foram anotados a partir do conteúdo apresentado em cada texto.

Quadro 1 – Temas dos artigos publicados pela UDR

Temas	Especificações sobre os temas
Estado e sociedade no Brasil	Governo e Partido dos Trabalhadores; Partido dos Trabalhadores e o MST; Presidente Lula; Política agrária; Manifestações da UDR contra o governo; Problemas da política de Estado e de Governo; Violência rural e urbana.
Política Internacional	Cuba; Venezuela; Mercosul
MST	Quem é o MST e Atuação do MST.
Política da guerra revolucionária	Infiltração, ditadura e violência da guerra revolucionária no Brasil e no mundo.
Produtor Rural	A terra como propriedade privada; prejuízos ao produtor rural advindos das ações do Governo; Produtor rural como agente de desenvolvimento da economia política;
UDR	Quem é a UDR; Atuação da UDR; UDR no Pontal do Paranapanema; Defesa com armas de fogo; Posicionamentos da UDR frente ao capital e ao Governo;

Fonte: elaboração minha (2023).

A partir dos temas localizados, observou-se a necessidade de delimitação do objeto para análise, assim, foram selecionados os textos em que pudessem ser analisados os processos representados pela dimensão ideacional. Muitos textos publicados pela UDR não são de sua própria autoria, sendo de gêneros distintos, como textos acadêmicos e jornalísticos, porém, os textos abordam assuntos semelhantes reunidos no quadro 1. Os textos nos chamaram a atenção por demonstrar como a UDR se opõe ao MST e sua leitura do cenário brasileiro ao que a própria UDR nomeia de guerra revolucionária. Isto nos levou a compreender o posicionamento da UDR no debate da guerra cultural olavista (ROCHA, 2021). Esse debate teve pouca expressividade nos anos 1980 a 2013. Apesar de ser pouco expressivo para a época, foi algo que ganhou amplitude na internet através de blogs e mídias sociais, ganhando bem mais visibilidade a partir de 2013. E ainda, a interdiscursividade nos levou ao imaginário do heroísmo bandeirante mais alocado no Estado de São Paulo, local onde se encontram as propriedades de terras de Antonio Nabhan Garcia (antes dos anos 2000 foi tesoureiro, em seguida assumiu a liderança da UDR). Desse modo, podemos localizar as posições da UDR com sentidos locais ao Estado de SP, o imaginário bandeirante, sentidos compartilhados nacionalmente, como também no caso da guerra cultural.

Destacar analiticamente o período de 1985 a 2006 em detrimento do período de maior visibilidade de atores políticos da direita (2013 - 2022), visa demonstrar como os sentidos tão conhecidos hoje, nacionalmente propagados, sobretudo, por Bolsonaro, não foram construções imediatas que alcançam o debate político nacional, mas sim, que percorre um longo caminho construtivo e buscamos exemplificar nas práticas discursivas da UDR, tais conhecimentos bastante difundidos hoje nacionalmente. Assim, foi construído um *corpus* a partir dos sentidos distribuídos pela UDR do período de 1985 a 2006. Portanto, a partir dos temas UDR, Estado e Sociedade, guerra revolucionária e MST, foram selecionados textos que pudessem balancear entre o conteúdo abordado em cada texto e a quantidade de textos sobre um mesmo tema.

Todos os textos que formam o corpus, bem como os textos que auxiliaram para contextualização das ações da UDR, foram coletados da internet. Os dados foram organizados em três blocos temáticos definitivos: propriedade privada inviolável, imaginário bandeirante e guerra revolucionária. O primeiro bloco reúne sentidos do contexto da Constituinte e boa parte dos anos noventa (1988-1997), esses textos não foram exatamente difundidos pela UDR como ações políticas, os textos a Ata da Assembleia Geral de Constituição da União Democrática Ruralista e o Hino da UDR, foram localizados nos anexos da dissertação de Denise Gabriela Dias (2017) e os demais textos que ajudaram a contextualizar as ações da

UDR são de fontes jornalísticas. Nesse primeiro bloco, onde os textos da UDR manifestam representações de defesa incondicional da propriedade privada contra possíveis desapropriações que a recém Constituição pudesse possibilitar através da Reforma Agrária. Não foi feita nenhuma interdiscursividade desse bloco com outras práticas discursivas, a presença desse bloco temático, comparado aos outros blocos, evidencia a mudança das práticas discursivas em diferentes contextos, e como a UDR mobilizou sentidos tão distintos entre 2000 e 2006, pois nesse período a UDR se valeu do ciberativismo para manifestação de suas perspectivas de mundo que envolve o mundo rural, com isso, representou discursivamente os empresários rurais, que são os agentes que visam representar politicamente, e a oposição política, nesse caso, o MST e o PT. Dessa forma, nos dois últimos blocos temáticos foram analisados os posicionamentos da UDR, defendendo os mesmos objetivos de 1988, mas com outros sentidos, onde representam discursivamente os grandes produtores rurais como desenvolvedores econômicos da nação brasileira. Essa posição seria herança dos feitos dos bandeirantes, sendo assim, a UDR, como representantes dos ruralistas, se posicionou como defensora incondicional da propriedade privada e dos ruralistas como agentes que mobilizam e organizam força de trabalho no campo, que impulsionam a economia. Enquanto no último bloco temático da guerra cultural, a UDR demonstra suas perspectivas de oposição ao MST e PT, identificando-os como agentes políticos que estariam numa espécie de missão intercontinental para expansão do comunismo, porém, isso resultaria na perda de propriedades privadas dos empresários rurais, além disso, o cenário brasileiro culminaria no caos generalizado.

O *corpus* definitivo da pesquisa reúne os textos publicados pela UDR e contam com textos de autoria própria e de outros autores, ou seja, as práticas discursivas da UDR foram o de produzir os próprios textos, como também distribuir textos de outros autores. Sendo assim, os textos de outras autorias ganham novos sentidos decorrente do conjunto de textos organizados pela UDR, mesmo que esses textos tenham sido produzidos em outros contextos. Desse modo, nos apontam que os textos publicados não foram escolhidos aleatoriamente, mas sim com cautela. O quadro 2 lista os textos do *corpus* definitivo associado ao bloco temático, também explicitando a autoria e ocupação do autor da mesma forma que foi exposta no site da UDR.

Quadro 2 – Artigos produzidos pela UDR

Blocos Temáticos	Título dos Textos	Autoria	Ano	Link
Propriedade privada inviolável	Hino da UDR	UDR	1985	Acesso aqui
	Ata da Assembleia Geral de Constituição da União Democrática Ruralista - UDR	UDR	1985	Acesso aqui
	UDR contra-ataca com manifestações	Edmilson Zanetti (Folha de São Paulo)	1997	Acesso aqui
Imaginário Bandeirante	O Pontal do Paranapanema	Luiz Antonio Nabhan Garcia (liderança nacional da UDR) e Sigeyuki Ishii (presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente)	2002	Acesso aqui
	Breve História do Pontal do Paranapanema	Fernando Antonio Neves Baptista (advogado)	2003	Acesso aqui
	O Limite da Propriedade Rural	Xico Graziano (agrônomo)	2003	Acesso aqui
	Existem professores e professores…	Luiz Antonio Nabhan Garcia (liderança nacional da UDR)	2004	Acesso aqui
	Vergonha de ser honesto	João Antônio Pinto (pecuarista)	2004	Acesso aqui
	Seminário - Alterações do estatuto do desarmamento	União Democrática Ruralista	2005	Acesso aqui
	Ministro promete reabertura da discussão de Plano Agrícola	União Democrática Ruralista	2006	Acesso aqui
	Presidente da UDR alerta STF para questões fundiárias	União Democrática Ruralista	2006	Acesso aqui
	Luiz Antonio Nabhan Garcia: "Situação da agricultura continua caótica"	União Democrática Ruralista	2006	Acesso aqui
	UDR vê preocupação na escolha de Luiz Carlos Guedes Pinto para Ministro da Agricultura	União Democrática Ruralista	2006	Acesso aqui
Guerra Revolucionária	Silêncio Geral	Olavo de Carvalho (Filósofo)	2001	Acesso aqui

	Um Novo Brasil	Olavo de Carvalho (Filósofo)	2001	Acesso aqui
	As Facetas do MST	Denis Lerrer Rosenfield (professor titular de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul)	2003	Acesso aqui
	Autoritarismo e Covardia	Ronaldo Caiado (Professor, Produtor Rural e Deputado Federal)	2004	Acesso aqui
	A Violenta Guerras das Siglas	Antonio Terto Júnior (Pecuarista e acadêmico do 2º período do curso de Direito da UNESC)	2004	Acesso aqui
	Vendeta na Reforma Agrária	Xico Graziano (agrônomo)	2004	Acesso aqui
	Considerações sobre o MST e a guerra revolucionária	Raul Silveira Boeno (Presidente da UDR de Palmas/PR)	2004	Acesso aqui

Fonte: Elaboração minha (2023).

3 CAPÍTULO 2 FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA E AS IMPLICAÇÕES IDEOLÓGICAS NAS AÇÕES COLETIVAS E POLÍTICA ESTATAL

O presente capítulo busca demonstrar os discursos da UDR como ator político em dois tempos, onde cada tempo remete a um tema principal que foi manifestado nos textos produzidos e distribuídos na mesma época. No primeiro momento, da Constituinte de 1988 até 1997, o tema da propriedade privada inviolável prevalece ao se opor à distribuição de terras dos empresários rurais. No segundo momento, de 2001 a 2006, os temas do imaginário bandeirante e da guerra revolucionária são integrados e se referem a oposição explícita ao MST e ao Governo Lula, ao mesmo tempo que valorizam as relações sociais e modos de produção do campo, típicas do conservadorismo à brasileira. Os textos a seguir são distribuídos no ambiente online, porém, os textos do primeiro período analisado foram distribuídos inicialmente de forma impressa.

Percebe-se que a UDR mantém a sustentação da campanha ao representar politicamente os empresários rurais. Sendo sua atuação, como forma legítima de atuação democrática, no sentido de participação política como ator político, buscando no Estado as mudanças sociais de interesse da classe representada. Portanto, demonstra por um lado, a representação política centralizada em reivindicar assistência estatal aos empresários rurais, e de outro a representação discursiva, deixando evidente através dos textos a naturalização de sentidos quanto a identificação do MST e do PT como oponentes e causa dos problemas dos empresários rurais, e, por outro lado, a valorização da classe dos empresários rurais, sobretudo, os grandes proprietários.

Nos dois tempos analisados, percebe-se as mudanças discursivas no macro contexto: no primeiro momento o debate na Assembleia Constituinte de 1988 e, no segundo momento, durante o primeiro Governo Lula. Percebeu-se alguns dos elementos que dizem respeito às análise de VUNC (valor, unidade, números e comprometimento), embora esse tipo de análise focaliza as manifestações de rua, é possível perceber na representação discursiva os valores, a unidade e o comprometimento do ator político a partir das descrições de processos da realidade social materializadas nos textos, em especial, as ocupações do MST, da política agrária do Governo Lula, empresários rurais e a própria UDR. Notando com isso, a UDR como um contramovimento ao MST a fim de inibir as ocupações de propriedades privadas.

Há aspectos da modernidade contemporânea presentes na análise VUNC das representações discursivas da UDR. Fairclough (2001; 2016) identifica aspectos da

modernidade contemporânea, onde identificam que o discurso, como ato de fala, passa a ter papel fundamental na construção das relações sociais, observa-se dois elementos fundamentais: as relações e identidades são cada vez mais negociadas pelos diálogos, as possibilidades de posições sociais a partir das subjetividades e práticas são maiores do que na sociedade tradicional, assim, exige-se dos agentes capacidade dialógica mais desenvolvidas; outro aspecto fundamental é uso sistemático do conhecimento para organizar e transformar as relações sociais e sistemas de especialidades (profissões altamente especializadas), onde os agentes são cada vez mais dependentes para construir suas identidades a partir das relações com os especialistas, isto é, isso vai até ao "centro do ser" para formação identitária. As especializações não se constituem apenas das posições sociais como nas sociedades tradicionais, mas também, as identidades são construídas dependendo do discurso com os sistemas de especialidades.

Localizou-se nas práticas discursivas da UDR aproximações desses dois elementos fundamentais da modernidade contemporânea. Em primeiro lugar, a UDR converge conhecimentos de especialidades distintas para atribuir identidades a si mesma, aos empresários rurais, ao MST e ao Governo Lula. Dessa forma, busca constituir identidades inimigas onde nega a subjetividade da oposição. Vale destacar que nem toda oposição política se estabelece como inimigos, onde há o diálogo na troca de subjetividades. No caso da UDR, ao buscar constituir a identidade do MST e do Governo Federal, especialmente do Partido dos Trabalhadores (PT), visa adjetivá-los como inimigos da sociedade brasileira. Em segundo lugar, o uso de textos de especialidades distintas, como demonstrado no quadro 2, busca estabelecer a concessão de atribuir identidade ao MST e ao PT, ao mesmo tempo que articula conhecimentos para estabelecer as identidades de si mesma e dos empresários rurais, sendo respectivamente, um tipo de barreira contra o inimigo político e como agentes fundamentais que contribuem para o Produto Interno Bruto (PIB). Sendo assim, os textos das variadas especialidades, que foram selecionadas pela UDR, são contextualizados quando foram publicadas em seu site, visando constituir sócio politicamente as identidades nas disputas por terras rurais. Tais identificações são feitas na representação discursiva de processos da realidade social que envolve a dinâmica política sobre a distribuição de terras dos grandes proprietários, posicionando, assim, a UDR como contramovimento às ocupações do MST.

Onde nos dois modos de representação, discursiva e de ator político, existe a relação com as estruturas econômicas e o Estado, isto é, a busca pela maximização do capitalismo no campo e a construção antagonista da UDR, ao buscar intervir em mudanças sociais no campo através do Estado. Na teoria do discurso de Fairclough (1996; 2016), há outro aspecto em

aberto para a inclusão de estudos de outras disciplinas que abordam o capitalismo. Sendo o capitalismo um tipo de economia política concretizada de diversas formas, é necessário incorporar estudos empíricos sobre as estruturas capitalistas que constituem as relações de dominação entre classes. Do mesmo modo Melucci (2001) aponta para a explicação das formas de estabelecimento de dominação contemporaneamente para caracterizar os atores políticos antagônicos, isto é, que estão na intersecção das estruturas sociais, nesse caso, do Capitalismo e os meios políticos construtores de mudanças sociais. Sejam mudança para manutenção das relações de dominação, sejam mudanças para minimizar ou extirpar as relações de dominação.

É no ponto da capacidade de agência da UDR, que foi realizada a análise ideológica por meio da retrodução, assim, ao longo da análise textual buscou-se delinear possíveis constituições a partir dos textos da UDR sobre a política estatal e as relações sociais nos modos de produção no campo.

Portanto, a estrutura da apresentação a seguir destaca os seguintes itens para cada momento: contexto introdutório ao momento de distribuição dos textos da UDR, exposição da representação discursiva nos textos da UDR e as possíveis formações ideológicas da UDR.

3.1 PRÁTICAS DISCURSIVAS DA UDR: PROPRIEDADE PRIVADA, IMAGINÁRIO BANDEIRANTE E GUERRA REVOLUCIONÁRIA

O Estatuto da Terra (ET) de 1964 é a lei basilar sobre as relações econômicas no campo. Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2009, cap. 2) demonstra que as estratégias dos proprietários rurais se estabelecem considerando a política estatal conforme o ET. O problema é que o ET não traz definições do que é uma empresa rural e a função social da terra, mas sim, sentidos muito abstratos. Nessa direção, o que o ET expõe são as obrigações de níveis mínimos de produtividade, além disso o Estatuto aborda os sentidos da função social da terra, mas não é estabelecido com objetividade, de tal modo que cada estado da federação interpreta de uma maneira, pois, de acordo com o ET, a função social da terra deve garantir que as empresas rurais não causem danos ambientais, cumpram as condições de trabalho de acordo com a lei, relação entre proprietários e trabalhadores que sejam favoráveis a ambos e aproveitamento da propriedade privada para produção.

O Decreto 55.891, de 31 de março de 1965, define como um imóvel rural deve ser considerado como uma empresa, é necessário apenas:

> que a área cultivada corresponda a, pelo menos, 50% da área agricultável; que se obtenha um rendimento médio pelo menos igual aos mínimos previamente fixados; que se adotem práticas conservacionistas e se empregue no mínimo a tecnologia de uso corrente; e que se obedeça às condições mínimas de administração e de exploração social (WANDERLEY, 2009, p. 48)

A partir do ET e do Decreto 55.891 manteve-se a possibilidade das empresas rurais não fossem transformadas em seu interior, isto é, no modo de produção que envolve as relações sociais entre proprietários e os trabalhadores diretos, com isso as questões de proteção ambiental e condições de trabalho dos camponeses foram alocados em segundo plano, em detrimento da garantia de atingir as metas de produção. O que não altera substancialmente o que vinha sendo praticado, pois vinte e oito anos após a Proclamação da Independência do Brasil, foi implementada a Lei de Terras nº 601 de 1850, que estabelecia a aquisição de terras devolutas pela compra, extinguindo o sistema sesmarial vigente desde o período colonial. Com a Lei de Terras de 1950, os posseiros e sesmeiros poderiam comprar do Estado as terras ocupadas, isto se estivessem mantendo o cultivo, além disso, não restringia o tamanho das propriedades e não definia como os meios de produção deveriam se constituir. Nesse sentido, Wanderley (2009) atribui a grande concentração de terras como fundamento primeiro para o estabelecimento da "dominação latifundiária e a consequente proletarização do trabalho agrícola" (WANDERLEY, 2019, p. 16), pois a liberdade de compra na prática, limitou o acesso à terra como propriedade, pois o preço de compra esteve ao alcance de agentes bem específicos, com poderes aquisitivos estabelecidos pelas velhas estruturas sociais desde as sesmarias. Decorrente dessa limitação, formaram-se posseiros que viviam de forma ilegal em alguma localidade e alguns colonos que conseguiam comprar pequenos lotes de terras, ambos formam produtores integrados ao grande proprietários fornecendo produtos às agroindústrias (WANDERLEY, 2015). Embora, é importante frisar, os posseiros e colonos podem ainda existir, mesmo com as mudanças advindas do ET, que teve como consequência a formação de trabalhadores assalariados (WANDERLEY, 2019).

Os investimentos no campo nos anos 1960 construíram novos perfis de proprietários rurais, onde a burguesia industrial-financeira, associada ao latifúndio, dá uma máscara de modernidade aos proprietários rurais, isto é, de empresários rurais, nisso esconde a dissociação entre propriedade e produção, ressaltando os resultados da produção fundiária (WANDERLEY, 2009). No entanto, essas mudanças foram profundas ao ponto de gerar crises quanto ao 'tipo' de empresário rural que estaria mais adequado à modernidade implementada pelo governo militar (BRUNO, 1997). Apesar de tais mudanças nas classes dos proprietários rurais, o pacto da modernização conservadora (FERNANDES, 2006) permaneceu após a crise

de mudança do perfil da classe de proprietários rurais, isto é, a mudança significativa ocorreu apenas em alguns setores agroindustriais que incrementaram novas tecnologias na produção. Os sentidos de modernidade no meio rural, segundo Bruno (1997), se caracteriza pela agricultura que acompanha as exigências do mercado, aumentar o poder de barganha junto ao Estado e, claro, quem discorda desse novo sentido de modernidade é na verdade, atrasado.

Após a reorganização dos empresários rurais e a queda do regime ditatorial civil-militar, em 1985, a política institucional deu indicativos iniciais que iria atender as demandas dos movimentos sociais. O governo Sarney (1985 - 1990) manteve dois agentes frente ao planejamento da política fundiária, o "advogado paraense Nelson Ribeiro, ligado à Igreja [Católica], e o agrônomo José Gomes da Silva, um dos redatores do Estatuto da Terra, fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária — Abra, e amplamente conhecido como um ardoroso defensor da reforma agrária" (MEDEIROS, 1989, p. 173), Isso sinalizava que o Governo pretendia atender às campanhas dos movimentos sociais do campo. No mesmo ano, foi criado o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad) para propor o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA (MEDEIROS, 1989).

O surgimento da UDR, em 1985, logo após as sinalizações da política fundiária do governo Sarney, esteve voltada a representação política do empresário rural ligado à nova retórica da modernidade (BRUNO, 1997), pois o setor da agropecuária passava por crise de representação entre o tradicional e o moderno desde a década de 1960 e a UDR buscava maior espaço representativo. Uma característica importante da atuação da UDR é o fato de agir fora dos canais de representação sindical como forma estratégica de criar seu próprio espaço político. Nesse primeiro momento a UDR fez oposição ao PNRA, defendeu os interesses dos produtores rurais, apôs-se às ocupações nas propriedades feitas pela CPT e o MST e defendeu a nova retórica dos empresários rurais da modernização no campo.

Um personagem de extrema importância foi a primeira liderança da UDR, Ronaldo Caiado, pertencente à tradicional família de grandes proprietários do estado de Goiás (DIAS, 2017). A UDR e Caiado mobilizaram ações por todo país, conseguindo milhares de adeptos, todos empresários ruralistas. Importante frisar que seu discurso se direcionava para todo empresário do campo, mesmo para aqueles que não fazem parte do escopo da reforma agrária, sendo assim, visou ampliar o apoio popular. Suas principais atuações logo de início foram: leilões de gado para arrecadar doações e financiar suas atividades, realizaram manifestações de rua com tratores (tratoraço), palestras públicas e exclusivas a seus membros, assessoramento político e técnico (tanto sobre questões de ações contra as invasões da propriedade privada, assim como questões técnicas para produção da agricultura e

agropecuária), formação de milícias por todo país, financiamento de campanhas de candidatos com histórico de apoio à classe dos empresários rurais.

Bruno (1997) demonstrou como Caiado se mostrava enquanto encarnação de símbolos importantes do patronato rural: intimidação, forte o bastante para impedir que outros desafiem o posto de líder, ênfase na defesa da propriedade privada, exigência de lealdade absoluta e perspectiva onde interpreta cada situação de forma *maniqueísta* (leais e traidores, vitória e derrota). Além disso, os produtores rurais são objetivos quanto aos negócios e a burocracia estatal é tida como um empecilho à administração da produção no campo, sendo assim, um representante político de postura objetiva foi fundamental para a mobilização da UDR.

A defesa da UDR teve como elemento central a oposição incondicional à distribuição de terras das propriedades privadas rurais, conforme a ata de constituição, no ato de sua criação de 1985:

> 1) Defender incondicionalmente os princípios constitucionais da *propriedade privada imóvel rural brasileira* e promover estudos jurídicos para sua manutenção e aperfeiçoamento, junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União.
> 2) Participar, com representação própria, dos debates sobre proposições dos Governos da União, dos Estados ou dos Municípios, que visem a alterar ou substituir os institutos jurídicos que regem a *propriedade imóvel rural* consagrados na constituição e legislação ordinária brasileiras, propondo diretamente ao poder público sugestões aos seus projetos ou substitutivos para os mesmos;
> 3) Defender sempre que necessário for, junto ao Poder competente, a manutenção do Instituto de *propriedade imóvel rural*, como direito privado, e de acordo como sempre foi consagrado em todas as constituições do País;
> 4) Participar dos debates e da formulação do sistema jurídico legal brasileiro, defendendo os princípios tradicionais de *livre acesso à propriedade*, em todos os encontros e congressos realizados por Entidades Públicas e Privadas. (DIAS, 2017, p. 167 - Anexo II, grifos nosso)

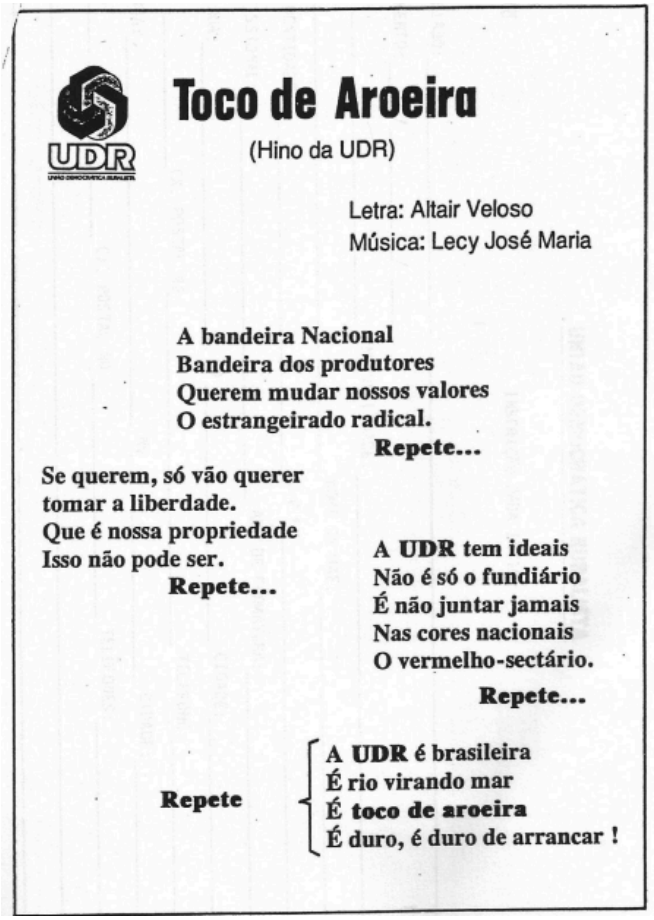
A propriedade privada é um elemento transversal a todos os textos da UDR, e é um tema central durante esse primeiro momento analisado, período de redemocratização. De acordo com o texto citado, demonstra posicionamento contrário ao I PNRA, que previa a definição do que seriam terras produtivas e improdutivas e critérios para que as terras dos proprietários fossem destinadas à reforma agrária. Enquanto a ata de constituição da UDR se posiciona na defesa da forma tradicional de aquisição das terras rurais e muito menos definir tipos de propriedades se é produtiva ou improdutiva, buscando intervir no Estado e em setores privados para assim manter o tipo de aquisição de terras. No entanto, em 1987, a versão definitiva do I PNRA foi divulgada e não atendeu às demandas previstas inicialmente, passando atender as demandas dos empresários rurais. Dessa forma, considera-se que a

intervenção da UDR teve contribuição para a definição do texto final do I PNRA (MEDEIROS, 1989).

Paralelo à questão do I PNRA, houve outra atuação marcante da UDR, foi na Assembleia Constituinte. O debate sobre a reforma agrária na Constituinte perdurou até 1989, pois a falta de consenso perdurou até que fosse estabelecido as questões debatidas, visou estabelecer os critérios para desapropriação de terras rurais que não cumprissem a função social da terra. Dois pontos foram amplamente debatidos, o que é terra produtiva e terras improdutivas e em que circunstâncias devem desapropriar terras rurais (CENTRÃO, 1988; MAGALHÃES, 1988; JORNAL DE BRASÍLIA, 1988). Retomando, assim, as mesmas questões do I PNRA. O Centrão (conservadores) e o PMDB (representando a esquerda) disputaram o sentido do que seriam terras produtivas. Em resumo, se seriam áreas da propriedade privada que são férteis, mas sem produção ou somente as áreas que estivessem ocupadas com produção, isto é, que de fato estavam desempenhando a agricultura e a pecuária. O Centrão, apoiado pela UDR, obteve sua vitória. No final do acordo não foi incluída a desapropriação de nenhum tipo de terra rural, o que foi comemorado pela UDR. Assim, não chegaram a debater o que seriam terras produtivas ou improdutivas. Dessa forma, a Constituição dependia de leis complementares para dar maiores definições às problemáticas originadas nas relações sociais do campo.

As orientações da ata de constituição foram encaradas à risca pelos integrantes da UDR, que chegaram a compor a Comissão de Defesa da Livre Iniciativa, para apresentar o bloco empresarial na Constituinte (MEDEIROS, 1989). A pressão da UDR exercida na Constituinte contou com lobby, mobilizações de rua nos dias de encontros e em certos momentos durante a Assembleia Constituinte. Caiado era consultado pelos integrantes da Assembleia Constituinte para que ele desse sugestões do que se estabelecer. Na época Caiado era apenas a liderança da UDR, não exercia cargo no Estado (DIAS, 2017; BRUNO, 1997). Como resultado, a Constituição de 1988 deixa em aberto o sentido dos tipos de propriedades privadas (produtivas e improdutivas), precisando as legislações e a Justiça dos estados aprofundar tais definições, a partir dos problemas que surgem em cada estado, para então definir o sentido de função social da terra.

Na ata de Constituição da UDR (DIAS, 2017, p. 165 - Anexo II) não há definições de oposição contra algum agente em particular nas palavras da UDR, mas sim, que qualquer agente que se oponha aos seus objetivos se torna adversário, incluindo assim, políticos, MST e certos setores da Igreja Católica. Porém, há indicativos de oposição da UDR à esquerda em geral, conforme seu hino, demonstrando seu posicionamento no espectro político ideológico:



Toco de Aroeira

(Hino da UDR)

Letra: Altair Veloso
Música: Lecy José Maria

A bandeira Nacional
Bandeira dos produtores
Querem mudar nossos valores
O estrangeirado radical.
Repete...

Se querem, só vão querer
tomar a liberdade.
Que é nossa propriedade
Isso não pode ser.
Repete...

A UDR tem ideais
Não é só o fundiário
É não juntar jamais
Nas cores nacionais
O vermelho-sectário.
Repete...

Repete
A UDR é brasileira
É rio virando mar
É toco de aroeira
É duro, é duro de arrancar !

Fonte: DIAS, 2017, p. 196 - Anexo IV.

O vermelho-sectário, no espectro político ideológico, é representado como a esquerda em geral como ameaça de cisão da nação (DIAS, 2017, p. 196 - Anexo IV). Ainda mais, nas eleições presidenciais em 1989, temeram a vitória de Lula para presidente. A UDR se posicionou publicamente que iria se defender com armamento contra uma suposta invasão em massa das propriedades privadas, caso Lula vencesse as eleições (BRUNO, 1997), demonstrando a intensa preocupação com a representatividade política de Lula como candidato da esquerda. Dessa forma, a UDR percebe a esquerda e Lula como representantes de possíveis mudanças sociais que prejudicariam os empresários rurais, nesse caso, a possibilidade de distribuição de terras rurais via reforma agrária.

Se do lado da Constituição resultou coerentemente aos objetivos da UDR, do lado das práticas nas propriedades privadas a UDR busca suprimir as ocupações através da violência, alegando legítima defesa em caso de 'invasões', resultando na imagem da UDR como uma organização violenta (DIAS, 2017). Nesse contexto de violência, a UDR passou a assessorar proprietários rurais para o uso de armamento contra ocupações em suas propriedades com base no Código Civil (BRUNO, 1997), assim como enunciado pela ata de Constituição, ao

prescrever o recurso dos aparatos legais para alcançar seu principal objetivo, a inviolabilidade da propriedade privada (DIAS, 2017, p. 165 - Anexo II). No entanto, a questão do armamento não ficou restrito à assessoria feita pela UDR aos proprietários, ela foi reconhecida como organização altamente violenta (DIAS, 2017), principalmente porque a UDR foi acusada pelo assassinato do líder seringalista Chico Mendes. Para tentar reverter essa situação, a UDR fez doações de alimentos e promessas de expulsar membros do movimento que estivessem envolvidos em casos de violência relacionados à posse da terra. Além disso, seus argumentos de marketing passaram, também, a se autoproclamar defensores da Amazônia e dos camponeses. Outras formas de ações da UDR junto ao Estado, para atender as demandas dos empresários rurais, foi a candidatura de Caiado como deputado federal, durante o governo Collor. Antônio Cabrera, membro da UDR, foi nomeado ministro da agricultura durante o governo Collor, trazendo impedimentos de acesso à posse legal de terras aos camponeses (DIAS, 2017).

O desenrolar dos anos 1990, sobre a reforma agrária, foi marcado pelas decisões contraditórias do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002), é importante frisar as medidas do governo FHC para a reforma agrária e o número de ocupações no mesmo período. FHC ao mesmo tempo que passou realizar grande quantidade de assentamentos e destinar política para fomentar a agricultura das famílias assentadas, também assinou a Medida Provisória (MP) nº 2.027-39, de 1º de junho de 2000, que visou considerar as ocupações como crimes, reduzindo a quantidade de ocupações; “o número de ocupações no Brasil passou de 856, em 1999, para 519, em 2000, e 273, em 2001, uma redução de aproximadamente 68% de 1999 para 2001, sendo que a MP foi instituída em meados do ano de 2000” (CATELLAN *et al.* 2020). Porém, vale destacar que a titulação de assentamentos é apenas a autorização do governo para as famílias permanecerem no local, sendo assim, uma das etapas para titulação que transfere a terra como propriedade individual ou coletiva definitivamente. As ocupações realizadas pelos movimentos sociais de terras devolutas ou propriedades privadas, que não são utilizadas para produção, foi uma estratégia para reivindicar do governo a titulação da terra ocupada (GHIRALDELLI, 2022). No primeiro ano de Governo FHC houve aumento de 21% de ocupações com relação ao ano anterior, esse número aumentou a cada ano exponencialmente até 1999, um ano antes da MP nº 2.027-39, ao mesmo tempo que o número de famílias assentadas aumentou a cada ano de 1993 a 1998 e a quantidade de terras desapropriadas para fins de reforma agrária aumentou a cada ano de 1995 a 1998 (GHIRALDELLI, 2022).

A UDR retomou as atividades em 1996, momento de grande número de ocupações e formação de assentamentos, após ficar inativa de 1994 a 1995 decorrente de divergências internas (BRUNO, 1997). Seu perfil, praticamente, continuou o mesmo. Recorre ao discurso da violência, articulações e mobilizações nas ruas. Por exemplo, o assessoramento aos proprietários rurais foi uma prática recorrente da UDR, tanto em questões técnicas como jurídicas. No Pontal do Paranapanema manteve assessoramento para formação de brigadas (CREDENDIO, 1997). Outra ação de retomada das atividades da UDR nas ruas foi a realização de protestos contra a prisão do "filho do dono da fazenda São Domingos, e de quatro seguranças que no domingo [23 de fevereiro de 1997] revidaram à bala a uma invasão de sem-terra" (UDR, 1997).

Em 1997, organizou-se a Frente Nacional da Produção, onde contou com a UDR, Movimento Nacional dos Produtores Rurais, a Frente Nacional dos Municípios Agrícolas, Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo, federações de agricultura, sindicatos rurais e associações comerciais e industriais de vários Estados. O protesto visou apresentar propostas ao Presidente Fernando Henrique Cardoso para inibir as ações do MST. Nesse mesmo ano o presidente da UDR, Roosevelt Roque dos Santos, afirmou: "Quem está num movimento político e ideológico e realmente quer a *tomada do poder* vai tentar fazer essa galvanização [setores sociais insatisfeitos mobilizados pelo MST], e nós não podemos ser inocentes úteis e sermos utilizados por eles" [grifo nosso] (ZANETTI, 1997). Além disso, quatro membros da UDR foram acusados pelo assassinato de integrante do MST em 1998, dentre esses estava o membro responsável por organizar milícias para UDR no final da década de 1990 (CAMARGOS, 2019). De acordo com Fernandes (1999), entre 1985 e 1990 a UDR esteve presente nos seguintes estados: São Paulo, Bahia, Alagoas, Ceará, Maranhão, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Portanto, pode-se identificar algumas implicações ideológicas a partir do quadro apresentado do período de 1985 a 1997: a oposição da UDR à distribuição de terras via reforma agrária é uma defesa para que a política estatal resguarde os modos de produção rurais de base latifundiária, isto é, é uma defesa da constituição societária da história brasileira. Pois, a ideologia da UDR busca traçar fronteiras bem definidas entre camponeses e empresários rurais para impedir as ocupações, reforçando assim, a liberdade assegurada pela Constituição, isto é, a aquisição de terras rurais por contrato de compra e venda ou a doação deliberada de terras pelos proprietários (MARÉS, 2003), embora o ET preveja a distribuição de terras pelo poder estatal, mas devido a falta de maiores definições essa questão fica a critério dos poderes estaduais e mesmo assim, como explicado anteriormente, ainda deixa

margem muito ampla para definir a função social da terra com base nos resultados produtivos, apenas, e mesmo assim, caso ocorra a distribuição de terra privada mediante o poder estatal os proprietários são indenizados.

Além disso, a UDR também reforça a indefinição dos tipos de propriedades rurais improdutivas e produtivas que possam levar essa discussão aos critérios de distribuição de terras, ou seja, reforça o Decreto 55.891, de 31 de março de 1965 como critério basilar para definição de empresas rurais, permitindo a manutenção de áreas sem uso direto para a produção. Ou seja, é também uma defesa da livre atuação do proprietário rural assegurada pelo próprio Estado. Nesse sentido, o que foi estabelecido em 1965 é reforçado pela UDR nas décadas de 1980 e 1990, contribuindo para destoar a reforma agrária conforme a perspectiva dos movimentos sociais.

Em resumo, o primeiro período destacado de 1985 a 1997 demonstra a UDR empenhada em defender os interesses dos empresários rurais, especificamente contra a limitação da área da propriedade privada e modos consolidados historicamente dos meios de produção no campo. O mesmo ocorre no próximo período analisado, no entanto, a mudança discursiva se direciona ao imaginário bandeirante, que é mais restrito ao estado de São Paulo, mas que se dissemina para outros estados, e, também, ao discurso da guerra cultural. Com isso, a UDR busca demonstrar a relação entre a atuação bandeirante no início da colonização e a atuação dos grandes produtores rurais na atualidade e as oposições políticas de contramovimento ao MST e ao PT, identificando-os como agentes orientados ideologicamente, isto é, suas ações são entendidas como desassociadas da realidade o que prejudicaria os grandes produtores rurais.

O ciberativismo da UDR através do seu antigo site www.udr.org.br foi bastante ativo no início dos anos 2000 até 2006, a captura mais antiga do site da UDR registrada na biblioteca virtual Archive data de 2001, o que nos leva a crer que este seja o ano de início de utilização deste site. Os textos seguintes foram todos publicados pelo ciberativismo no antigo site da UDR. Através dessa atuação, entre 2001 a 2006, a UDR relacionou dois discursos, o imaginário bandeirante e a guerra cultural olavista, desse modo, será apresentado a relação discursiva dos textos com esses discursos, respectivamente. Para introduzir o período de 2001 a 2006, faremos uma contextualização.

Segundo Singer (2012) as ações eleitorais e de opinião pública construíram nova polaridade política. Nesse sentido, a partir da contribuição da contribuição de Singer, é possível trazer elementos contextuais para ampliar o horizonte de sentidos dos textos a seguir. Singer (2012) analisou a polaridade política advinda do lulismo que se construiu ao longo do

primeiro mandato e consolidado na campanha presidencial de 2006. A disputa ideológica entre o PSDB e PT se manteve desde 1994, mas com o primeiro mandato de Lula como presidente, essa disputa criou um novo sentido, assim, manteve noutros moldes a polaridade entre esquerda e direita. A polaridade entre os partidos foi ofuscada por outra, a base eleitoral do PT sempre foi a classe média, porém, no início dos anos 2000 foi o subproletariado, antes fiel ao conservadorismo do PSDB, que passou a compor a base eleitoral do PT. Ao longo do primeiro mandato, com reformas políticas que visam assistir o subproletariado, se construiu a ideia de que à Lula e ao PT estão associados as classes mais pobres, consolidando assim, a polaridade entre PSDB que representaria os ricos e PT os pobres.

Ao mesmo tempo que o II PNRA em 2003 publicado pelo governo Lula sinalizou para o atendimento das famílias do campo:

> O PNRA orienta-se para a promoção da viabilidade econômica, da segurança alimentar e nutricional, da sustentabilidade ambiental para garantir o acesso a direitos e a promoção da igualdade – objetivos integrados a uma perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável. Isso requer colocar à disposição das famílias assentadas e das demais beneficiárias do Plano os meios indispensáveis à exploração econômica da terra e para que obtenham renda suficiente para viver com dignidade, tais como: crédito; assistência técnica; apoio à comercialização e à agregação de valor; construção de infra-estrutura produtiva, econômica e social, como água, saneamento básico, energia, via de escoamento da produção; além de outras políticas públicas que garantam a universalização do acesso a direitos fundamentais (BRASIL, 2003)

Dessa forma, o primeiro ano do Governo Lula sinalizou para o direcionamento da política agrária voltada para as famílias assentadas, isto é, ao menos no planejamento visou investir fortemente na produção da agricultura familiar e não exatamente dos grandes produtores rurais.

Nesse contexto de polarização, a UDR e outros atores políticos interpretaram no primeiro ano do governo Lula em 2003, que o Estado iria de algum modo facilitar *invasões* em massa em suas propriedades. O Movimento Nacional de Produtores (MNP) propôs a fusão de as entidades ruralistas para criação da Confederação Nacional que visava especificamente a questão fundiária, apesar da UDR se opor a ideia, mas isso demonstra a preocupação dos atores políticos com representação política do governo Lula (FAZENDEIROS, 2003), ao mesmo tempo a MNP a UDR e CNA se mobilizou para assessorar juridicamente os ruralistas caso surgissem invasões em massa nas propriedades privadas rurais (SCOLESE, 2023).

No ano seguinte, no dia 27 de maio de 2004, a UDR organizou a manifestação "Acorda Brasil". Vale ressaltar que um dia antes da manifestação sete militantes do Movimento dos Agricultores Sem Terra foram baleados na tentativa de ocupação

(MACHADO, 2004). Durante o Acorda Brasil, o líder da UDR defendeu que o INCRA e o MDA são dirigidos pelo MST. Tal fato estaria ligado ao Presidente Lula, de acordo com Luiz Antonio Nabhan Garcia: “que o senhor, presidente, determine às nossas instituições para não agir com ideologia anacrônica espelhada em Fidel Castro, Che Guevara e Hugo Chávez. Isso acabou há muito tempo. Essa lixaria vai vir para cá agora. Chega de vandalismo" (MACHADO, 2003).

A partir desse contexto, a UDR distribuiu textos em seu site que manifestam suas perspectivas sobre a relação entre Estado e produtores do campo, sobretudo, os grandes produtores. De tal modo que evidencia que sua perspectiva está direcionada a um modo conservador de consolidação das relações sociais no campo. O segundo bloco de textos remete ao tema do imaginário bandeirante, opondo-se ao II PNRA, os textos da UDR reivindicam a total capacidade estatal para assistir aos interesses dos grandes proprietários.

O termo bandeirante foi difundido amplamente no século XVIII, e caiu no esquecimento anos depois (SOUZA, 2007). Dessa forma, a imagem do bandeirante esteve desde o início relacionada ao status de riqueza pela conquista, mesmo que tenha sido desempenhada pela violência, mas houve o momento que o status da riqueza adquirida pelo trabalho foi predominante, tendo maior valor sobre a ideia de conquista, sobretudo, durante o século XIX. Moog (1957) contextualiza essa passagem da conquista bandeirante para o trabalho pioneiro no estado de São Paulo:

> Sob este aspecto, o de ser resumido que sucede em São Paulo em duas palavras. Enquanto bandeirante, e por causa das bandeiras, era o grande Estado um dos mais pobres e atrasados do Brasil. Somente depois e muito depois de definitivamente encerrado o ciclo das bandeiras, é que São Paulo com o advento do ciclo do café e da imigração de tipo pioneiro que em fins do século XIX desembarcava anualmente no porto de Santos para mais de 100.000 imigrantes, passa para a vanguarda da Federação. Tudo, evidentemente, obra do café e de uma imigração de estilo nitidamente pioneiro, diversa em absoluto da do tempo das entradas sertanistas, pois, se há um progresso ligado ao espírito pioneiro, e não ao bandeirante, e aos triunfos do espírito pioneiro sobre o bandeirante, é, sem dúvida, o progresso de São Paulo (MOOG, 1957)

Isso significa que o pioneirismo está relacionado à ideia de trabalho no campo que produz riqueza, enquanto a conquista está relacionada violência contra os indígenas para o estabelecimento da colônia. No entanto, as características do pioneiro e do bandeirante são interpretadas como símbolo do cafeicultor de São Paulo. Desse modo, o imaginário paulista atribui ao bandeirante a qualidade de administrador, tal como um fazendeiro e o pioneirismo,

oriundo das plantações de café, seriam continuidade dos feitos dos bandeirantes. Como Moog argumenta (1957), o paulista atribui ao bandeirante adjetivos que não lhe pertenciam, nesse caso, a qualidade de pioneiro. Nesse sentido, o pioneirismo é adverso à conquista, pois o segundo é genocida e predador sexual de indígenas e cobiça por localizar e amontoar o ouro. Paradoxalmente o paulista reinterpreta a história bandeirante para atribuir-lhe características que nunca teve, ao ponto de afirmar que o desenvolvimento econômico pioneiro de São Paulo "é obra exclusiva do bandeirante e do espírito de bandeira" (MOOG, 1957, p. 236).

Embora o imaginário bandeirante seja predominante entre os paulistas, há outros agentes que compartilham das mesmas imagens, como a Sociedade Rural Brasileira e vários escritores, dentre estes Gilberto Freyre, como também, Getúlio Vargas, onde o bandeirante e agricultor são análogos:

> no ambiente rude que atuaram os pioneiros das entradas, souberam realizar, com o bacamarte e a espada, uma obra gigantesca, tal como fazem nos modernos tempos, com o arado e a enxada, os paulistas da têmpera dos bandeirantes (VARGAS, 1944 apud SOUZA, 2007, p. 154).

Os textos da UDR fazem relação intertextual com os discursos do imaginário bandeirante, ao atribuir uma imagem ao grande produtor rural numa posição de continuidade do herói bandeirante, que possui as duas características principais do imaginário paulista: a conquista e o trabalho. Nesse caso, a representação discursiva a seguir denota a preocupação em manter relações sociais que teriam sido conquistadas pelo heroísmo bandeirante. Apresentaremos primeiramente os sentidos dos textos abaixo, em que é feita a análise ideológica em torno do tema do imaginário bandeirante. Os textos analisados são os textos de autoria do agrônomo Xico Graziano (2003), do pecuarista João Antônio Pinto (2004) e do advogado Fernando Antonio Neves Baptista (2003). E outros textos de autoria da própria UDR (UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA, 2006a; 2006b, 2006c; 2006d; GARCIA, 2004; GARCIA e ISHII, 2002).

Para Graziano (2003) a grande propriedade rural é fundamental para o desenvolvimento de qualquer sistema político e econômico. Dessa forma, as sinalizações do recém-eleito Presidente da República, Lula (PT), contradiz a grande propriedade rural como fundamento para o desenvolvimento do país, segundo a avaliação de Graziano:

> com Lula no poder, as vozes da inconseqüência rodam filme velho. Animados pela vitória eleitoral, ultrapassam suas próprias balizas, propondo agora que terras acima de 35 módulos sejam "... automaticamente incorporadas ao patrimônio público, sem indenização". Parece coisa de maluco (GRAZIANO, 2003)

Conforme o pensamento do autor, o problema seria a orientação ideológica do presidente Lula que estaria em desacordo com a realidade econômica da contemporaneidade e, em particular, com o contexto brasileiro:

> Guerra ideológica: muitos enxergam assim a motivação dos proponentes do limite da propriedade rural. Mas que ideologia? No apogeu do comunismo, a economia marxista vangloriava-se da vantagem da grande produção sobre o campesinato. Kautsky foi renegado por Lenin exatamente por defender a pequena propriedade no campo. No Brasil, se a guerra é contra o latifúndio, as grandes empresas agropastoris devem ser prestigiadas, não ameaçadas. Afinal, elas trabalham com elevada produtividade, geram empregos e renda, trazem divisas que pagam a conta das importações industriais. Confundir isso com latifúndio, meu Deus! (GRAZIANO, 2003)

Graziano aponta para o paradoxo da perspectiva ideológica que é contra a grande propriedade, pois o próprio comunismo foi historicamente dependente da grande propriedade. Assim, limitar a extensão de terra seria uma contradição ideológica. Além do mais, o sentido de latifúndio é apresentado em dois significados. O sentido orientado ideologicamente está vinculado à ideia de terras que fazem parte da propriedade privada, mas não usadas para produção. O outro sentido vinculado a grande propriedade privada rural na contemporaneidade é aquela que produz massivamente, independentemente de como os meios de produção no campo são consolidados. Portanto, o grande proprietário se for reconhecido como latifundiário deveria ser exaltado, porque produz riqueza a partir de toda área da grande propriedade. O autor conclui com a defesa dos resultados advindos da vitória da UDR ao pressionar a Constituinte, em 1987-88:

> [As terras como propriedades privadas] Podem ser grandes, desde que socialmente úteis. A História merece respeito. No desenrolar da Constituinte, há 15 anos, a esquerda radical sofreu fragorosa derrota. Extremada a luta política, quem cresceu foi a UDR. O Congresso, além de rejeitar o limite da propriedade, consagrou o princípio de que "terra produtiva não pode ser desapropriada", arrebentando o conceito clássico da função social da propriedade (GRAZIANO, 2003)

Para Graziano, o sentido clássico da função social está relacionado à ideia da grande propriedade que possui áreas que não são utilizadas para a produção tais como no século XIX, se fosse desse mesmo modo nos dias atuais as áreas ociosas deveriam ser distribuídas para outros agentes, ou seja, para ter um fim útil socialmente. Porém, sua perspectiva centra na ideia de que os proprietários rurais na atualidade produzem tanta riqueza que desenvolve o país economicamente, logo, toda área da propriedade é tida como produtiva haja vista os

resultados produtivos. Nesse sentido, Graziano se aproxima da perspectiva dos jornais que cobriram a Assembleia Constituinte de 1987-1988, isto é, não se discute como os modos de produção no campo podem ser constituídos pelo poder estatal.

Há uma questão nas entrelinhas do texto de Graziano, o grande proprietário produz muita riqueza porque age conforme sua expertise, pois a propriedade é grande devido a capacidade administrativa do proprietário. Assim, políticas agrárias desconexas com essa realidade apenas atrapalham os meios de produção no campo. Tal perspectiva aparece de forma mais acentuada no texto de Pinto. Para este autor, a livre atuação do proprietário como administrador de sua propriedade desempenha importante papel para evolução do "homem":

> Há mais de 4.000 anos atrás, Moisés, já havia percebido e divulgado através dos 10 mandamentos, nos quais proibia a cobiça e o roubo, porque sabia que do ladrão nada se espera a não ser prejuízo e choques desequilibrantes.
> Como produtor rural, afirmo que as pequenas propriedades são inviáveis em virtude do modernismo tecnológico aplicado nos meios de produção. As pequenas propriedades somente poderão ser rentáveis pelo sistema cooperativista, tanto na produção como na comercialização. Na evolução atual do homem, onde a "lei de Gerson" que é somente levar vantagem e o individualismo falam mais alto, o cooperativismo ainda está muito longe de ser exercido com pureza, com seriedade e com honestidades, pois o homem ainda se acha mais importante do que o meio.
> O modelo econômico fomentado pelos governantes baseado em financiamentos e juros é nocivo a todos e ao Brasil. O juro teria sido inventado pelo diabo, se ele existisse. O dinheiro foi instituído apenas para facilitar o intercâmbio. O juro é anti-humano, antinatural e também refratário à fraternidade. Aqueles produtores que acham que o mais importante é não dever sofrem uma concorrência desleal pelos aventureiros dos grandes empréstimos, que muitas vezes são pagos pela sociedade, em virtude dos calotes (PINTO, 2004)

Nessa perspectiva do pecuarista, além de colocar a necessidade das grandes propriedades, os proprietários rurais ficam entre duas opções que ao fim constrói desigualdade entre os produtores: não recorrer aos empréstimos para evitar a dívida ou recorrer ao empréstimo para em seguida não pagar a dívida. Nesse sentido, tal sistema gera desigualdade e falta de união entre os proprietários rurais. Sendo assim, os que realizam o 'calote', além de serem beneficiados economicamente, possuem maior possibilidade de atuação para gerir seus negócios. O autor ainda coloca um adendo, particularmente o juro e a individualidade são contrários à fraternidade, em outras palavras, são dois fatores que atrapalham a fraternidade entre os produtores e, também, atrapalham a formação da grande propriedade como meio de promover a evolução da humanidade.

Nesse sentido, Pinto (2004) desaprova o empréstimo como modo de assistência estatal, para ele, o modo como são feitos os empréstimos promove a desigualdade e falta de união entre os proprietários rurais, isso é um ponto em comum a perspectiva de Graziano ao

que se refere às políticas que atrapalham os produtores rurais, que estariam colocando em risco o bem-estar social. Porém, no caso do texto de Pinto (2004) chega ao ponto de questionar a prática do empréstimo com juro, que não é exclusivo do capitalismo, no entanto, seu questionamento se direciona ao sistema político que ao gerir as dívidas beneficiam certos proprietários que não pagam as dívidas oriundas dos empréstimos, ocasionando desigualdade econômica entre os proprietários. Isto é, o próprio sistema capitalista da atualidade é prejudicial a toda classe de proprietários rurais, conforme a perspectiva de Pinto, deixa a entender que o Estado deve intervir de outro modo em benefício dos interesses dos empresários rurais.

Em consonância com os textos de Graziano (2003) e Pinto (2004), o texto do advogado Neves Baptista (2003) traz um exemplo específico dos agentes que conseguem realizar o desenvolvimento econômico e cultural, onde, para alcançar o êxito do desenvolvimento, esses agentes devem atuar livremente, mas para isso devem ter o respaldo e total assistência do Estado. Baptista destaca o Pontal do Paranapanema (localizado no oeste do estado de São Paulo), como um local que foi civilizado graças à atuação do bandeirante José Theodoro de Souza (1851), contratado pela coroa portuguesa, feito que o Sargento-Mor Teotônio José Juzarte não conquistou com êxito[5]. Segundo a perspectiva de Baptista, as terras dos proprietários no Pontal teriam sido conquistadas e repassadas legalmente, mas a posse legal é questionada seja pela incompetência do Estado (Brasil, Império e República), que não desempenha sua função de legalizar as terras aos 'legítimos' donos, tanto por influência dos sem-terra que atrapalham o processo de legalização das terras como propriedades aos mesmos ‘legítimos’ donos (BAPTISTA, 2003).

O ponto central do texto de Baptista é o destaque aos bandeirantes, como agentes capazes de realizar o que o Estado não fez:

> Vê-se, pois, que os paulistas bandeirantes, grandes responsáveis pela marcha para o Oeste, conquistando para a Nação a parte maior do território além do tratado de Tordesilhas, legou para os mineiros a tarefa da colonização da Alta Sorocabana. O governo imperial fez várias tentativas de regularizar a ocupação desse território, em sua maioria frustrada (BAPTISTA, 2003)

Nesse sentido, o bandeirante é o agente que promove a civilização por meios próprios, produzem resultados que o Estado é incapaz de realizar, pois o bandeirante é um sujeito de

[5]Juzarte fora encarregado oficialmente por D. Luiz Antonio de Souza, capitão-general de São Paulo, para explorar diversos rios da Capitania. (1769-1771).

conquista e, além disso, a colonização através da administração local, conforme a perspectiva do imaginário bandeirante.

Noutros textos, que contam com Garcia como autor, reitera os bandeirantes como agentes que construíram bases para nacionalidade brasileira, representando os ruralistas como herdeiros de seu legado. Portanto, a liderança da UDR, Luiz Antonio Nabhan Garcia, aproxima-se da liderança bandeirante ao incorporar postura que desafia as autoridades estatais e defender o desenvolvimento econômico no campo. Apontando, ainda, o comunismo, PT e Lula, como bloqueios à atuação do produtor rural (GARCIA, 2004; GARCIA e ISHII, 2002).

Nabhan Garcia é representado nos textos como agente político que incide nas duas principais da políticas: na política institucional e no campo rural. Nabhan é representado como defensor do porte de armas na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA, 2005), como agente que reivindica solução por parte do Governo quanto à inadimplência dos ruralistas (UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA, 2006a; 2006b), e claro, avalia o Governo do PT como orientado ideologicamente, além disso, aparece como agente que encara os aparelhos estatais seguindo as normas políticas:

> Foi um erro o Presidente Lula escolher para Ministro da Agricultura [Luis Carlos Guedes Pinto], um homem que embora técnico, tenha fortes ligações de amizade e ideologia com o MST, que é uma organização política e revolucionária que tem o agronegócio como principal inimigo (UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA, 2006d)

E ainda mais:

> O presidente nacional da União Democrática Ruralista - UDR, Luiz Antonio Nabhan Garcia, terá encontro nesta quarta-feira, dia 14, em Brasília/DF, com a Ministra Ellen Gracie, presidente do Supremo Tribunal Federal - STF [...] Nabhan alertará a Ministra que preside o tribunal responsável por muitos recursos de proprietários de imóveis rurais, que recorrem a Corte suprema na tentativa de anular desapropriações injustas e ilegais promovidas pelo Governo Federal [...] Segundo o presidente da UDR, existe uma postura ideológica anacrônica de algumas Instituições Governamentais, a exemplo do Ministério da Reforma Agrária-MDA, e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, órgãos responsáveis por desapropriações de imóveis rurais (UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA, 2006c)

Nesse sentido, Nabhan Garcia é destacado como agente interno da UDR como representante dos empresários rurais, que atua reivindicando do Estado as pautas principais: políticos que apoiem o agronegócio, porte de armas para ‘defesa’ da propriedade privada, suporte econômico e um aspecto mais amplo, a esquerda como campo político orientado por

visão de mundo desconexa da realidade brasileira, isto é, distante da produtividade gerada pelos produtores rurais. De forma semelhante foi a atuação de Caiado quando foi o primeiro líder da UDR (BRUNO, 1997), ou seja, um líder que represente os empresários rurais de forma objetiva, levando os discursos da defesa da propriedade privada conforme é percebido no dia a dia, nesse caso, inibição das ocupações de camponeses e suporte econômico do Estado para livre administração dos meios de produção no campo.

A partir do que foi exposto dos textos que se relacionam com o imaginário bandeirante, pode-se delinear algumas possíveis questões ideológicas que referem as relações de trabalho no campo e sua relação com a distribuição de terras.

A UDR defende a caracterização dos empresários rurais como um tipo de agente com responsabilidade pública voltados para o desenvolvimento econômico, no entanto, tais responsabilidades são defendidas pela UDR restritamente aos resultados produtivos, seja para atender o mercado seja no quesito de contribuidor financeiro ao Estado. Por outro lado, os empresários rurais possuem responsabilidades além da questão produtiva decorrentes do próprio ET, sendo uma política basilar sobre as relações sociais e econômicas no campo. Assim como a Constituição de 1988, que não define sobre o tipo de propriedade, o ET não define o que é uma empresa rural e a função social da terra. De acordo com essa mesma lei, a função social da terra deve garantir que as empresas rurais não causem danos ambientais, cumpram as condições de trabalho de acordo com a lei, relação entre proprietários e trabalhadores que sejam favoráveis a ambos e aproveitamento da propriedade privada para produção.

Portanto, ao que se refere a questão da distribuição de terras rurais, o ET e o Decreto 55.891, de 31 de março de 1965, prevê que a propriedade privada é mantida, mesmo que seja utilizada para produção apenas 50% da área agricultável, isto é, não define que a área não utilizada possa ser destinada a distribuição de terras para fins de reforma agrária. Desse modo, as ocupações visam justamente as áreas que não são utilizadas na produção agropecuária para pressionar o Estado a mediar o antagonismo entre os ocupantes e o proprietário rural, reivindicando que a área seja desapropriada e cedida aos ocupantes. Dessa forma, cada setor judiciário e legislativo dos estados definem especificidades da lei a partir dos problemas locais para preencher as lacunas do que o ET.

Em outras palavras, a UDR reivindica do Estado total assistência para que o empresário rural atue conforme a um modelo conservador de produção, tais perspectivas se aproximam ao que foi explicado pelo jurista Carlos Frederico Marés (2003), ao abordar o papel dos estados na administração de terras rurais no Brasil. Para Marés, decorrente da falta

de especificidade das leis, mesmo em âmbito estadual, onde deveria trazer leis complementares e leis ordinárias, existem problemas interpretativos da lei por diversos agentes jurídicos. A diversidade de interpretações das leis, que envolvem o ET, é tão ampla, que existem interpretações que definem que a função social da terra é cumprida quando apenas atinge as metas mínimas de produção (que é uma obrigação da empresa rural imposta pelo Estado), ignorando outros requisitos da função social (proteção ao meio ambiente, incrementar novas tecnologias na produção, condições de trabalho conforme a legislação). Ou seja, em geral as leis do Governo Federal são via de regra amplas, onde os estados federados dão maiores especificidades. Nesse sentido, as reivindicações feitas pela UDR, manifestadas pelo tema do imaginário bandeirante, apontam para situações que acontecem atualmente, buscando a partir disso maior abrangência da atuação do Estado em favor dos proprietários rurais, sobretudo, os de maior porte.

Somado à questão da disputa pela definição do sentido de função social da terra, estão, também, as relações sociais de trabalho no campo, a UDR interpreta que os empresários rurais possuem alguma ligação histórica com os bandeirantes, como demonstrado acima. No entanto, na interpretação da UDR tanto os bandeirantes como os empresários rurais desempenham o papel de impulsionar o desenvolvimento econômico local. Nesse sentido, a relação contraditória entre o Estado e as relações de trabalho no campo é intermediada pelo empresário rural, como demonstrou Florestan Fernandes (1977; 1978) por meio do conceito da modernização brasileira foi fundamental no campo econômico e político, porém, manteve relações conservadoras no campo. Essas mudanças transferiram o poder patrimonial dos senhores rurais em nível nacional, elevando o poder estamental:

> É sob o nascente Estado nacional, cujas instituições oficiais controlam, que os estamentos dominantes passam a construir os fundamentos de sua solidariedade de interesses e propósitos. E, nesse movimento, utilizam-se dos mecanismos estatais para perpetuar as condições socioeconômicas que salvaguardam seus privilégios. O Estado assume uma configuração de "amálgama", como bem coloca Fernandes (2006, p. 90-91): liberal em seus fundamentos formais (pois a absorção do liberalismo era requisito para a associação livre, embora dependente, do Brasil às nações que controlavam o mercado externo e para as estruturas internacionais de poder); na prática ele era instrumento da dominação patrimonialista. Ao mesmo tempo em que servia como âmbito de integração legal (portanto, racional) da sociedade, tratava-se de um Estado organizado para servir aos propósitos econômicos, aos interesses sociais e aos desígnios políticos dos estamentos senhoriais. Assim configurado, o Estado fornecia um novo âmbito de funcionamento para a dominação patrimonial. Esta deixava de se restringir à esfera do "domínio senhorial" e passava a influenciar os destinos da "sociedade nacional", pois o próprio âmbito de atuação dos senhores rurais se expande. A dominação patrimonial, assim, converte-se em dominação estamental propriamente dita. É o que Fernandes (2006, p. 80) chama de "burocratização da dominação patrimonialista" (PORTELA JR, 2012, p. 21)

É um tipo de dominação de variação patrimonialista-estamental, de um lado é assegurado aos senhores rurais a posição de status e de acesso dos rumos econômicos que dão base à formação do Estado nacional, mas na realidade do campo imperam as relações patrimonialistas, típicas do período colonial.

Além dessas mudanças internas no cenário sociopolítico, houve ao longo da passagem do império a república houve a integração da economia típica das elites rurais ao capitalismo interno e internacional (2006; 1977, cap. 1; VERAS e COSTA, 2021, cap. 4). A convergência entre as elites rurais e a economia capitalista foi possível devido aos engenhos terem capacidade de produção de excedente e concentração de renda. No entanto, os engenhos tomaram rumos que o deslocaram da importância da economia nacional, mesmo assim, alguns setores dentre os engenhos foram fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, formando uma elite patrimonial-estamental.

Quatro fatores foram fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil: Independência; fazendeiro do café e o imigrante; adaptação da organização econômica interna do Brasil ao capitalismo internacional; mudança socioeconômica, a mudança para a ordem social competitiva. Nesse sentido, o fazendeiro do café foi um agente fundamental para o impulsionamento da economia interna, assim, essa agricultura se manteve como importante contribuidor aos cofres nacionais. Ao mesmo tempo que, desde os primórdios, os fazendeiros mantiveram relações com o capitalismo comercial fora da vista da metrópole, pois a coroa portuguesa não tinha meios de manter sua exclusividade extrativista, no entanto, via de regra o senhor de engenho esteve excluído do capitalismo comercial.

Porém, mesmo que a economia das fazendas ainda tivessem traços patrimonialistas, precisou se adequar a certas novidades do capitalismo, como trabalhadores ‘educados’ segundo as normas do capitalismo urbano que se instaurou no Brasil e o trabalho livre. Assim, o imigrante que foi direcionado aos postos de trabalho nas fazendas de café, que anteriormente foram ocupadas pelos escravizados. O imigrante esteve presente nas camadas intermediárias e a mais populosa, composta também por brasileiros onde sempre estiveram competindo no mercado de trabalho. Entre esses os de maior poder econômico foi o ramo do comércio de importação e exportação, estavam subordinados às velhas elites da lavoura, as camadas intermediárias não tinham poder contra elas. Ou seja, as mudanças advindas da Lei de Terras não mudaram as estruturas sociais da economia do campo. Essas mudanças do Império a República foram fundamentalmente da ordem jurídica e ordem econômica, manteve-se a reprodução de uma estrutura patrimonial-estamental (PORTELA JR, 2012).

Nesse sentido, a UDR por reivindicar total assistência estatal e maior liberdade de atuação aos empresários rurais de forma indefinida para os tempos atuais, mas também, a exaltação do bandeirante no período colonial - mesmo que conforme a sua interpretação - expõe uma posição de reivindicação ao poder patrimonial e estamental. Noutras palavras, a representação discursiva da UDR quanto ao imaginário bandeirante paulista é um reforço à modernização conservadora.

Se no contexto dos anos 1980 e 1990 os textos se aproximavam da política estatal sobre a propriedade privada dos empresários rurais, no início dos anos 2000 a UDR manifesta perspectivas que reforçam o poder patrimonialista-estamental. Portanto, a reivindicação do poder de gerenciar as empresas rurais é feita pela UDR, focalizando apenas nos resultados produtivos como retorno social das empresas rurais. Estabelecer sentidos em torno dos bandeirantes por si só não caracteriza a UDR como conservadora, mas sim, o modo como interpretam a simbologia bandeirante. Nesse caso, a administração irrestrita por parte do proprietário sendo esses assistidos pelo Estado, em outras palavras, a adequação de modos de produção rural tradicionalista onde o poder estatal contribui para sua adequação frente aos possíveis empecilhos políticos e econômicos, resguardando o poder patrimonialista dos empresários rurais.

O quesito conservador das relações econômicas e políticas da UDR são manifestados também de outra forma, os próximos textos da UDR manifestam outro tema relacionado ao imaginário bandeirante. Nesse sentido, a UDR distribuiu textos no mesmo período que se relacionam intertextualmente ao discurso da guerra cultural Olavista. Segundo a interpretação da UDR, há uma guerra política travada contra o comunismo, sendo o MST e o PT os representantes políticos do comunismo no Brasil. A atuação de contramovimento da UDR focaliza nas ocupações feitas pelo MST e a política agrária do primeiro Governo Lula - PT. Nesse sentido, a propriedade privada dos grandes proprietários estariam sob ameaça de expropriação legal por consequência da relação entre o MST e o PT. Portanto, a UDR seria um representante político dos interesses dos empresários rurais contra essas ameaças.

Dessa forma introduzimos a terceira temática com algumas explanações contextuais para adentrar na análise dos textos da UDR. Rocha (2021) elaborou etnografia textual a partir dos registros do exército brasileiro, de textos veiculados na internet por Olavo de Carvalho e de agentes em mais diversos contextos que, de algum modo, reinterpretam as ideias do próprio Carvalho. Rocha conceitua tais discursos como o sistema de crenças de Olavo de Carvalho. Assim como a preocupação inicial deste trabalho, Rocha buscou compreender aspectos do passado do sistema de crenças olavista que hoje é de conhecimento geral. Para

isso, o autor faz uso do conceito de guerra cultural de Eduardo Wolf para analisar os símbolos que disputam a essência da sociedade. Porém, antes de se ater à formação do sistema de crenças olavista, Rocha remonta a dois momentos anteriores marcados pela guerra cultural que ocorreram em contexto britânico, assim, poder comparar com a atualidade brasileira.

O primeiro momento de guerra cultural consolidou a dicotomia entre mídia de massa e alta cultura em 1922, e o segundo momento na década de 1970, quanto à reprodutibilidade técnica da arte, se esta estaria perdendo ou não seu valor. Nos dois contextos "não há espaço para aniquilar o adversário; não se deseja apagar ou varrer o outro do mapa. Disputa-se, aqui, a hegemonia cultural, o que sempre implica a presença do coro dos contrários" (ROCHA, 2021, p. 126). Na análise de Rocha, no Brasil se instalou a guerra cultural marcada pelo debate envolvendo a dicotomia entre direita e esquerda, nesse sentido, houve o envolvimento do exército brasileiro e Olavo de Carvalho, agindo de formas separadas, mas com sentidos aproximados se posicionando ao lado da política de direita.

Conforme a análise de Rocha, o Centro de Informações do Exército criou, de 1985 a 1988, a obra Orvil - Tentativas de Tomada de Poder (s/d), anagrama que espelha a palavra 'livro', inspirada na Doutrina de Segurança Nacional - DSN. Essa doutrina se difundiu no contexto da Guerra Fria "a fim de prevenir futuros ataques de inimigos externos por meio de atividades de inteligência, isto é, espionagem e contraespionagem" (ROCHA, 2021, p. 230). No entanto, a publicação do texto não foi aprovada, somente em 2007 passou a ser distribuído virtualmente na íntegra. Rocha demonstra que o Orvil se posiciona em oposição ao livro Brasil Nunca Mais e à Imprensa, ambos colaboraram para o declínio da ditadura militar.

O conceito de hegemonia e doutrinação da esquerda são centrais, segundo o Orvil, referem-se a expansão do comunismo no Brasil, sendo a derrocada dos militares um resultado do comunismo se instalando na política institucional. Isso, porém, seria apenas a primeira fase dos planos da esquerda, que busca ganhar espaço na grande política por meios legais, até chegar o momento de 'tomada do poder' por completo, quando estivessem espalhados em posições estratégicas no Estado. Outro conceito chave é a identificação da esquerda como inimigo tentacular que une diferentes agentes. O ponto importante é que a esquerda - logo os agentes concretos que representam a esquerda - são tidos como inimigos e se eliminados estariam resolvendo os muitos problemas que a esquerda causa atualmente, além do mais, evitaria uma grande catástrofe futura. A guerra cultural no Brasil, conforme Rocha, tem um objetivo bem definido: a "derrubada da hegemonia cultural da esquerda no Brasil" (ROCHA, 2021, p. 110), ao contrário dos contextos britânicos, onde a guerra cultural não objetiva, de

nenhuma das partes, a eliminação do outro, mas sim a disputa no palco da importância coletiva; ambas as partes poderiam coexistir com vitória de um e derrota do outro.

Hegemonia, doutrinação, tomada de poder e formas de identificação do inimigo são conceitos reinterpretados pela UDR, e que estão relacionados intertextualmente com o próximo bloco. A guerra revolucionária é a interpretação da UDR da guerra cultural. A UDR, no início do século XXI, apresenta textos baseados no cenário onde a população brasileira está sob ameaça iminente de rupturas políticas e econômicas, que se expande no esteio gradativo do "comunismo" que se ancora na dimensão cultural (ideológica), onde se esconde e atua no ponto cego da população. Enquanto na Constituinte de 1988, por intermédio, sobretudo, do líder Ronaldo Caiado, expressava a defesa da propriedade privada como direito inviolável, nem o Estado e ninguém poderia intervir. Agora com o inimigo infiltrado no Estado, existe a impossibilidade dos fazendeiros se defenderem legalmente.

Nesse sentido, a UDR identifica o MST e o PT como a concretização do comunismo que se infiltra no Estado por meios legais e no futuro iminente viria uma calamidade que colocaria em risco tanto os empresários rurais como demais setores da economia. Assim, a UDR se representa como opositor explícito do MST no campo, e oposição ao PT no Estado.

O segundo bloco, guerra revolucionária, inicia com dois textos de Olavo de Carvalho, que poderiam nos levar a diversos outros discursos, como a política chilena e cubana, aos discursos jornalísticos ou a caracterização das políticas liberais, conservadora e esquerda. O termo guerra cultural também faz parte do sistema de crenças olavista, pois segundo a leitura de Olavo Carvalho o embate político mundial entre esquerda e direita ocorre, sobretudo, pela cultura como a dimensão das ideias e formação de opinião e ideais políticos (ROCHA, 2021). A partir dos textos publicados pela UDR pontuamos os seguintes elementos presentes nos textos de Olavo de Carvalho, publicados pela UDR (CARVALHO, 2001a; 2001b), que se relacionam intertextualmente entre si: jornalistas que são orientados ideologicamente pela esquerda, isto é, o "politicamente correto", estariam encobrindo crimes contra humanidade de agentes da esquerda de outros países:

> O esquecimento a que os órgãos de imprensa do eixo Rio-São Paulo condenaram essa notícia importantíssima [cubanos que apresentaram queixa contra Fidel Castro] não é um fato isolado; o exame meticuloso dos jornais dos últimos 20 anos mostrará que eles suprimiram sistematicamente qualquer menção aos crimes praticados pelo governo cubano nesse período, ao mesmo tempo que, em uma ostensiva inversão de todos os critérios jornalísticos admissíveis, davam destaque cada vez maior à exumação de episódios de violência anticomunista, incomparavelmente menores em número e em gravidade, ocorridos 30 ou 40 anos atrás no Brasil ou no Chile (CARVALHO, 2001a)

O trecho destaca uma suposta censura jornalística que estaria encobrindo crimes contra a humanidade por parte do presidente cubando. Os jornalistas estariam desviando "as atenções do público para um delito menor, amortecendo o impacto de suspeitas infinitamente mais graves e dissuadindo de investigá-las" (CARVALHO, 2001a). No entanto, a censura não é fruto meramente ideológico, mas sim, “um plano enormemente mais amplo e de longo alcance, voltado à transformação revolucionária da sociedade e intimamente associado ao esquema de revolução continental”, que envolve Cuba, Venezuela e Colômbia. Finaliza o argumento da censura jornalística apontando para o declínio do Estado de Direito Democrático: “Estamos numa democracia em decomposição, condenada à morte por uma revolução continental muito mais articulada e violenta que a da década de 60 e pela omissão suicida dos que teriam o dever de fazer face à ameaça” (CARVALHO, 2001a).

O segundo texto de Olavo de Carvalho alerta para a decadência da democracia brasileira que estaria muito mais avançada, não estaria apenas comprometida nos jornais. O problema estaria também no governo e na economia rural. O autor argumenta que políticos responsáveis pela política agrária estariam comprometidos e estariam facilitando a atuação do MST para desapropriação de terras dos fazendeiros. A próxima citação merece total atenção ao preparar o terreno argumentativo da UDR na guerra revolucionária. Olavo de Carvalho, reitera a infiltração bem-sucedida do comunismo no Brasil, apontando para dois "fatos":

> 1. Um juiz do Rio Grande do Sul, solicitado a devolver aos proprietários uma fazenda invadida pelo MST, negou a reintegração de posse sob a alegação de que não havia provas da “função social” do imóvel.
> 2. Um notório terrorista dos anos 70 [se refere a José Gregori[6]], que nunca se arrependeu de seus crimes, que antes se orgulha deles e que no máximo admitiu ter algumas dúvidas quanto à conveniência de repeti-los hoje, foi nomeado ministro da Justiça.
> Quanto ao primeiro fato, cinco detalhes evidenciam o espírito da coisa. (1) A falta da “função social” não precisou ser provada: a falta de provas bastou como prova da falta. (2) Essa “prova” serviu para legitimar não uma desapropriação legal, feita pelo Estado, mas sim a ocupação do imóvel por particulares. (3) O juiz reconheceu que sua decisão foi política. (4) Os novos proprietários ficaram dispensados de provar por sua vez a utilidade social de sua posse ou a de quaisquer outros imóveis tomados pelo MST, aos quais nenhuma produção é exigida e, para ser reconhecidos como propriedades legítimas, basta que sejam usados para treinamento de guerrilhas. (5) A sentença foi mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado e elogiadíssima pelo doutor Dalmo Dallari, do qual ninguém aliás esperaria outra coisa.
> Quanto ao segundo fato, ele ocorreu (1) num país em que a simples acusação de haver torturado um comunista basta para expelir do cargo, no ato e sem a menor necessidade de provas, qualquer funcionário público de escalão alto, baixo ou médio;

[6] José Gregori foi referência política na transição para a redemocratização: “defendeu presos políticos e integrou a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, que nos anos 1970 apoiou familiares de torturados”. Fonte: https://veja.abril.com.br/brasil/datas-jose-gregori-jimmy-buffett-e-mohamed-al-fayed

> (2) num momento em que o consenso internacional proclama a necessidade de perseguir e punir todos os terroristas e seus protetores (CARVALHO, 2001b)

O que Olavo de Carvalho avalia não se restringe à infiltração do comunismo no Brasil, mas também da eficácia meticulosa e planejada de infiltradores no Estado, suas ações políticas ainda não são generalizadas, pois se infiltrar no Estado de forma desconexa leva tempo, considerando as normas legais. Tais infiltrações ainda são ações particulares, consequentemente não são percebidas pela população. Porém, o Brasil por ser um país onde o discurso contrário à tortura é generalizado, não deveria tolerar a atuação desses agentes infiltrados, mesmo que sejam poucos, pois suas ações são crimes por não seguirem a lei. No caso particular apresentado, a questão agrária é mero contexto situacional, explana como 'prova' da ocultação dos infiltrados, e que estes se revelam por suas ações desconexas orientadas ideologicamente.

Os dois textos de Carvalho (2001a; 2001b) publicados pela UDR são intimamente próximos ao contexto da guerra cultural explicado por Rocha (2021). Tais sentidos nos levam a algumas considerações para formação ideológica: no Brasil persiste a expansão comunista, que foi frustrada pelo golpe militar de 1964, conquistando infiltrações no Estado, a infiltração é bem-sucedida, porque a população em geral não percebe por aproximação discursiva com os textos jornalísticos que são distrações. Um prelúdio da tomada de poder pelos comunistas é o enfrentamento dos fazendeiros contra a justiça do Estado que é deturpada pelos infiltrados.

Outras duas considerações presentes nas entrelinhas: se os jornais estão comprometidos, onde se informar com a verdade? Se a política institucional possui infiltrados, quais outros políticos são comunistas? E talvez o mais importante, aponta para um caminho de identificação do inimigo por meio das ações dos comunistas orientadas ideologicamente, pois as ações ideológicas são contraditórias por infringirem as normas estatais.

Os textos a seguir são de autoria do professor de filosofia da UFRGS, Denis Lerrer Rosenfield (2003), do político Ronaldo Caiado (2004), na época filiado ao PFL, do pecuarista Antonio Terto Júnior (2004), do agrônomo Xico Graziano (2004) e presidente da UDR de Palmas-PR Raul Silveira Boeno (2004). Esses textos foram publicados num contexto peculiar, foi durante o primeiro mandato do governo Lula-PT.

O trecho a seguir representa a atuação diversificada do MST:

> Demandas [do MST] que aparecem sob facetas sempre distintas, imposições inexequíveis e exigências que expressam um movimento incessante, fazendo saltar quaisquer pontos de referência, são expressões de uma concepção do político que

> apontam para o rompimento da ordem política, e não para o atendimento de reivindicações sociais. Essas tornam-se coadjuvantes de uma encenação, que encontra nelas um meio de justificação (ROSENFIELD, 2003)

A ideia acima atribui às práticas do MST como forma política que romperia com a ordem pública, mas as práticas seriam disfarçadas pelo atendimento das reivindicações sociais dos camponeses. A identificação do como seria o aspecto ideológico do MST e do PT, também é ressaltado veementemente, como nos próximos trechos:

> Os menos desatentos já conseguiram perceber que estou aqui me referindo ao atual governo do PT, ao presidente Luís Inácio Lula da Silva e a toda a estrutura erigida e posta a funcionar pelo Chefe da Casa Civil da Presidência da República, o companheiro-comissário José Dirceu, em verdade primeiro-ministro de fato do governo petista. Isso não é novo. Foi o método utilizado por Hitler e pelo Partido Nazista. Em 1933, após chegarem ao poder em eleições democráticas, desmantelarem a República de Weimar e implantaram uma ditadura totalitária em nome de uma ideologia, utilizando-se de recursos tecnicamente democráticos, sob a inspiração do decisionismo de Carl Schmit(sic). Troque-se Hitler por Lula, Partido Nazista por PT e Schmit por Gramsci e se verá que as semelhanças são aterradoramente similares (CAIADO, 2004).

Na perspectiva de Caiado, por trás de toda movimentação do PT, haveria o objetivo de acabar com "o direito de propriedade e o princípio constitucional de intocabilidade da terra produtiva. Esses compõem a pedra de toque de garantia do Estado liberal e da livre iniciativa" (CAIADO, 2004).

Outros dois elementos identificam o MST e PT como um perigo para sociedade brasileira segue:

> MST, MTR, CUT, CGT, KKK, PT, PSTU...Estamos a tempos sendo sujeitados à violência das siglas, isto porque estas são usadas para nomear os grupos de "reivindicações sociais", que algumas vezes tem valor legítimo, por defenderem e lutarem por causas justas e necessárias à sociedade como um todo, usando dos meios certos que não prejudicam a outros cidadãos. Mas, na grande maioria das vezes, estes movimentos são usados como palco para as piores encenações, pessoas agindo de má-fé no intuito de prejudicar os outros em benefício próprio, contrariando os direitos de propriedade, de ir e vir, de ter opinião própria (TERTO JÚNIOR, 2004)

Ainda mais:

> O perigo se esconde dentro do aparelho de Estado. O acirramento das invasões empurra os pseudo-revolucionários (sic) ali infiltrados, provocando um Deus-dará na reforma agrária. Desgraçadamente, o governo tem abandonado critérios técnicos e normas processuais, entrando no jogo da confusão. O pior resultado surge: imóveis produtivos estão sendo desapropriadas para aplacar a fúria do MST (GRAZIANO, 2004)

Portanto, os textos de Rosenfield, Caiado, Terto Júnior e Graziano, interpretam cada um ao seu modo sobre a atuação do MST, mas que há um ponto em comum, a ‘infiltração’ da esquerda no Estado, resultando em problemas sociais ao romper com a ordem estabelecida antes. Além disso, há duas dimensões políticas articuladas, que estão comprometidas: a política institucional (PT) e a política que acontece no dia a dia no campo (MST). As perspectivas apresentam um argumento ideológico: observam as reivindicações sociais como indícios de algo que está por trás, que seria o comunismo e a esquerda em geral como perigo a sociedade brasileira. Esse argumento ideológico é problemático porque considera toda esquerda não como uma oposição política, mas como inimigos que ameaçam as bases sociais constituídas, que além disso, as mudanças radicais que possam vir da esquerda é um mal generalizado que traria o caos como consequência.

O próximo texto reitera tudo que foi exposto, mas agora de autoria da própria UDR, intitulado de “Considerações sobre o MST e a guerra revolucionária” (BOENO, 2004), portanto, será feita uma análise minuciosa sobre as representações discursivas desse texto, pois há vários elementos que, além de formar argumento com os textos apresentados anteriormente, denotam de forma explícita sua aproximação ao discurso da guerra cultural.

Boeno (2004) se sustenta no Código Civil, para ele seria a representação da atualização legal da defesa da propriedade privada, além de poder administrar os meios de produção em suas propriedades livremente sem que a regularização estatal atrapalhe. Porém, existe uma tensão nas entrelinhas desse texto da UDR (BOENO, 2004): a tensão entre a livre iniciativa representada pelo Código Civil e as obrigações impostas pelo próprio Estado via Estatuto da Terra (ET) e a política de reforma agrária. Nesse sentido, a livre iniciativa é um:

> Direito de propriedade, segundo dispõe o art. 1.228, do Código Civil Brasileiro: "O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha. [...] Concluindo-se que a propriedade mantém-se até os dias atuais, muitas delas recebidas por sucessões hereditárias ou adquiridas livremente através de compra e venda, além de outros formas de aquisição da propriedade” (BOENO, 2004)

Dado de forma explícita, o MST é representado como agente que fere o art. 1.228 do Código Civil. Somado a isso, a atuação do MST, via ocupações de propriedades privadas, seria o indicativo da existência do rompimento das normas estatais de forma desenfreada:

> No Brasil, nos dias atuais, o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, representa um barril de pólvora, com estopim curto, talvez já aceso, haja visto a arrogância, petulância e descaso para os atos de desatinos que vem cometendo em

> todo Território Nacional, principalmente por sua rebeldia, não acatando ordens das autoridades constituídas (BOENO, 2004)

Em seguida, Boeno tenta explicar que a ‘infiltração’ no Estado é uma prática antiga, baseando-se em Sun Tzu e Mao Tse-Tung, nesse caso, trata-se da interpretação de Boeno (2004) sobre a situação política no Brasil e que há aproximações ao sistema de crenças de Olavo de Carvalho (ROCHA, 2021). A partir de Sun Tzu, Boeno afirma que a guerra, "tem aplicação à competição e ao conflito geral, em todos os níveis [inclusive no Estado e em qualquer instituição]. Sua meta é a invencibilidade, a vitória sem luta", ou seja, a guerra se trata da competição política e melhor ainda, alcançar os objetivos sem os danos provenientes da luta. E ao se referir a Mao Tse-Tung:

> A principal característica da guerra revolucionária consiste, contra o país alvo, numa ação lenta, progressiva e permanente, com o apoio na ideologia. Suas ações visualizam à conquista da mente ou sua neutralização pelo terror e vão desde a exploração de descontentamentos, com acirramento de ânimos contra as autoridades e instituições, até a organização das chamadas "Frentes de Libertações", emprego de guerrilhas e ações terroristas (BOENO, 2004)

Aqui, Sun Tzu e Mao Tse-Tung são representados como duas políticas complementares: a "vitória sem luta" por meio das normas sociais, que inclui as normas estatais, e outro meio é através da violência simbólica e física. Como consequência articulatória entre essas duas atuações, resulta a agitação em diferentes setores, onde o MST seria uma expressão da agitação. Duas formas políticas são apontadas por Boeno como defesa na guerra revolucionária, uma na política estatal e outra no meio rural: o Decreto-Lei 898, de 29 de setembro de 1969 e a UDR:

> Esse mesmo Decreto revela que a guerra revolucionária, é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa a conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da nação [...] Para contrapor aos antagonismos, em resposta às iniciativas dos camponeses, ruralistas organizaram-se num grupo, a União Democrática Ruralista (UDR) (BOENO, 2004)

Nesse sentido, ao longo de todo texto é explicitado o conceito de guerra revolucionária de Boeno (2004), em sua perspectiva, é a missão atual da UDR na defesa da propriedade privada, isto é, remete a questão da própria formação do Estado nacional. Somado a isso, ele aponta sinteticamente as questões mais agudas para o sucesso da guerra revolucionária por parte da esquerda:

> Os dirigentes da guerra revolucionária entendem que devem criar:

> Uma parte da elite cultural, esquerdizada ou colaboradora, atuante e positiva, em meio a escritores, jornalistas, artistas, professores e estudantes, que espalhem a "luta de classes", buscando o que denominam "conscientização", a "luta pela libertação nacional", a "derrubada das estruturas" e outros termos chaves de grande colorido emocional, mas suficientemente vagos para encontrarem aplicação polimórfica; Buscam uma liderança nas massas estudantis, operárias e camponesas. Uma massa, parcialmente conduzida ou liderada pela infiltração ou apenas influenciada pela propaganda, mas pronta para reagir emocionalmente às solicitações das lideranças. Obtidos esses alvos na sociedade, o movimento terá apoio ativo de uma minoria, e o apoio tácito, principalmente pela neutralidade, de grande parcela de habitantes. A propaganda acomoda-se à linha estratégica, sofrendo adaptações constantes (BOENO, 2004)

Nesse sentido, o trecho acima representa discursivamente ao mesmo tempo um guia para leitura da situação política, como também as estratégias que a “elite cultural” atua para a vitória na guerra revolucionária. Portanto, em sua perspectiva a atuação articulada de agentes que são tidos como referenciais de ideias que formam perspectivas de mundo da população em geral, bem como dos integrantes dos movimentos sociais, onde as lideranças dos movimentos sociais mobilizam os integrantes dos movimentos e agentes externos, sendo os primeiros em menor número do que o segundo. E a propaganda é um elemento articulatório transversal a todos os meios estratégicos e adaptado conforme a situação.

O discurso da guerra cultural difundido pela internet massivamente por Olavo de Carvalho e seus seguidores ganhou amplitude nacional, chegando até a UDR nos termos apresentados anteriormente. Diferentemente do imaginário bandeirante focado no estado de São Paulo, o discurso da guerra cultural pode ser um mote articulatório para atores políticos, assim foi demonstrado por Garcia quando se uniu a Jair Bolsonaro na campanha eleitoral de 2018, assumiu posteriormente o cargo de secretário de assuntos fundiários durante a presidência de Bolsonaro.

Em meados de 2016, Bolsonaro e a UDR se aproximaram juntamente com outro ator político que representa os empresários rurais, Antonio Galvan, presidente da Associação de Produtores de Soja, que mais tarde, em 2018, liderou o Movimento Brasil Verde e Amarelo. Nesse momento de aproximações havia uma polarização, de um lado a UDR e o MBVA e de outro a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Bancada Ruralista (POMPEIA, 2022). A CNA e a Bancada Ruralista barrou interesses da UDR e da MBVA durante toda candidatura de Bolsonaro, pois consideravam radicais as posturas da UDR e MBVA. Embora todos mantivessem apoio ao agronegócio e a Bolsonaro (POMPEIA, 2022). De certa forma, a postura de Nabhan Garcia como secretário manifestou continuidades aos sentidos manifestados nos textos analisados anteriormente. Nabhan Garcia como Secretário de Assuntos Fundiários, proclamou: “Nesse governo o MST é uma organização criminosa que

invade propriedades. Quem comete ato ilícito, fora da lei, é organização criminosa. Vou defender invasor de propriedade? A lei diz que se invadir é crime, fora da lei" (QUADROS, 2019). Ao se referir a política de titulação de terras indígenas, o ex-secretário afirmou:

> Não vamos mandar para lá um antropólogo tendencioso, que diga 'pode ser que haja um índio aqui' e então já vai lá e mete uma portaria e sai travando 200, 300 mil hectares, um negócio de maluco, um tamanho de um país. Não, nós vamos analisar tudo com critério técnico, mas sem esse viés ideológico (REZENDE, 2019)

O conceito de guerra cultural no Brasil pode ter colaborado para a aproximação da UDR junto a Jair Bolsonaro. Rocha (2021) demonstrou que o ex-presidente Bolsonaro é crente da Doutrina de Segurança Nacional, além de sua afinidade com as ideias de Olavo de Carvalho. Portanto, os conceitos de guerra cultural, nos moldes de Olavo de Carvalho, pode ter sido um mote articulatório entre esses atores políticos onde alcançam expressividade na política a nível nacional.

Nesse caso, os textos apresentados da temática da guerra revolucionária tem suas implicações ideológicas, isto é, a naturalização dos seguintes elementos:

1. Naturalização do conceito de ideologia: refere-se a ideia de ideologia sobre as orientações de agentes que se baseiam nos seus valores e ideias concebidas, de tal forma que não percebem as consequências de seus atos.
2. A ofuscação das desigualdades sociais advindas do Estado nacional: a dominação patrimonialista-estamental reproduz desigualdades sociais que são heranças do período colonial. E além disso, quem ameaça essa ordem representa um inimigo político.
3. Identificação da esquerda em geral como inimigos do povo brasileiro: indicam que as reivindicações sociais ofuscam os reais objetivos revolucionários do PT e do MST, porém, indicam que o objetivo real do PT e do MST não melhoraria a vida da população, pois o resultado sempre será o caos social, político e econômico. Portanto, ideologicamente a identificação do comunista em solo brasileiro percebe-se a partir do distúrbio da ordem, no caso das propriedades privadas rurais, a identificação é a partir das ocupações e o Estado que inclui o MST como agente integrado às políticas agrárias.
4. Guerra de posições: sujeitos políticos orientados pela ideologia da esquerda iriam ocupar posições estratégicas em diversos setores sociais, agindo disfarçadamente de acordo com as normas sociais, para em dado momento consumar o processo revolucionário. Nesse sentido, as implicações ideológicas podem perceber o Estado como instituição comprometida, onde se necessita da formação de grupos sociais que incluam diferentes agentes das mais diversas classes e instituições que compartilham de ideias verdadeiras em oposição às ideias dos agentes externos, sejam esses leigos que são manobrados através das emoções pelas lideranças dos movimentos sociais da esquerda, seja os agentes individuais e institucionais que são percebidos como oposição política.

Desse modo, a ideia de ideologia nos textos publicados pela UDR se aproximam da concepção popularizada inicialmente por Napoleão Bonaparte ao interpretar os estudos de Destut de Tracy (BENDIX, 1996), isso concerne na naturalização de que as ações da UDR não são orientados ideologicamente, pois o problema seria um agente externo, nesse caso, o MST e PT. Ao centralizar o problema na esquerda passa a ofuscar os problemas decorrentes da dominação patrimonialista-estamental. Ao que se refere à guerra de posições se aproxima de uma das interpretações corriqueiras do reducionismo marxista do próprio Gramsci (LACLAU e MOUFFE, 1987), esse é um elemento compartilhado no discurso da guerra cultural e fortemente representado nos textos da UDR.

Além da formação de sujeitos integrantes da UDR e de integrantes simpatizantes da guerra revolucionária, há o problema da fronteira entre os grandes proprietários e o MST. Nesse caso, deve ser considerado como as práticas de ocupações costumam ser realizadas historicamente, pois tais dinâmicas contradizem os textos que são sustentados nas campanhas da UDR.

A Igreja Católica, embora tenha apoiado a ditadura inicialmente num primeiro momento (FERNANDES, 1999), em 1973 surgiram as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e em 1975 foram criadas as comissões da Pastoral da Terra (CPT), essas últimas tiveram papel importante na articulação de várias ações coletivas populares em várias localidades do sul do país. E foi a partir da CPT que se uniram várias ações coletivas para formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no encontro nacional, em 1984:

> Esse Encontro Nacional [janeiro de 1984 em Cascavel-PR] representou então a fundação e a organização de um movimento de camponeses sem terra, em nível nacional, que iria se articular para lutar por terra e pela reforma agrária. Aí nasceu o Movimento Sem Terra, com a articulação dos diversos movimentos que estavam acontecendo em nível localizado. E foi então batizado de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (FERNANDES, 1994, p. 70)

Já no ano de fundação, o MST marcava presença em quase todos os estados. Dentre os objetivos sustentados pelo MST um merece atenção ao objeto de estudo aqui delimitado, as ocupações de terras. Em síntese (FERNANDES, 1994), a prática de ocupações segue uma dinâmica de ocupar terras privadas e devolutas. No caso das terras privadas, o MST visa as áreas ociosas. Há duas formas principais que conseguem retirar os ocupantes: a reintegração de posse ou acionamento da polícia pelo proprietário da terra. Quando são retirados do local da ocupação inicial, deslocam-se próximos a rodovias ou localidades que não seja propriedade privada e nem terra devoluta, retomam a ocupação na mesma propriedade, mas noutra área

ociosa, pois possivelmente o proprietário tomou alguma estratégia de inibir a ocupação na mesma área, seja com milícia seja tornando aquela área inicialmente ocupada como 'produtiva' com gados ou outra atividade. As ocupações são feitas sucessivamente até que se façam acordos entre os ocupantes, proprietários e os órgãos estaduais. Nesses casos, os proprietários são indenizados de alguma forma, como por exemplo, legalização de fazendas que não estavam registradas legalmente, seja em títulos para resgatar o valor em dinheiro. Ou seja, a prática de ocupação coloca em discussão se as terras ociosas são produtivas ou não, sendo assim, o MST força ao Estado retomar os sentidos indefinidos de função social da terra.

Desse modo, as ocupações do MST não visam a tomada ou mudança dos meios de produção no campo dos grandes proprietários, mas sim, a redistribuição de terras para os camponeses. Estabilizar a oposição política entre os grandes proprietários e a UDR, de um lado, e o MST, de outro, focados na disputa por terras, é outro fator que não incide diretamente na constituição dos meios de produção do campo como vem sendo nos moldes da modernização conservadora. A distribuição de terras ociosas dos grandes proprietários pode, por consequência, forçar a mudança dos meios de produção, mas não necessariamente nos termos socialistas ou comunistas, mas sim, de incluir novas tecnologias e outro modo de racionalização nos próprios moldes capitalistas. Nesse sentido, os textos da UDR não apresentam motivos para modificar os meios de produção, pois sustentam a campanha no foco nos resultados da produção, a contribuição com o Produto Interno Bruto por parte do setor agropecuário, como procuram demostrar, as contribuições financeiras dos grandes produtores foi uma importante base para formação do Estado ao se integrar ao grande capital interno e externo. Portanto, se a disputa for exclusiva à disputa por terras e não problematizar os meios de produção, pouco poderá transformar os meios de produção do campo e extirpar as desigualdades sociais provenientes da modernização conservadora.

Os argumentos nos textos da UDR também secundarizam outra questão, a problemática da organização dos meios de produção do campo, conforme a explicação de Wanderley (2009). Os meios de produção no campo foram constituídos incluindo terras ociosas. Porém, antes de ressaltar os aspectos importantes dos meios de produção, é necessário explicitar que os estudos sobre o meio rural no Brasil são muito desafiadores, no tocante aos estudos quantitativos, sobretudo. Como explicado por Wanderley (2009), os dados disponibilizados pelos institutos de pesquisas estatais carecem de maiores detalhes sobre as empresas rurais, dificultando análises que possam apresentar um cenário socioeconômico atualizado. Contudo, Wanderley (2009, cap. 1) apresentou resultados de seu trabalho que podem ser tomados como referencial sobre as relações produtivas no campo prevalecentes até

1940, mas tais aspectos dos meios de produção e dos produtores rurais ainda permanecem de algum modo postergados.

Os grandes proprietários rurais no Brasil, geralmente, são também proprietários do processo produtivo no campo, este que realiza produção não-industrial e industrial. Desse modo, diferentemente, como demonstrado por Marx sobre o cenário europeu, os proprietários fundiários alugaram a propriedade ou os meios de produção aos burgueses (do meio urbano), onde acrescentaram valor sobre o preço pago pelo burguês pelo simples fato de ser dono da terra, aumentando sua renda fundiária, isto é, é o excedente provocado pelo dono da propriedade fundiária por capitalizar a terra como capital hipotético. Enquanto no Brasil não tem necessariamente um efeito direto de renda fundiária sobre o capital como analisado por Marx, porque muitos proprietários fundiários são os produtores, isto é, os burgueses. Portanto, as estratégias são diferentes para capitalizar a terra hipoteticamente (WANDERLEY, 2009, cap. 1).

O aumento da renda fundiária vem de incentivos do Governo aos produtores rurais e dos produtores diretos (camponeses), que custeiam parte dos custos de produção. Os incentivos estatais são diversificados, podendo em grande parte ser na forma de crédito financeiro, mas também como “doações em grande escala, abertura das fronteiras, permitindo a incorporação de novas áreas, instalação de infraestruturas, legitimação das grilagens etc." (WANDERLEY, 2009, cap. 1, p. 54) Desse modo, atrai para o campo os capitalistas e formas de empresas capitalistas, como produtores de fertilizantes e agrotóxicos, por exemplo. Assim, aumenta a renda da terra ou a renda da terra é que atrai esses incentivos estatais. Outro meio de aumento da renda fundiária são os contratos estabelecidos entre o produtor direto e o produtor/proprietário rural. Os produtores diretos assumem parte dos custos da produção para trabalhar nas terras dos proprietários, diminuindo os custos dos próprios proprietários. Além disso, a terra é administrada para fazer a rotatividade de espaços da terra até levar o esgotamento da sua fertilidade, assim, não tem custos para revitalizar a mesma área da terra artificialmente por meio de novas tecnologias, diminuindo seu custo, embora que, dessa forma, necessita de grandes propriedades para dinamizar a produção rotativamente.

Pode-se considerar que a explicação de Wanderley é convergente à explicação de Florestan Fernandes quando abordam sobre modos conservadores de produção no campo, pois apesar da ampla tecnologização nos meios de produção, mantém-se aspectos conservadores. Nesse caso, o amparo do Estado para manutenção da grande empresa rural, formas de dominação a partir do patrimônio dos grandes proprietários de terras, mas a uma outra característica colocada por Wanderley, a rotatividade da produção em áreas da

propriedade privada, de tal modo que acaba por manter áreas ociosas, deixando de aproveitar, significativamente, o espaço da propriedade para produção.

Portanto, os objetivos da UDR e do MST se cruzam ao buscarem maior área de terras para os grandes proprietários e camponeses, respectivamente, e para que seus representados políticos possam constituir os meios de produção conforme as motivações políticas. Em outras palavras, a UDR representa discursivamente o MST como ameaça à grande propriedade privada, mantida aos moldes da modernização conservadora, porém, há que se observar a estratégia discursiva da UDR, manifesta nos discursos, como as ameaças que cruzam e que estão além das fronteiras das propriedades privadas, nesse caso, o MST e o PT. Dessa forma, não problematiza como são os meios de produção dos grandes proprietários e ao que parece, essa questão também não é pauta principal do MST como demonstrado por Fernandes (1994; 1996). Nesse sentido, há possibilidade de formação ideológica que mantém a modernidade conservadora dos meios produtivos no campo, se considerar a ocupação como finalidade da política agrária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emergência de atores políticos que se autoproclamam de extrema direita ou conservadores é um fenômeno que mobiliza a articulação de conhecimentos e 'novos' atores políticos, apesar de terem emergido nacionalmente desde 2013, em tempos pretéritos. A polarização política, parece, ser um elemento de praxe quando tais atores políticos se envolvem nas oposições e conflitos, marcada pela negação da alteridade, aumentando ainda mais o distanciamento entre os opositores. Desse modo, essa pesquisa enfatizou dois momentos da UDR, onde cada um deles remete a temas que polarizam politicamente com a esquerda do espectro político ideológico do contexto brasileiro.

Os achados mais importantes desta pesquisa focaliza a construção de textos que articulam conhecimentos na representação política agroindustrial, primeiramente durante o período de 1985 até 1997 com o tema inviolabilidade da propriedade privada. Esse momento foi marcado pela ênfase da UDR de buscar o afastamento das ocupações realizadas por todo país, período que ficou conhecido como um ator político que faz uso de atos e falas radicais, através do uso da violência e intransigência nos acordos da Assembleia Constituinte para garantir os interesses dos grandes proprietários.

A postura de radicalismo e violência permaneceu no segundo período analisado. Nesse momento a análise localizou dois temas que se integram, o tema do imaginário bandeirante e da guerra revolucionária, onde o primeiro se refere a representação discursiva dos grandes produtores rurais, esses textos interpretam que os bandeirantes são tipos de heróis que deram base para construção da nacionalidade brasileira no período colonial. A UDR atribui aos bandeirantes a conquista de territórios dos indígenas e, também, o papel de administrador de propriedades rurais, desse modo, na perspectiva da UDR, os proprietários rurais atuais dão continuidade aos feitos dos bandeirantes. Porém, a constituição histórica da sociedade brasileira é marcada pela modernização conservadora, sendo assim, onde a propriedade privada rural na virada do império para república se constitui pelo poder patrimonial-estamental, estabelecendo uma pequena elite rural como os grandes detentores de poder e que possuem uma relação muito próxima com o Estado. Sendo assim, a UDR ao defender a propriedade privada visa defender o status quo da sociedade brasileira.

O segundo tema do mesmo período remete a construção da identidade do MST e do PT como inimigos da sociedade brasileira. Os textos que remetem a esse tema buscam atribuir uma identidade ao MST e ao PT como inimigos do que fundamenta a sociedade brasileira,

isto é, a propriedade privada. Desse modo, a UDR interpreta que tais inimigos atuam fora e dentro do Estado, através de movimentos sociais e, ao adentrarem no Estado legalmente, tendem a utilizar dos poderes oriundos de suas funções fazendo uso de discursos de reivindicações sociais. Além disso, a esquerda é considerada inimigos, estariam orientados ideologicamente e sua formação mental é considerada como falsa consciência, portanto, os efeitos provocados pelas ações dos assim considerados inimigos políticos, são apenas perceptíveis a médio e longo prazo, embora se possa perceber em casos isolados que a o inimigo promove danos a sociedade.

A perspectiva de modernidade de Fairclough evidencia para as relações que são restringidas aos agentes semelhantes. Por isso, tenha surpreendido muitas pessoas a existência de atores políticos como a UDR no contexto das campanhas eleitorais do bolsonarismo, algo que de certo modo surpreendeu ao autor deste trabalho. Dessa forma, o fenômeno se torna ainda mais extraordinário. A UDR é um ator político relativamente desconhecido fora do palco da luta no meio rural e sua postura pode ser considerada retrógrada para quem a conhece inicialmente e ainda mais, nem necessitaria de ser investigada, pois sua representação política não revelaria nenhuma novidade. Porém, é exatamente pela classe dos grandes proprietários rurais ser tão tradicional e poderosa que é preciso observar como atores políticos e classes sociais renovam suas atuações, para conhecer suas estratégias que mantém suas posições sociopolíticas históricas.

Os textos que compõem o *corpus* demonstram a polaridade histórica do Brasil entre burguesia e pobreza, apesar das mudanças nas relações sociais na modernidade contemporânea comparada ao início da formação da modernização conservadora. O Estado ainda é um meio eficaz para constituir relações. Sendo assim, a exclusão do outro na representatividade feita pela UDR pode constituir efeitos para que os grandes produtores sejam assistidos com exclusividade pelo Estado. As assistências estatais para os empresários rurais são notáveis, como analisou Wanderley. Um outro modo de exclusão na representatividade discursiva da UDR é a violência física através do uso de armamento, nesse caso, é uma exclusão ainda mais radical.

Pesquisar sobre atores políticos semelhantes a UDR, através de outros caminhos, podem levar a outros resultados que levem ao melhor entendimento do cenário político brasileiro. O compartilhamento de sentidos entre atores políticos que representam politicamente a burguesia do campo; a articulação entre atores políticos e partidos durante as campanhas eleitorais; a organização interna desses atores políticos; a instrumentalização de discursos jurídicos; as estratégias orientadas pelos atores políticos para demonstrar que as

propriedades não são ociosas; as articulações discursivas com agentes do capital internacional; os embates de atores políticos como a UDR com os movimentos quilombolas e o indígena. São alguns outros caminhos que podem ser trilhados em outras pesquisas.

Este e outros trabalhos semelhantes contribuem para que outras pesquisas sejam elaboradas envolvendo outras áreas de estudo, como as tensões entre o conservadorismo e o neoliberalismo, pois ao que ficou evidente o traço conservador do imaginário bandeirante questiona aspectos típicos do capitalismo e do estado de direito democrático. Outro campo que pode ser incluído são os estudos decoloniais, pois as mudanças discursivas demonstram um objetivo em comum o retorno ou manutenção dos traços da modernização conservadora, assim, novas ideias colaboram para constituição da colonização atual. Portanto, esperamos que incluir atores políticos da direita e conservadores na agenda de pesquisas possam contribuir para o surgimento de novos trabalhos e perguntas de pesquisas.

REFERÊNCIAS DO *CORPUS*

BAPTISTA, Fernando Antonio Neves. Breve História do Pontal do Paranapanema. **UDR**. 28 de agosto de 2003. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20040123195419/http://www.udr.org.br:80/artigo14.htm>. Acesso em: 16 de outubro de 2023.

BOENO, Raul Silveira. Considerações sobre o MST e a guerra revolucionária. **UDR**. 10 de fevereiro de 2004. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20040409055105/http://www.udr.org.br:80/artigo17.htm>. Acesso em: 16 de outubro de 2023.

CAIADO, Ronaldo. Autoritarismo e Covardia. **UDR**. 13 de outubro de 2004. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20041217143250/http://www.udr.org.br/artigo3.htm>. Acesso em: 16 de outubro de 2023.

CARVALHO, Olavo. Silêncio Geral. **UDR**. novembro de 2001a. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20040123201401/http://www.udr.org.br:80/artigo3.htm>. Acesso em: 13 de outubro de 2023.

CARVALHO, Olavo. Um Novo Brasil. **UDR**. 29 de outubro de 2001b. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20040123200704/http://www.udr.org.br:80/artigo2.htm>. Acesso em: 13 de outubro de 2023.

GARCIA, Luiz Antonio Nabhan. Existem Professores e professores… **UDR**. 27 de outubro de 2004. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20041205004831/http://www.udr.org.br:80/artigo4.htm>. Acesso em: 23 de outubro de 2023.

GARCIA, Luiz Antonio Nabhan; ISHII, Sigeyuki. O Pontal do Paranapanema. **UDR**. 26 de novembro de 2002. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20031104102617/http://www.udr.org.br:80/artigo7.htm>. Acesso em: 23 de outubro de 2023.

GRAZIANO, Xico. O Limite da Propriedade Rural. **UDR**. 18 de março de 2003. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20031104101641/http://www.udr.org.br:80/artigo11.htm>. Acesso em: 23 de outubro de 2023.

GRAZIANO, Xico. Vendeta na Reforma Agrária. **UDR**. 14 de abril de 2004. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20040625220112/http://www.udr.org.br:80/artigo18.htm>. Acesso em: 16 de outubro de 2023.

PINTO, João Antônio. Vergonha de ser honesto. **UDR**. 28 de abril de 2004. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20040625233746/http://www.udr.org.br:80/artigo19.htm>. Acesso em: 23 de outubro de 2023.

ROSENFIELD, Denis Lerrer Rosenfield. As facetas do MST. **UDR**. 31 de março de 2003. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20040123193918/http://www.udr.org.br:80/artigo12.htm>. Acesso em: 16 de outubro de 2023.

TERTO JÚNIOR, Antonio. A Violenta Guerras das Siglas. **UDR**. 8 de junho 2004. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20040630144209/http://www.udr.org.br/artigo24.htm>. Acesso em: 16 de outubro de 2023.

UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA. Ata da Assembléia Geral de Constituição da União Democrática Ruralista. In: DIAS, Denise Gabriela. **Patronato Rural, Terra e Poder: Gênese e atuação da UDR em Goiás (1985-1994)**. (Dissertação) Universidade Estadual de Goiás. Anápolis: 2017. Disponível em: <https://www.bdtd.ueg.br/handle/tede/1015#preview-link0>. Acesso em: 18 de agosto de 2023.

UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA. Hino da Entidade. In: DIAS, Denise Gabriela. **Patronato Rural, Terra e Poder: Gênese e atuação da UDR em Goiás (1985-1994)**. (Dissertação) Universidade Estadual de Goiás. Anápolis: 2017. Disponível em: <https://www.bdtd.ueg.br/handle/tede/1015#preview-link0>. Acesso em: 18 de agosto de 2023.

UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA. Luiz Antonio Nabhan Garcia: "Situação da agricultura continua caótica". **UDR**. 26 de maio de 2006a. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20090106042900/http://www.udr.org.br/informativos44.htm>. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA. Ministro promete reabertura da discussão de Plano Agrícola. **UDR**. 31 de maio de 2006b. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20090106013555/http://www.udr.org.br/informativos45.htm>. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA. Presidente da UDR alerta STF para questões fundiárias. **UDR**. 30 de junho de 2006c. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20090105172714/http://www.udr.org.br/informativos1.htm>. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA. Seminário - Alterações do estatuto do desarmamento. **UDR**. 04 de outubro de 2005. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20090105222452/http://www.udr.org.br/informativos29.htm>. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA. UDR vê preocupação na escolha de Luiz Carlos Guedes Pinto para Ministro da Agricultura. **UDR**. 30 de junho de 2006d. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20090105172714/http://www.udr.org.br/informativos1.htm>. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey. **Las Teorías Sociológicas Desde La Segunda Guerra Mundial**. Nova York: Columbia University Press, 1987.

ALVAREZ, Marcos César. Michel Foucault e a Sociologia: aproximações e tensões. **Estud. sociol.** Araraquara v.20 n.38 p.15-33 jan.-jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/7600/5407>. Acesso em: 01 de dezembro de 2023.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BAUER, M. W.; GASKELL, G.. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional da Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural**. Brasília, 2003.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária; UFRJ, 1997.

CAMARGOS, Daniel. Arrependido, ex-pistoleiro da UDR detalha milícia e diz que entraria para o MST. **Instituto Humanitas Unisinos**. 09 de abril de 2019. Disponível em:<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/588216-arrependido-ex-pistoleiro-da-udr-detalha-milicia-e-diz-que-entraria-para-o-mst>. Acesso em: 13 de dezembro de 2023.

CARVALHO, Igor. Quilombolas que foram alvo de Bolsonaro criticam arquivamento de processo de racismo. **Brasil de Fato**. São Paulo, 07 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/06/07/quilombolas-que-foram-alvo-de-bolsonaro-criticam-arquivamento-de-processo-de-racismo>. Acesso em: 8 de janeiro de 2024.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CATELLAN, Renata *et al.* A Reforma Agrária nos Ciclos Políticos do Brasil (1995 – 2019). Rev. NERA Presidente Prudente v. 23, n. 55, pp. 138-164. Set.-Dez./2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6907>.

CENTRÃO e UDR Afastam Terra Produtiva da Reforma. **Jornal de Brasília**, Brasília, 11 de maio de 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/108843/1988_11%20a%2015%20de%20Maio_%20005.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 13 de outubro de 2023.

CREDENDIO, José Ernesto. **MST e UDR disputam poder no Pontal**. Folha de São Paulo. 17 de agosto de 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc170824.htm>. Acesso em: 29 de agosto de 2023

EAGLETON, Terry. **Ideologia** - uma introdução. São Paulo: Editora Boitempo, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise Crítica do Discurso como Método em Pesquisa Social Científica. **Linha d'Água**, n. 25 (2), p. 307-329, 2012.

_____, Norman. A Análise Crítica do Discurso e a Mercantilização do Discurso Público: as Universidades. In: MAGALHÃES, Célia Maria. **Reflexões Sobre a Análise Crítica do Discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001.

_____, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

_____, Norman. **Language and Power**. New York: Longman Group, 1996.

FAZENDEIROS divergem sobre fusão. **Folha de São Paulo**. 05 de outubro de 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0510200324.htm>. Acesso em: 19 de outubro de 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo**. (Dissertação) Universidade de São Paulo. São Paulo: 1994. Disponível em: <https://mst.org.br/download/mestrado-espacializacao-e-territorializacao-da-luta-pela-terra-a-formacao-do-mst-movimento-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra-no-estado-de-sao-paulo/>. Acesso em: 01 de setembro de 2023.

_____, Bernado Mançano. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST (1979 - 1999)**. (Tese) Universidade de São Paulo. São Paulo: 1999. Disponível em: <https://mst.org.br/download/doutorado-contribuicao-ao-estudo-do-campesinato-brasileiro-formacao-e-territorializacao-do-movimento-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra-mst-1979-1999/ >. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes Vol. I**: o legado da "raça branca". São Paulo: Ática, 1978.

_____, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006.

_____, Florestan. **Circuito Fechado**. São Paulo: Hucitec, 1977.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Edições Loyola: São Paulo, 1996.

_____, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____, Michel. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____, Michel. **A Ordem do Discurso**. Edições Loyola: São Paulo, 1996.

GHIRALDELLI, Gabriela. Fatos Primeiro: Bolsonaro acerta sobre números de titulação de terras, mas omite dados de reforma agrária. **CNN Brasil**. 21 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fatos-primeiro-bolsonaro-acerta-sobre-numeros-de-titulacao-de-terras-mas-omite-dados-de-reforma-agraria/>. Acesso em: 26 de janeiro de 2024.

GLOBO, O. **Área Produtiva Fora da Reforma Agrária**. 30 de agosto de 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/105593/1988_26%20a%2031%20de%20Agosto_%20088a.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

HOWARTH, David. **Discourse: Concepts in the Social Sciences**. Buckingham e Philadelphia: Open University Press, 2000.

HOWARTH, David; GLYNOS, Jason; GRIGGS, Steven. Discourse, explanation and critique. **Critical Policy Studies**, 2016. Vol. 10, No. 1, 99–104, http://dx.doi.org/10.1080/19460171.2015.1131618. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/303037650_Discourse_explanation_and_critique>. Acesso em: 18 de dezembro de 2023.

IANNI, Octavio. **A Ditadura do Grande Capital**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1981.

IRINEU, Lucineudo Machado (org.) et al. **Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave**. Campinas, SP : Pontes Editores, 2020.

MAGALHÃES, Ana Cristina. Reforma Agrária Provoca a Segunda Derrota do "Centrão". **Gazeta Mercantil**, Brasília, 5 de maio de 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/107193/1988_01%20a%2005%20de%20Maio_%20139.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 de outubro de 2023.

KUNRATH, M.; PEREIRA, M. M. Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social. **REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA** | Vol 08, No. 20 | Set-Dez/2020 | p. 26-49. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/rbs.647/pdf_647>. Acesso em: 05 de janeiro de 2023.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y Estrategia Socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 2015.

MACHADO, Cristiano. Polícia intima empresário após sem-terra serem baleados no Pontal. **Folha Online**. 27 de maio de 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u61230.shtml>. Acesso em: 19 de outubro de 2023.

MACHADO, Cristiano. Presidente da UDR diz que Lula chama sem-terra de amigos. **Folha Online**. 05 de outubro de 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0510200322.htm>. Acesso em: 9 de outubro de 2023.

MARÉS, Carlos Frederico. **A Função Social da Terra**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2003.

MARX, K. "A mercadoria". In **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: DIFEL, 1984. (Livro I, Vol. 1, Cap. I) pp. 41-93.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MELUCCI, Alberto. **A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MOOG, Clodomir Vianna. **Bandeirantes e Pioneiros: paralelo entre duas culturas**. Rio de Janeiro - Porto Alegre - São Paulo: Editora Globo, 1957.

MUTZENBERG, Remo. Movimentos sociais: entre aderências, conflitos e antagonismos. In: **SINAIS** – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, Junho. 2011. pp.127-143. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/2782>. Acesso em: 31 de maio de 2023.

OLIVEIRA, Gustavo Gilson; OLIVEIRA, Anna Luiza; MESQUITA, Rui Gomes. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a Pesquisa em Educação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1327-1349, out./dez. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/tt3RpF8zjvRZDNwtcQS4Snk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

POMPEIA, Caio. Uma radiografia do "agrobolsonarismo". **Outras Mídias**. 23 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/uma-radiografia-do-agrobolsonarismo/>. Acesso em: 20 de julho de 2023.

PORTELA JR, Aristeu. Florestan Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.19.2, 2012, pp.9-27. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/download/74433/78054/0>. Acesso em: 26 de janeiro de 2024.

QUADROS, Vasconcelo. O todo-poderoso Nabhan. **O Eco**. 7 de novembro de 2019. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/o-todo-poderoso-nabhan/>. Acesso em: 25 de outubro de 2023.

REINHARD BENDIX, Reinhard. Verbete: Ideologia. In: OUTHWAITE, William. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Zahar, 1996.

REZENDE, Constança. Ruralista que cuidará de terra indígena quer demarcação livre de ideologia. **Uol**. 24 de junho de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/06/24/ruralista-que-cuidara-de-terra-indigena-quer-demarcacao-livre-de-ideologia.htm>. Acesso em: 25 de outubro de 2023.

RUIZ RUIZ, Jorge. Análisis sociológico del discurso: métodos y lógicas. **Forum: Qualitative Social Research**, v. 10, n. 2, Art. 26, 2009. Disponível em: <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs0902263>. Acesso em: 1 de outubro de 2023.

SCOLESE, Eduardo. Política agrária de Lula "recria" ruralistas. **Folha de São Paulo**. 05 de outubro de 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0510200322.htm>. Acesso em: 19 de outubro de 2023.

SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhias das Letras, 2012.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

_____, Charles. **Democracia**. Petropólis: Vozes, 2013.

_____; WOOD, Lesley J. **Los Movimientos Sociales, 1768-2009: desde sus orígenes a Facebook**. Barcelona: Editorial Crítica, 2010.

JORNAL DE BRASÍLIA. Texto de Cabral usa emenda já rejeitada pelo PFL. **Jornal de Brasília**, Brasília, 8 de maio de 1988. p. 3. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/108190/1988_06%20a%2010%20de%20Maio_%20046e.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em 13 de outubro de 2023.

UDR faz carreata com 150 pessoas. **Folha de São Paulo**. 26 de fevereiro de 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc260221.htm>. Acesso em: 19 de outubro de 2023.

VEGH, Sandor. Classifying Forms of Online Activism: The Case of Cyberprotests against the World Bank. In: McCAUGHEY, Martha; AYERS, Michael D. **Cyberactivism : online activism in theory and practice**. New York e London: Routledge, 2003.

VERAS, E. S.; COSTA, D. V. A. **Florestan Fernandes: trajetória, memórias e dilemas do Brasil**. Chapecó, SC: Marxismo21, 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A Questão Agrária, Uma Questão Para Sociedade Brasileira. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 39, n. 1, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/78>. Acesso em: 19 de setembro de 2023.

_____. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/4Hn3FCvFdb9VBYwSwJfKSGJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 de setembro de 2023.

_____. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ZANETTI, Edmilson. UDR contra-ataca com manifestações. **Folha de São Paulo**. 25 de julho de 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc250710.htm>. Acesso em: 19 de outubro de 2023.